

APRESENTAÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Oeste Potiguar é o resultado de varias oficinas e seminários realizados no âmbito do Colegiado Territorial do Programa Território da Cidadania, composto por 110 representantes de instituições governamentais e da sociedade civil dos trinta municípios que compõem o Território do Alto Oeste Potiguar.

O PTDRS foi produzido de forma participativa, garantindo o envolvimento de todos os segmentos sociais organizados para que pudessem expressar os seus sentimentos e opiniões. As informações contidas partiram de instituições públicas Federal, Estadual, municipais, parte dos próprios membros do Colegiado, de planos anteriormente já elaborados, oficinas e dados disponíveis na internet.

Este documento apresenta informações sucintas das dimensões Sociocultural Educacional, Ambiental, Socioeconômica e Político-Institucional do Território, assim como a proposição de programas e projetos que baseados nos potenciais e necessidades serão capazes de promover o desenvolvimento sustentável no período de 10 anos.

O PTDRS busca oferecer subsídios para que a sociedade possa planejar e acompanhar as principais políticas públicas do território, tornando-as dinamizadoras da economia territorial, de forma descentralizada e participativa, fazendo com a população devidamente organizada tornem-se agentes pró-ativos no processo de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental.

BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Capítulo I

BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

1.1 Justificativa

O PTDRS do Alto Oeste Potiguar foi construído com o propósito de atender a política de desenvolvimento territorial que tem como intuito unir diversos atores sociais, sejam eles instituições, entidades ou pessoas na concretização do desenvolvimento sustentável de um território, e, conseqüentemente, na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais de sua população. Assim, esse documento representa um instrumento de planejamento que norteará às estratégias de ação direcionadas a melhoria da qualidade de vida da população residente nesse espaço.

1.2 Processo de Construção do PTDRS

Para a construção do PTDRS do Alto Oeste levou-se em consideração uma metodologia que compreendeu pesquisa bibliográfica e empírica, além de reuniões com membros do colegiado e de oficinas territoriais com representantes das câmaras temáticas. Após essa etapa que subsidiou a construção do diagnóstico analítico as diversas entidades de nível governamentais e não-governamentais que compõem o colegiado territorial direcionaram seus esforços para elaboração das ações estratégicas que nortearão o processo de desenvolvimento no referido território. Desse modo, com a elaboração dos programas e projetos prioritários o colegiado validou as ações planejadas e construiu o modelo de gestão do referido plano, que agora conduzirá de forma projetada as ações previstas para esse recorte territorial.

1.2.1 Bases Conceituais

Desenvolvimento Territorial

Na elaboração do PTDRS do Alto Oeste considerou-se o conceito de território como conceito norteador, uma vez que o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais considera o mesmo como um espaço

geográfico em que há uma interação entre diversos aspectos sejam eles ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos. Para o referido programa, o território é:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.11).

Dessa forma, o Alto Oeste constitui um território em que há uma interação entre as diversas instâncias sejam elas, ambientais, sociais, culturais, econômicos ou políticas institucionais. Considerando essa realidade o Alto Oeste refere-se a circunscrição territorial composta por trinta municípios, cujos membros são: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antonio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luis Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa (Mapa 1).

Essa delimitação espacial foi adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT por apresentar características territoriais que se relacionam interna e externamente por meio de elementos ambientais, econômicos, culturais, políticos e institucionais.

1.2.2 Bases Metodológicas

Na elaboração do PTDRS do Alto Oeste utilizou-se como metodologia para a consolidação do referido plano a realização de pesquisa de campo, onde foram coletadas informações valiosas sobre a realidade local que serviram de aporte para a estruturação do diagnóstico analítico que levou em consideração as dimensões ambiental, sociocultural, socioeconômico e político institucional.

No que se refere a coleta de dados secundários, essa etapa do processo foi realizada em instituições de ensino e pesquisa e em entidades governamentais e não governamentais que disponibilizaram informações relevantes para a construção do referido diagnóstico. Esse documento subsidiou as oficinas de planificação e de gestão do PTDRS que reuniu consultores territoriais e estaduais, assessor territorial, representantes de diversas entidades que compõem o colegiado, além da equipe de apoio central que organizou todo o processo de construção dos planos. A etapa subsequente foi a realização das oficinas de planificação em que foram discutidas os programas e os projetos que serão implementados nesse espaço, tendo em vista a realidade da população e as potencialidades do território. Além disso, foram identificados os possíveis parceiros para execução das ações previstas no PTDRS.

Por fim, foram realizadas várias reuniões e eventos para discussão e aprimoramento do PTDRS com a participação de diversos representantes dos núcleos dirigentes, técnicos e das redes dos colegiados territoriais.

DIAGNÓSTICO

Capítulo II

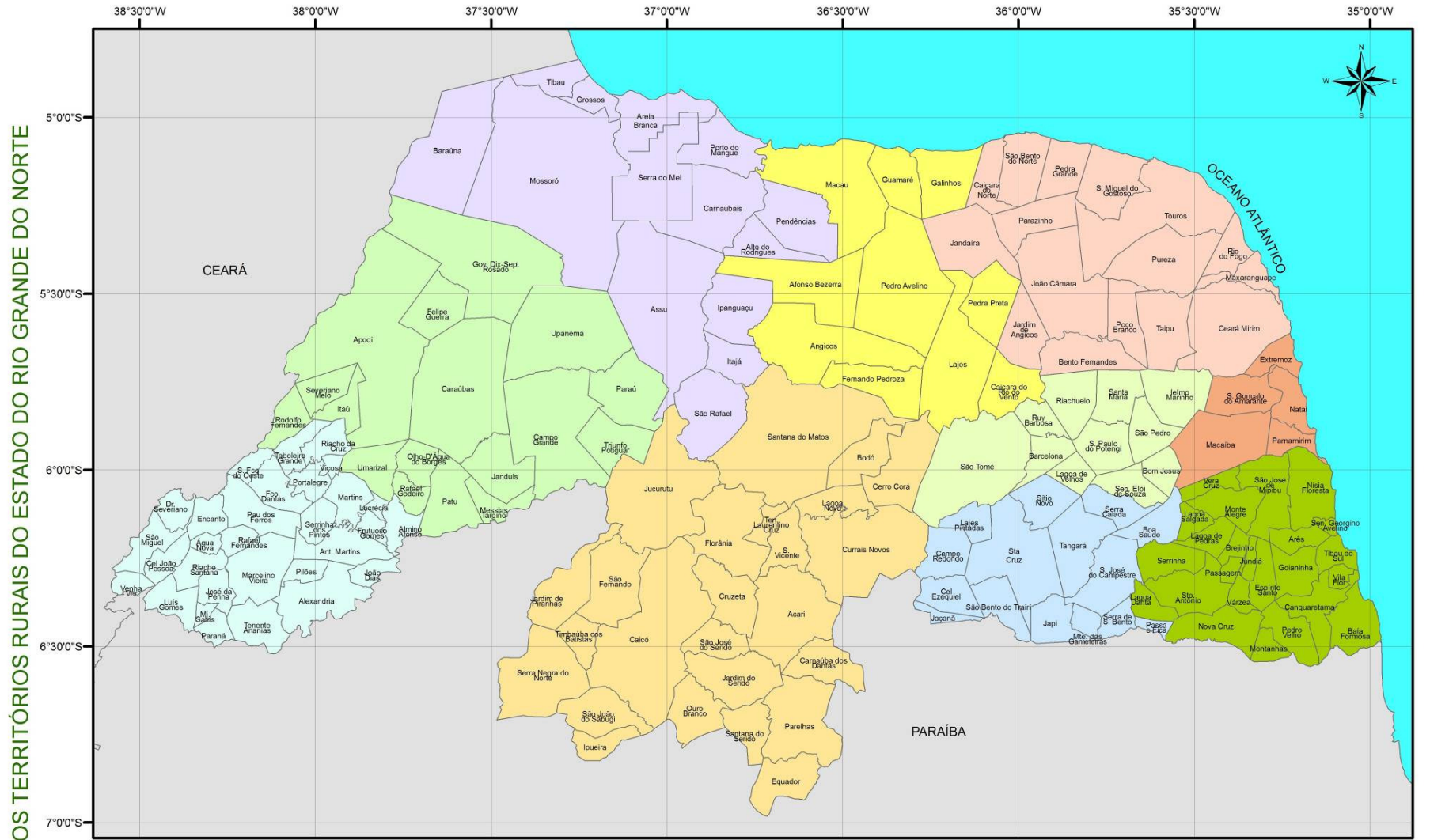
2. 1 DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

2.1.1 Contexto Histórico de Formação e Constituição do Território

A formação histórico-cultural do território está relacionada à expansão da pecuária do estado. O primeiro município vila a ser constituído foi Portalegre no século XVIII. Para Cascudo (1955) a criação desse município “pertence ao ciclo do gado no século XVIII, conseqüência do avanço dos currais pelas várzeas do Apodi e posse dos sesmeiros do Jaguaribe e da Bahia, sitiando fazenda e guerreando os indígenas”. A partir do desmembramento do município de Portalegre foram surgindo outros municípios. Esses aspectos de formação ligados à pecuária justificam também a denominação de um dos principais municípios do território, Pau dos Ferros, cuja origem está ligada a existência de uma árvore próxima a uma lagoa aonde os viajantes que conduziam rebanhos de gado paravam para descanso e nela deixavam os seus ferros.

Em dezembro do ano de dois mil e sete através da Delegacia Estadual do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Rio Grande do Norte, implantou-se o Território de Identidade Rural do Alto Oeste Potiguar inicialmente constituído por trinta municípios de características sociais, econômicas e ambientais semelhantes. Nesse mesmo período o Ministério do Desenvolvimento Agrário promoveu um seminário de capacitação e constituição do colegiado territorial já adequado as exigências do Programa Território da Cidadania composto de forma paritária entre as instituições da sociedade civil e publica nas três esferas de governo com atuação nos diversos municípios que compõem o território, ficando formado por 110 instituições, sendo 55 da sociedade civil e 55 representantes do governo.

MAPA 1 – TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE – RN.



MAPA DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Legenda:

- Agreste e Litoral Sul
- Alto Oeste
- Assu-Mossoró
- Terra dos Portugueses
- Mato Grande
- Potengi
- Seridó
- Sertão Central Cabugi e Litoral Norte
- Sertão do Apodi
- Trairí

Convenções Cartográficas:

- Limites Estaduais
- Limites Municipais

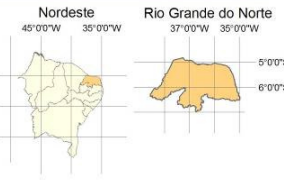
Escala: 1: 1.650.000



Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad 69

Fontes:

Limites Estadual e Municipal (IBGE, 2005)



2.1.2 Localização Geográfica do Território do Alto Oeste Potiguar

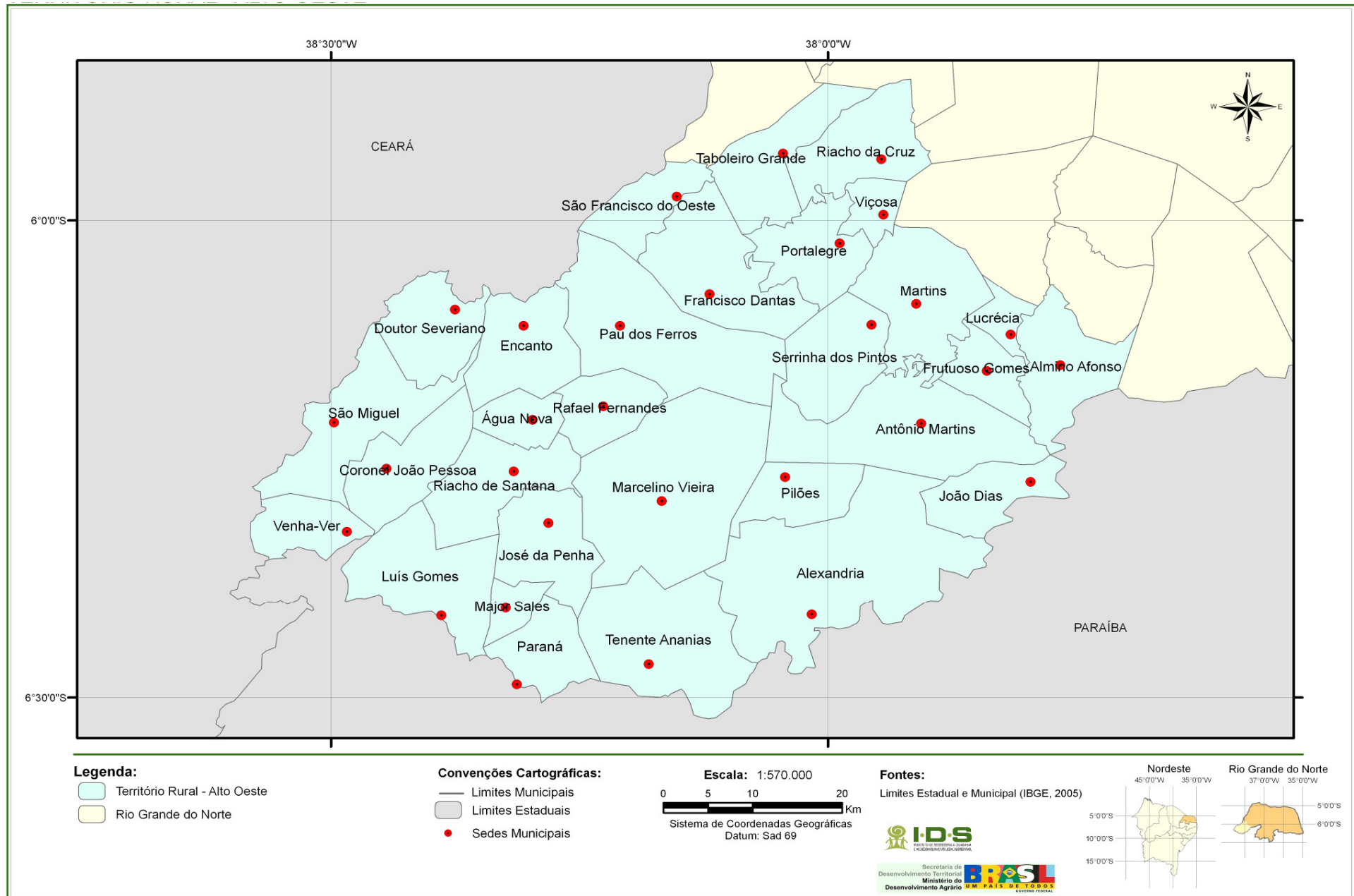
O Território é composto por 30 municípios e localiza-se na ao Sudoeste do Estado e limita-se ao Norte com a Chapada do Apodi, ao Oeste com o Estado do Ceará e ao Sul e Leste com o Estado da Paraíba. Entre os municípios que compõem o Território, Pau dos Ferros assume a função de “Pólo Territorial”, considerado como Centro Comercial, de Serviços e Financeiros entre outros.

QUADRO 1: MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO E SUAS RESPECTIVAS ÁREAS TERRITORIAIS.

Município	Área Km ²	Município	Área km ²
Água Nova	51	Martins	169
Alexandria	381	Pau dos Ferros	260
Almino Afonso	128	Paraná	81
Antonio Martins	245	Pilões	83
Cel. João Pessoa	117	Portalegre	110
Dr. Severiano	108	Riacho da Cruz	127
Encanto	126	Rafael Fernandes	78
Francisco Dantas	182	Riacho de Santana	128
Frutuoso Gomes	63	São Fco. Do Oeste	76
João Dias	88	São Miguel	172
José da Penha	118	Serrinha dos Pintos	123
Luis Gomes	167	Tenente Ananias	224
Lucrecia	31	Taboleiro Grande	124
Major Sales	32	Venha Ver	72
Marcelino Vieira	346	Viçosa	38
Área Total do Território		4.048	

Fonte: IBGE. 2006.

MAPA 2 – TERRITÓRIO RURAL DO ALTO OESTE POTIGUAR.



2.1.3 Características Demográficas

O Território do Alto Oeste Potiguar é composto por 30 municípios e agregava em 2007 de acordo com dados da contagem populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uma população de 194.032 habitantes correspondendo a 6,43% da população total do Estado, registrando uma taxa de crescimento no período 2000 – 2007 de 4,67% bem menor que a do Estado que no mesmo período apresentava 15,11%. O centro polarizador do Território é o município de Pau dos Ferros que em 2007 totalizava 26.728 habitantes.

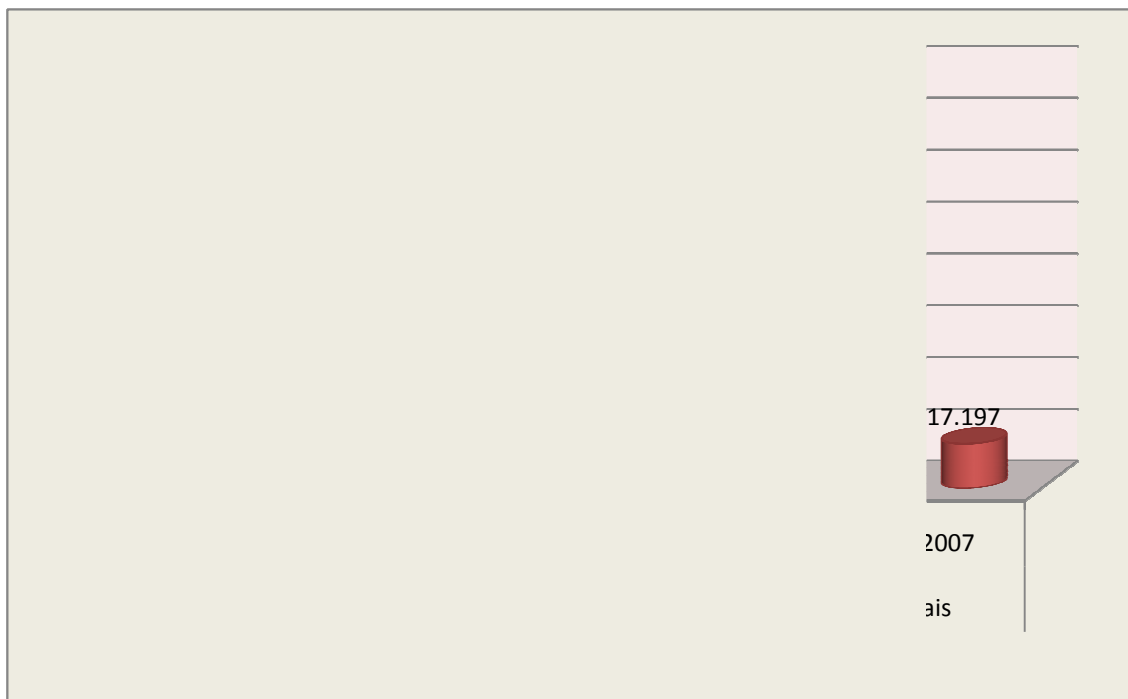
Em relação à população em idade produtiva, consideraram-se, nesta análise as faixas etárias compreendidas entre 15 a 64 anos de idade pelo fato de que, esse segmento populacional concentra o número de pessoas aptas a desenvolver atividades laborais, visto que a partir dos 15 anos de idade as pessoas já podem se inserir no mundo do trabalho na condição de menor aprendiz. No outro extremo, ou seja a partir dos 60 anos, os trabalhadores ainda permanecem no mercado de trabalho, embora com expressiva parcela se preparando para se aposentar.

QUADRO 02 - POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS.

Municípios	População do Território por Grandes Grupos Etários							
	Até 14 anos		15 à 64 anos		65 anos e mais		Total	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	Abs. 2000	% 2007
Água Nova	1.586	534	2.143	1.791	189	208	3.918	2.533
Alexandria	6.499	3.413	11.749	8.854	1.228	1.395	19.476	13.662
Almino Afonso	2.676	1.311	4.321	3.185	396	452	7.393	4.948
Antonio Martins	3.286	1.863	5.805	4.518	559	610	9.650	6.991
Cel. J. Pessoa	2.889	1.492	3.625	2.799	367	414	6.881	4.705
Doutor Severiano	3.607	1.781	5.463	4.157	419	493	9.489	6.431
Encanto	2.541	1.421	3.861	3.259	390	478	6.792	5.158
Francisco Dantas	1.539	759	2.532	1.913	224	256	4.295	2.928
Frutuoso Gomes	2.363	1.101	3.782	2.832	359	427	6.504	4.360
João Dias	1.480	786	1.977	1.692	244	245	3.701	2.723
Jose da Penha	2.782	1.568	5.145	3.767	486	647	8.413	5.982
Lucrecia	1.648	919	2.738	2.196	224	301	4.610	3.416
Luis Gomes	5.016	2.821	7.544	6.099	653	837	13.213	9.757
Major Sales	1.478	915	2.459	2.216	238	328	4.175	3.459
Marcelino Vieira	4.418	2.142	6.811	5.192	650	753	11.879	8.087
Martins	3.684	2.096	6.443	5.130	769	863	10.896	8.087
Paraná	1.935	1.015	3.022	2.537	253	324	5.210	3.876
Pau dos Ferros	12.228	6.844	21.210	17.626	1.601	2.163	35.039	26.633
Pilões	1.407	847	2.636	2.227	256	306	4.299	3.380
Portalegre	3.396	1.776	5.510	4.385	557	694	9.463	6.855
Rafael Fernandes	2.096	1.200	3.524	2.884	319	262	5.939	4.346
Riacho da Cruz	1.421	848	2.163	2.079	228	435	3.812	3.362
Riacho de Santana	2.134	1.165	3.509	2.556	311	260	5.954	3.981
São F.do Oeste	1.715	937	3.104	2.464	193	315	5.012	3.716
São Miguel	11.174	6.771	16.064	13.809	1.549	1.982	28.787	22.562
Serrinha dos Pintos	1.987	1.069	3.806	2.844	324	446	6.117	4.359
Taboleiro Grande	958	607	1.855	1.508	131	163	2.944	2.278
Tenente Ananias	4.172	2.354	7.728	6.125	713	814	12.613	9.293
Venha Ver	2.210	1.162	2.729	2.131	150	200	5.089	3.493
Viçosa	879	499	1.178	1.126	60	126	2.117	1.751
Total	95.204	52.016	154.436	123.901	14.040	17.197	263.680	193.112

Fonte: IBGE 2000 e 2007.

GRÁFICO 01 - POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS.



No que se refere ao Território do Alto Oeste Potiguar, o mesmo registrou uma população em idade produtiva em 2000 de 154.436 e de 123.901 em 2007 como se pode observar no Quadro 01 indicando uma diminuição. A densidade demográfica do Território apresenta uma distribuição de 47,93 habitantes por Km². Um pouco abaixo da densidade demográfica estadual que é de 57,8 hab/km². No que se refere à população por gênero masculino e feminino, de acordo com a Contagem Populacional - IBGE 2007 o Território do Alto Oeste Potiguar apresenta um percentual de 50,74% correspondente a população feminina e 49,25% de população masculina.

A Razão de Dependência expressa o quanto uma população que não é produtiva depende da população economicamente ativa ou seja, a população de até 14 anos de idade e acima de 64 anos. Verifica-se que a população de até 14 anos vem declinando. Entretanto, a faixa da população acima de 65 anos tem crescido em função do aumento da expectativa de vida da população. De uma maneira geral essas faixas de idade demandam mais serviços. Com uma população maior de jovens, políticas voltadas para a qualificação e

geração de novos postos de trabalho passam a ser fundamentais. Numa população envelhecida, demandará por mais serviços de saúde e habitação.

No que se refere aos fluxos migratórios inter-estadual, a busca pelos centros urbanos mais avançados, o desenvolvimento industrial nestes centros continuarão a atrair mais a população, mantendo o desequilíbrio regional. Dentro desta ótica é importante ressaltar que a maioria da população jovem está deixando gradativamente o meio rural devido a falta de ocupação e oportunidade para continuar os estudos. Atualmente o sistema de educação formal prepara os jovens para não sair do meio rural, mas as políticas públicas para manter esses jovens tem-se mostrado ineficientes. As instituições públicas não têm conseguido preparar a juventude rural para continuar vivendo no campo, mesmo com vários programas que beneficiam os jovens. Os mesmos ainda estão abandonando o campo pela cidade. No caso da migração rural-urbana verifica-se que a urbanização da grande maioria dos municípios do Território do Alto Oeste Potiguar, vem acompanhado por demandas relativas aos mais variados serviços como, educação, habitação, saneamento entre outros.

Um aspecto importante se refere às populações passíveis de risco social. Nos últimos anos tem sido visto com mais atenção. Essa preocupação vem acompanhada pelo aumento considerável nos indicadores de violência, consumo e tráfico de drogas, precariedade do sistema público previdenciário e assistência social como a inoperância do sistema judiciário. As populações passíveis de risco social têm crescido substancialmente. Nas discussões das câmaras temáticas durante as reuniões do “Colegiado” foi identificado que, nas comunidades do Território, sobretudo nas zonas urbanas, carências, necessidades que acabam afetando crianças e jovens, portadores de necessidades especiais e as mulheres, notadamente os segmentos mais fragilizados quando expostos às diferentes situações de exclusão e violência. A população carcerária também pode ser vista como um grupo específico que demanda intervenções próprias. É visível o aumento dessa população no Território. Observa-se também que em sua maioria são pessoas jovens do sexo masculino.

Há registros históricos nas zonas montanhosas do Alto Oeste Potiguar de presença de escravos, sobretudo em Martins, Pau dos Ferros e Portalegre (CAVIGNAC, 2003). Nos municípios de José da Penha, Marcelino Vieira, Riacho de Santana, São Miguel, Dr. Severiano, Pau dos Ferros, Encanto, Água Nova, Francisco Dantas, Pilões havia uma forte presença negra nas atividades agrícolas e essa região servia de refúgio para os escravos fugidos. Assim, com todo esse histórico vale ressaltar a ocorrência de populações tradicionais, comunidades remanescentes de quilombos, já devidamente reconhecida no município de Portalegre, a comunidade do Pega, e em processo de reconhecimento no município de Coronel João Pessoa, a comunidade do Comum.

Segundo o Sistema de Informações Territoriais – SIT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Território do Alto Oeste Potiguar conta com uma população de 12.137 agricultores familiares que vivem da agricultura de subsistência e a pecuária, principalmente a bovina.

Segundo os dados fornecidos em março 2003 pela Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro - DPA, apresentando uma sistematização das comunidades identificadas pela Fundação Cultural Palmares, o estado teria quinze registros no estado, estando a maior parte das comunidades situadas no sertão com destaque para as localizadas no Alto Oeste, como: Pau dos Ferros (Alto São Benedito), Portalegre (Pega), Dr. Severiano Melo (Sítio), e ainda próximo ao território e na mesma região fisiográfica Caraúbas (Caboclos da Cachoeira).

No Território do Alto Oeste Potiguar apesar de não haver registros de populações indígenas se encontra estudos que chama atenção da presença indígena nos Sertões onde concentrava a maior proporção - a soma da população indígena das microrregiões de Angicos, Médio Oeste, Pau dos Ferros, Seridó Ocidental, Umarizal é de 126 em 1991 com um destaque para o município de Antônio Martins do território do Alto Oeste Potiguar que agrupa 48 pessoas em 1991. Isto não é mais verdade para 2000, pois conta-se em torno de 200 pessoas. Curiosamente, para o município de Antônio Martins, não há nenhum registro em 2000 (CAVIGNAC, 2003).

2.1.4 Qualidade de Vida e Pobreza

O Índice de Desenvolvimento Humano Esse permite uma análise prévia da qualidade de vida na região, sendo indicador de que as políticas públicas necessitam estar agregadas no sentido de reverter o quadro visualizado no diagnóstico, uma vez que o perfil de morbi-mortalidade da população.

QUADRO 3 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DOS MUNICÍPIOS DA 6ª REGIÃO DE SAÚDE DO RN METODOLOGIA PNUD 2000.

Município	Índice de esperança de vida (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM-R)	Índice de Des. Humano Municipal (IDH-M)	Ranking por UF	Ranking Nacional
Pau dos Ferros	0,752	0,792	0,631	0,725	7	2516
Martins	0,698	0,854	0,531	0,694	19	3090
Itaú	0,706	0,778	0,542	0,675	29	3371
Lucrécia	0,687	0,759	0,533	0,660	37	3603
Viçosa	0,648	0,822	0,501	0,657	38	3652
São Francisco do Oeste	0,706	0,723	0,528	0,652	47	3743
Luís Gomes	0,729	0,723	0,479	0,644	56	3861
Pilões	0,706	0,718	0,505	0,643	59	3870
Taboleiro Grande	0,695	0,704	0,524	0,641	62	3908
Almino Afonso	0,687	0,721	0,513	0,640	63	3923
Frutuoso Gomes	0,687	0,728	0,503	0,639	66	3945
Alexandria	0,706	0,702	0,503	0,637	71	3987
Serrinha dos Pintos	0,645	0,747	0,518	0,637	73	3994
Antônio Martins	0,714	0,716	0,478	0,636	75	4010
Portalegre	0,648	0,742	0,509	0,633	77	4056
Severiano Melo	0,695	0,707	0,492	0,632	80	4090
Major Sales	0,727	0,680	0,482	0,630	89	4134
José da Penha	0,706	0,673	0,508	0,629	90	4145
Encanto	0,664	0,729	0,481	0,625	98	4221
Riacho da Cruz	0,648	0,706	0,517	0,624	101	4242
Francisco Dantas	0,648	0,690	0,527	0,622	103	4272
Riacho de Santana	0,664	0,750	0,450	0,621	104	4277
São Miguel	0,664	0,688	0,492	0,615	111	4397
Marcelino Vieira	0,648	0,696	0,495	0,613	115	4424
Paraná	0,648	0,715	0,465	0,609	122	4492
Doutor Severiano	0,652	0,697	0,446	0,598	134	4689
Tenente Ananias	0,648	0,677	0,465	0,597	139	4714
Coronel João Pessoa	0,652	0,682	0,442	0,592	146	4812
João Dias	0,683	0,650	0,437	0,590	148	4842
Água Nova	0,652	0,664	0,446	0,588	152	4872
Venha-Ver	0,573	0,664	0,395	0,544	166	5348

Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (<http://www.pnud.org.br/>)

Comparando os dados municipais acima com o IDH para o Estado, percebe-se que a maior parte destes está abaixo do índice médio, configurado em 0,705 (tabela). Essa situação fica mais clara quando analisado o ranking no próprio Estado e no País.

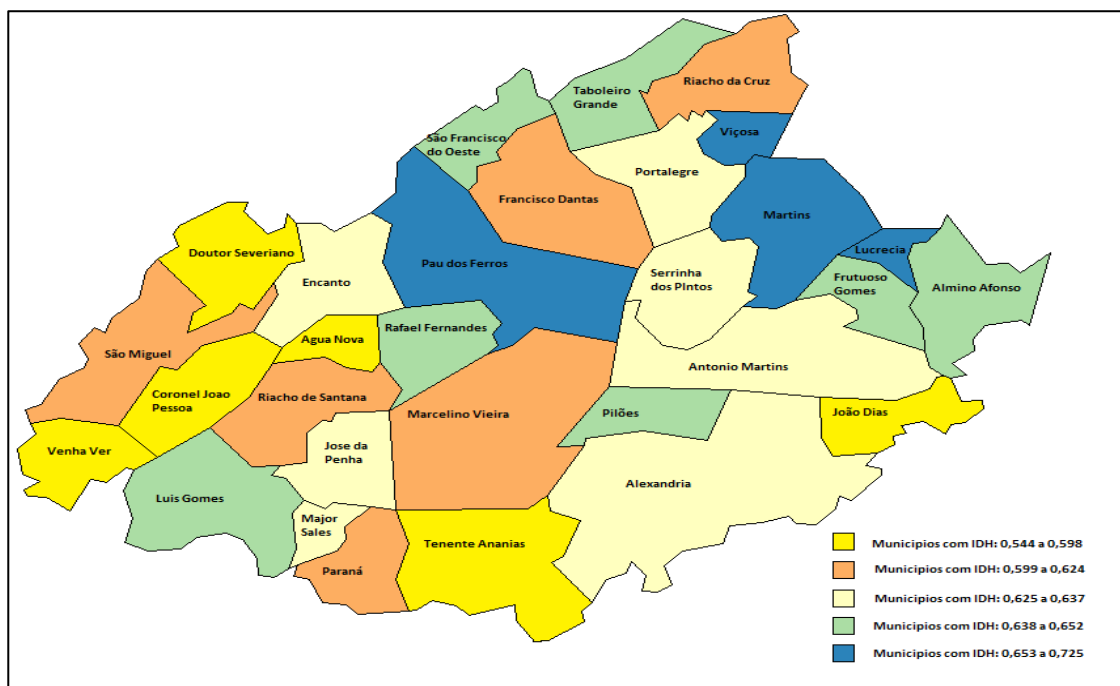
QUADRO 4 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DO RIO GRANDE DO NORTE – METODOLOGIA PNUD 2000.

IDH RN	1991	2000
IDH - Educação:	0,642	0,779
IDH - Renda:	0,579	0,636
IDH - Longevidade:	0,591	0,7
IDH - Municipal:	0,604	0,705

Fonte: PNUD/Atlas de Desenvolvimento Humano (<http://www.pnud.org.br/>).

Um fator a ser considerado diz respeito à vocação econômica da região, predominantemente voltada para a agricultura de subsistência e pecuária, atividades com dependência sazonal, haja vista as variações climáticas a que se submetem. As atividades do setor secundário (comércio) e terciário (serviços) também estão presentes, porém de modo pouco expressivo.

FIGURA 01 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH DO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR.



Fonte: PNUD, 2000.

2.1.5 O Tecido Social Organizativo

O Território do Alto Oeste Potiguar conta com diversas instituições que formam o tecido social do território, dentre elas merecem destaque: Prefeituras Municipais, Câmaras Legislativas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETARN, Associações Comunitárias, Igrejas, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Instituições educacionais, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas e Empresas-SEBRAE, entidades financeiras e órgãos do Governo Federal e Estadual. Uma de organizações sociais que prestam serviços importantes à sociedade do Alto Oeste.

As Prefeituras municipais são responsáveis pela prestação dos serviços básicos a população como saúde, educação e assistência social. Sendo diagnosticado pelo colegiado territorial que apresentam sérios problemas como elevados gastos com pessoal, deficiência na contratação de profissionais qualificados como agrônomos, veterinários, nutricionistas, assistentes sociais, profissionais em informática dentre outros, deficiência de planejamento e gerenciamento, pouca transparência na aplicação dos recursos públicos, ausência de programas de geração de ocupação e renda, centralização do poder e dificuldade de acesso a recursos do governo federal.

As Câmaras Municipais, em sua grande maioria são bastante ineficientes, estão sempre a serviço do executivo municipal, não há uma participação efetiva da população nas seções legislativas e a grande maioria dos vereadores desconhecem as suas reais funções.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais é a entidade que representa os agricultores e agricultoras familiares do território, está presente em todos os municípios, é responsável pela prestação de importantes serviços para os trabalhadores no âmbito da seguridade social, garantido a todos o direito a aposentadoria especial aos 60 anos para homens e 55 para mulheres, auxílio maternidade e auxílio doenças amparadas pelo INSS. Ao longo dos anos têm participado ativamente das lutas em defesa dos agricultores e agricultoras familiares como acesso a terra, água, crédito, assistência técnica, moradia rural

e outros. No âmbito estadual são vinculados a FETARN que os apóia e dar sustentação políticas as lutas em nível estadual e federal.

As Associações Comunitárias são entidades voltadas a apoiar o desenvolvimento das diversas comunidades rurais, e grupos existentes no território como pescadores, pequenos criadores, artesãos, jovens, mulheres e outros segmentos sociais. Apresentam sérios problemas de organização como pouco comprometimento dos associados com a entidade, elevado grau de individualismo, dificuldades de manutenção das suas obrigações legais junto a Receita Federal, INSS, FGTS, desconhecimento sobre associativismo, cooperativismo e gestão social.

Os Conselhos municipais gestores das principais políticas públicas existentes no território, como saúde, educação (FUNDEB, Merenda Escolar) assistência social, criança e adolescente, desenvolvimento rural sustentável apresentam sérios problemas de funcionamento, são constituídos por pessoas escolhidas pelo próprio executivo municipal, não apresentam um calendário definido de reuniões, não fazem o acompanhamento sistemático da execução dessas políticas públicas, não dispõem de espaços físicos nem equipamentos como computadores conectados a internet para o desempenho de suas funções e exercerem o efetivo controle social a que se propõem.

As entidades financeiras oficiais presentes no território são os Bancos do Brasil com agencias em Pau dos Ferros, São Miguel e Alexandria, do Nordeste e Caixa Econômica Federal em Pau dos Ferros. Nos últimos anos ambas as instituições tem melhorado o atendimento a população no tocante a financiamentos, deixando a desejar principalmente o Banco do Brasil e Caixa Econômica no atendimento aos clientes, onde os mesmos são diariamente obrigados a conviver com enormes filas ultrapassando sempre o limite legal de espera em vigor.

Quanto a instituições financeiras privadas o território conta com os serviços bancários do Bradesco, graças a uma parceria do mesmo com os Correios está presente em todos os municípios do território, oferecendo os serviços de

abertura de contas correntes e poupança, pagamento de benefícios previdenciários e recebimento de pagamentos como água, luz e outros títulos.

As igrejas católica e evangélicas prestam serviços de caráter espiritual a toda a população do território, sendo momento bastante festejado em todos os municípios as festividades dos padroeiros, as comemorações do mês de maio e dezembro. Quanto as evangélicas é comum os cultos de louvores regional que reúnem uma grande quantidade de praticantes. Pouco trabalhado por estas entidades religiosas no territórios são as ações sociais bastante comum a diversas congregações religiosas.

O Serviço brasileiro de apoio as micro e pequenas empresas está presente no território com sede no município de Pau dos Ferros, presta relevantes serviços no apoio a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento do território tanto na área urbana como rural. Apoia pequenos empresários que buscam se estabelecer no mercado como também oferece serviços de aprimoramento e eficiência dos que já estão estabelecidos.

Os órgãos do governo estadual presentes no território sediados em Pau dos Ferros são: DIREC 15 (Diretoria Regional de Educação), VI URSAP (Unidade Regional de Saúde Pública), 14 Companhia de Polícia Militar, EMATER, Coletoria Estadual, DETRAN, IDEMA,

Os órgãos do Governo Federal presentes no território, sediados em Pau dos Ferros são: Receita Federal, INSS, IBGE, DNOCS. Essas organizações sociais são de maior relevância para o desenvolvimento da sociedade alto-oestana, pois atuam em todos os municípios que compõem o território e prestam relevantes serviços.

O grau de articulação entre essas diversas organizações da sociedade civil ainda é bastante pequeno não existindo ainda um envolvimento que possibilite à formação de redes ou fóruns de discussão capazes de dar maior visibilidade a atuação dos mesmos. A partir da constituição do colegiado do território da cidadania percebe-se o início de uma maior integração entre essas organizações.

No que se refere à prestação de assistência técnica a agricultura familiar enfatizamos no território a atuação de duas ONG's, a DIACONIA e CODESAOP . A primeira, com sede na cidade de Umarizal, desenvolve significativos trabalhos em vários municípios do território em programa de apoio as famílias na convivência com o semi-árido e agricultura agroecológica. Durante os últimos anos a DIACONIA atua fortemente através do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC)¹, garantindo água de qualidade a famílias que historicamente sofreram com a falta deste recurso natural nos períodos de estiagem.

A segunda, a Cooperativa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste Potiguar - CODESAOP, com sede em Pau dos Ferros, desenvolve um trabalho com agricultores e agricultoras beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário, Programa de Combate à Pobreza Rural, Programa Desenvolvimento Solidário e Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf.

2.1.6 Situação de Saúde

A estrutura dos serviços de saúde no Território do Alto Oeste Potiguar é composta por 202 estabelecimentos, dentre estes conta com 30 (trinta) hospitais. 1 Hospital Regional, (2) Hospital Geral – filantrópico, localizados no município de Pau dos Ferros – Centro de Referência em Saúde no Alto Oeste Potiguar, (16) Hospital Municipal e (11) Hospitais Maternidade de Pequeno Porte (HPP), segundo o Ministério da Saúde tem como função o atendimento Clínico Médico e Pediátrico e Parto Natural. Conta ainda com 79 Postos de Saúde, 28 Centros de Saúde, 8 Unidades Mistas e 44 Outros estabelecimentos. Complementando essa estrutura o município de Pau dos Ferros conta com 20 Consultórios Particulares com Clínicas especializadas, 20 Unidades de Apoio Diagnóstico e Terapia, 12 Ambulatórios de Especialidades e uma Unidade Móvel Terrestre.

Programa 1 milhão de Cisterna é um programa promovido pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) com meta de construção de 1 milhão de unidades de cisternas para famílias no Semi-Árido.

QUADRO 5 – ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR POR MUNICÍPIO – 2009.

Municípios	Estabelecimentos de Saúde					Total
	Posto de Saúde	Centro de Saúde	Unidade Mista	Hospital	Outros	
Água Nova	1	-	-	-	1	2
Alexandria	10	-	-	2	5	17
Almino Afonso	2	2	-	1	2	7
Antonio Martins	6	1	1	1	-	9
Cel. J. Pessoa	2	-	1	1	1	5
Doutor Severiano	3	-	-	1	2	6
Encanto	1	-	-	1	2	4
Francisco Dantas	2	-	-	1	1	4
Frutuoso Gomes	5	1	1	1	-	8
João Dias	2	-	1	-	-	3
Jose da Penha	1	1	-	1	2	5
Lucrecia	3	2	-	1	-	6
Luis Gomes	4	-	-	1	4	9
Major Sales	-	-	-	1	2	3
Marcelino Vieira	4	1	-	1	2	8
Martins	6	-	-	1	2	9
Paraná	-	-	1	1	1	3
Pau dos Ferros	-	12	2	3	4	21
Pilões	2	2	-	1	-	5
Portalegre	6	1	-	1	1	9
Rafael Fernandes	2	-	-	1	2	5
Riacho da Cruz	1	1	1	1	-	4
Riacho de Santana	2	-	-	1	1	4
São F.do Oeste	-	-	-	-	2	2
São Miguel	8	2	-	2	2	14
Serrinha dos Pintos	2	-	-	1	1	4
Taboleiro Grande	1	-	-	1	1	3
Tenente Ananias	2	-	-	1	1	4
Venha Ver	-	1	-	-	1	2
Viçosa	1	-	-	1	1	3
Total	79	28	08	30	44	202

Fonte: VI Unidade de Saúde 2010

Dos 202 estabelecimentos 96,6% correspondem ao Poder Público e 3,4% à Filantropia.

Os serviços de urgência no Território são encaminhados para o Hospital Regional, sediado em Pau dos Ferros, que dependendo da gravidade, encaminha para Mossoró ou Natal. Apesar da estrutura física disponível, segundo membros do Colegiado Territorial, o Hospital Regional tem sido motivo de várias reclamações. O mesmo não tem correspondido com a sua real função e assim tem se transformado numa unidade ambulatorial - atendendo consultas, principalmente de Pau dos Ferros e municípios circunvizinhos - o que causa a superlotação e ocasiona o não cumprimento da sua função básica que é tratar as urgências, emergências e os casos mais complexos que estão além do alcance da saúde nos municípios. No que se refere aos equipamentos como Raio X, aparelhos de ultra-sonografia e outros, o Hospital Regional também apresenta grande deficiência. Fato bastante corriqueiro no setor de ortopedia, segundo membros do Colegiado Territorial, o médico com essa especialidade que é plantonista no respectiva unidade hospitalar atua apenas para receber os pacientes, atender a urgência e encaminhá-los para clínicas particulares de propriedade destes profissionais que por vezes residem na região, reafirmado pelo Colegiado Territorial do Alto Oeste Potiguar (2009).

Os serviços de saúde básica, como as consultas em gerais, são feitas diretamente em unidades ambulatoriais de cada município através de profissionais do Programa Saúde da Família (PSF) atualmente conhecida como Estratégia Saúde da Família (ESF). Cada equipe é composta por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, agentes comunitários de saúde, e para cada equipe de ESF uma equipe de saúde bucal que é composta por um dentista e um auxiliar de consultório dentário. O território conta com um total de 80 equipes distribuídas por município de acordo com a sua população, seguindo determinação do ministério da saúde que estabelece uma equipe para cada 1.000 famílias.

QUADRO 6 – EQUIPES DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE ATUANTES NO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR.

Município	Equipe Saúde da Família	Equipe Saúde Bucal	Agentes Comunitários de Saúde
Alexandria	05	05	28
Antonio Martins	03	03	17
Água Nova	01	01	06
Almino Afonso	02	02	13
Cel. João. Pessoa	02	02	09
Dr. Severiano	03	03	16
Encanto	02	02	12
Francisco Dantas	01	01	07
Frutuoso Gomes	02	02	10
João Dias	01	01	06
José da Penha	03	03	15
Lucrecia	01	01	08
Luis Gomes	04	04	24
Marcelino Vieira	03	03	18
Martins	03	03	19
Major Sales	01	01	08
Paraná	02	02	09
Pau dos Ferros	11	11	68
Pilões	02	02	09
Portalegre	03	03	17
Rafael Fernandes	02	02	11
Riacho da Cruz	01	01	07
Riacho de Santana	02	02	11
São Francisco do Oeste	02	02	09
São Miguel	07	06	35
Serrinha dos Pintos	02	02	11
Taboleiro Grande	01	01	4
Tenente Ananias	04	04	22
Venha Ver	02	02	09
Viçosa	01	01	04
TOTAL GERAL	79	78	442

Quanto aos serviços de UTI, o território apresenta uma grande deficiência, conta com apenas 06 leitos no Hospital Regional e nenhum deles é neo-natal, causando sérios problemas as gestantes de alto risco que têm que ser encaminhadas às pressas para a cidade do Natal. Outros serviços, como consultas especializadas, exames de média e alta complexidade são encaminhados para os municípios de Alexandria e Pau dos Ferros, Mossoró ou

Natal. Esses encaminhamentos são feitos pelo SUS, agendados em cada município a partir de centrais de regulação de forma *online*, pelos sistemas Sistema de Regulação – SISREG, Sistema on-line, criado para o gerenciamento de todo complexo regulatório indo da rede básica à internação hospitalar, visando a humanização dos serviços, maior controle do fluxo e otimização na utilização dos recursos e Sistema Integrado de Gerenciamento de Usuários do SUS - SIGUS - APAC, onde é estabelecido um teto mensal para cada município. Outros equipamentos hospitalares no Território como: aparelhos de ultrassom, oftalmológicos, mamógrafo, raio x, tomógrafo, são particulares que atendem também pelo SUS, agendados previamente através de uma Central de Marcação de Consultas.

Com relação a Leitos Hospitalares observa-se que no Território do Alto Oeste Potiguar contava em 2009 com 715 leitos. De acordo com os parâmetros da Organização Mundial de Saúde – OMS que estabelece 1 leito para cada 500 habitantes, o Território apresentava um superávit de 418 leitos. Vale ressaltar entretanto, a concentração desse equipamento nos municípios de Pau dos Ferros, Alexandria e São Miguel com 128, 101 e 80 leitos respectivamente. Entretanto, os municípios de Água Nova, João Dias e São Francisco do Oeste, apresentaram déficit visto que, não contam com nenhum leito hospitalar. O coeficiente de leitos dá indicação da infra-instrutora existente mas isoladamente, não mostra as reais condições de atendimento da população, sendo necessário o número de profissionais disponíveis para a prestação desses serviços.

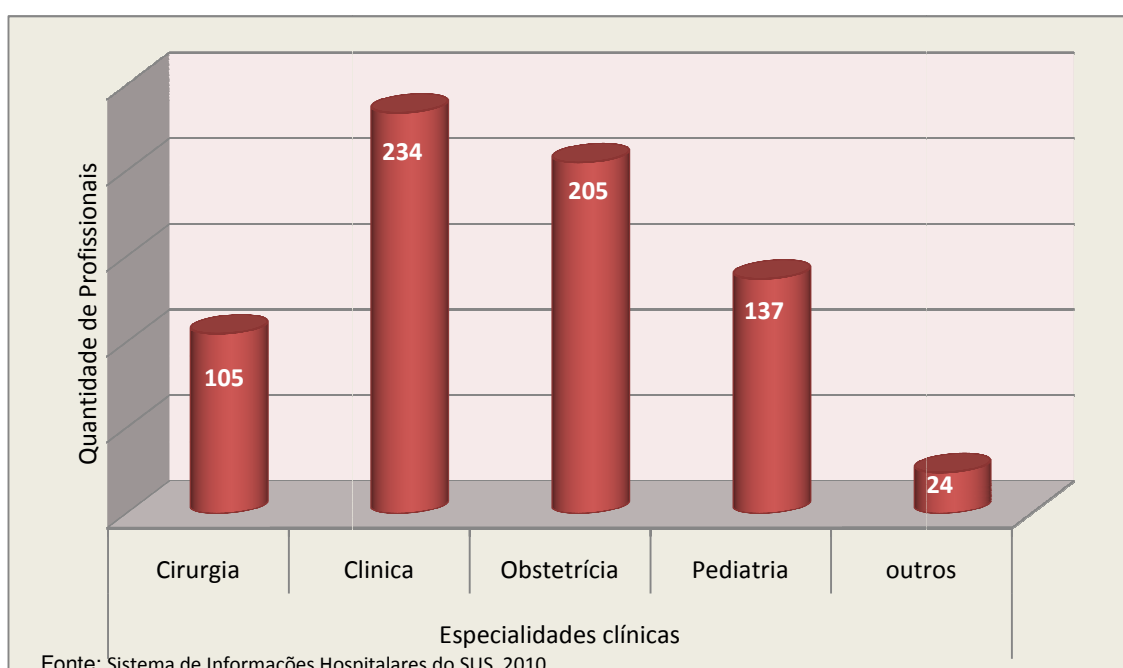
O Território do Alto Oeste Potiguar é composto por Cirurgia, Clínica Médica, Odontologia, Pediatria e outras áreas profissionais constituídas por 715 profissionais, ver Quadro 07. Foi analisado para isto, o número de médicos por mil habitantes referenciado nos padrões estabelecidos pela OMS. Este indicador evoluiu positivamente de 2005 para 2009 em termos de número de profissionais segundo as secretarias municipais de saúde mas de acordo com os membros do Colegiado, as especialidades como cardiologia, oftalmologia, neurologia entre outros, não atendem à demanda da população visto que, os profissionais dessas áreas se concentram nos grandes centros populacionais.

QUADRO 7 - LEITOS DA REDE HOSPITALAR DO SUS NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR – 2009.

Município	Leitos na rede hospitalar do SUS					Total
	Especialidades clínicas					
	Cirurgia	Clinica Medica	Obstetrícia	Pediatria	outros	
Total	105	234	205	137	24	715

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS, 2010.

GRÁFICO 02 - LEITOS DA REDE HOSPITALAR DO SUS NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR – 2009.



A distribuição de medicamentos fica a cargo do Programa Federal de Assistência à Farmácia Básica, que destina R\$ 4,10 (Quatro reais e dez centavos) per capita, o Estado destina R\$ 1,00 (Um real) per capita e o município também apresenta contra partida de R\$ 1,00, só que nas farmácias das unidades de saúde nunca se encontram esses medicamentos disponíveis. Na verdade, a maioria dos medicamentos são distribuídos pelos prefeitos municipais através das secretarias municipais de saúde que geralmente estão condicionadas às conveniências eleitorais de cada sistema político local, fato semelhante ocorre também, com exames de média e alta complexidade não custeados pelo SUS.

Com relação aos partos cesáreos e normais, o Território do Alto Oeste Potiguar no ano 2007 registrou 2.428 partos. Deste total, 1.380 foram cesáreos, ou seja 56,83%. Em 2008 esse percentual aumentou para 62,85%, visto que foram registrados 2.715 partos, sendo 1.709 cesáreos.

QUADRO 8 - PARTOS NORMAIS E CESÁREOS POR MUNICÍPIOS NO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR . 2007-2008.

Município	Situação da Saúde			
	Partos Cesáreos		Partos Normais	
	2007	2008	2007	2008
Alexandria	161	186	36	30
Antonio Martins	63	66	37	38
Água Nova	29	32	14	08
Almino Afonso	55	42	29	39
Cor. João. Pessoa	21	22	24	30
Dr. Severiano	47	53	36	27
Encanto	24	28	43	42
Fco. Dantas	24	19	11	12
Frutuoso Gomes	59	52	14	21
João Dias	31	30	06	10
José da Penha	36	29	29	18
Lucrecia	20	25	21	19
Luis Gomes	65	60	52	44
Marcelino Vieira	51	88	31	34
Martins	51	59	58	54
Major Sales	33	49	25	04
Paraná	18	22	19	23
Pau dos Ferros	199	283	92	98
Pilões	36	38	12	07
Portalegre	39	34	49	44
Rafael Fernandes	47	44	24	18
Riacho da Cruz	32	14	23	24
Riacho de Santana	32	36	22	21
São Fco. do Oeste	36	28	16	15
São Miguel	15	168	178	172
Serr. Dos Pintos	40	43	24	30
Taboleiro Grande	15	28	11	09
Tenente Ananias	68	83	78	80
Venha Ver	19	32	26	27
Viçosa	14	16	08	12
TOTAL GERAL	1380	1709	1048	1010

Fonte: CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde) - 2009.

Para os autores: Kozu, Kátia T.; Godinho, L.T.; Muniz ; M.V.F.; Chiarioni, P.,

O coeficiente de mortalidade infantil é a relação entre o número de óbitos de crianças menores de um ano e o número de nascidos vivos em determinado local e calculado na base de mil nascidos vivos. Este coeficiente é reconhecido como um dos mais sensíveis indicadores de saúde, pois a morte de crianças menores de um ano é diretamente influenciada por condições de pré natal, gravidez, história materna, conduta e doenças maternas, ruptura precoce de membrana, gemelaridade, idade materna, consangüinidade, procedimentos perinatais, mortalidade perinatal, condições e tipo de parto, síndrome da morte súbita, estado marital, intervalo entre partos, fatores interpartais, diferenças raciais materna e infantil condições sócioeconômicas, prematuridade, baixo peso ao nascer, más formações cômgenitas, mães portadoras do HIV e de outras doenças infecto contagiosas e outros. O coeficiente de mortalidade infantil é um indicador bastante utilizado e dividido tradicionalmente em: mortalidade infantil neonatal e mortalidade infantil tardia que ocorrem respectivamente antes e após 28 dias. A mortalidade infantil neonatal é, por sua vez, dividida em mortalidade infantil neonatal precoce que compreende os óbitos ocorridos entre 0 e 6 dias e em mortalidade infantil neonatal tardia que ocorre entre 7 e 28 dias de vida.

Com relação aos óbitos neonatais (crianças < 28 dias), no Território do Alto Oeste Potiguar ocorridos no período 2005 - 2009 mostraram dados relevantes. De acordo com a VI Regional de Saúde, em 2005 totalizaram 44 óbitos. Em 2009, apesar de registrar uma redução, ainda foi considerável o número de óbitos (39). Daí, a necessidade do acompanhamento médico das grávidas, acompanhamento pré natal, acesso às maternidade e hospitais, acompanhamento pediátrico, nutrição adequada e apoio sistemático ao

Programa Aleitamento Materno. Foi identificado, durante a realizações das reuniões do Colegiado que, as principais causas estão na deficiência da qualidade do pré natal e falta de assistência qualificada ao parto e puerpério. Fatos estes, que podem estar contribuindo para os óbitos maternos.

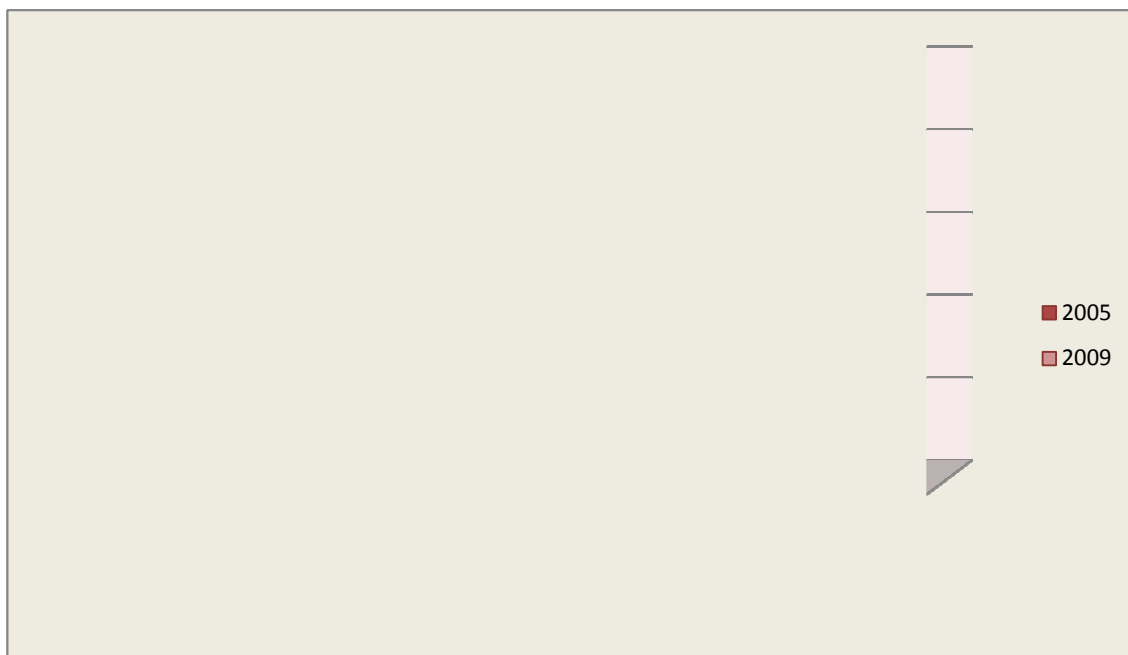
QUADRO 9 - NATALIDADE E MORTALIDADE NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR – 2005/2009.

Ano	Nascidos Vivos	Óbitos neonatais < 28 dias	Óbitos de mulheres em idade fértil	Óbitos por causas externas	Óbitos na faixa etária de 20 a 29 anos
2005	3.658	44	185	97	40
2009		39	39	117	48

Fonte: IV unidade de Saúde 2010.

No Território do Alto Oeste Potiguar, em 2005, o número de óbitos em mulheres em idade fértil, foi 185. Em 2009, houve uma queda acentuada desse número de óbitos, passando para 39. Pode-se inferir que, a partir de 2005 as mulheres no Território passaram a ter uma maior consciência na procura pelos serviços de sua saúde. Por outro lado, os serviços de saúde oferecidos, passaram a ter uma melhor qualidade. De acordo com dados da IV Regional de Saúde, dos óbitos na faixa etária de 10 a 14 anos, em 2005, duas mulheres tinham de 1 até 3 anos de escolaridade e na faixa etária de 40 a 49 anos, 19 mulheres. Em 2009, observa-se que, na faixa etária de 10 a 14 anos permaneceu o mesmo número de óbitos. Entretanto, das mulheres férteis na faixa etária de 40 a 49 anos, ocorreram 28 óbitos com a mesma escolaridade.

GRÁFICO 3 - ÓBITOS POR CAUSA EXTERNA NA FAIXA ETÁRIA DE 20 A 30 ANOS.



Um aspecto importante a considerar é a mortalidade por Causa Externa ocorrida no Território no período 2005 – 2009, motivada pela violência seja no trânsito, por homicídio e suicídio. É um número que remete preocupação, pois do total de óbitos no Território, totalizando 97, por (Acidente, Suicídio e Homicídio), de acordo com dados da VI Unidade Regional de Saúde Pública, Pau dos Ferros e São Miguel assumem a dianteira com 16 e 8 casos registrados no ano de 2005 respectivamente. Em 2009, esses números foram mais favoráveis, embora ainda apresentem números significativos, ou seja, Pau dos Ferros (11 óbitos) e São Miguel (8 óbitos). O número significativo de óbitos por acidente é visto em decorrência do aumento da frota de veículos, sobretudo de motos e motocicletas, das condições de infraestrutura (estradas, rodovias, sinalização, inexistência de acostamentos), assim como do próprio comportamento e desrespeito pelos motoristas ao Código de Trânsito. Com relação à mortalidade nas idades jovens – Óbitos por Causa Externa na faixa etária de 20 a 30 anos de idade, no Território do Alto Oeste Potiguar no período 2005-2009, o número de óbitos cresceu de 21 em 2005 para 31 em 2009 (ver Gráfico 3). Vale ressaltar que a violência vem sendo tratada de forma muito

precária. Por outro lado, o sistema de informações não disponibiliza dados reais sobre o problema sobretudo nessa faixa de idade.

No tocante aos Gastos destinados ao setor saúde, no Território, pode-se afirmar que na maioria dos municípios existe uma atenção da administração quando se trata de saúde visto que, é nele que a população mais demanda dos gestores administrativos, fato esse que os políticos da região utilizam como proveito para se beneficiarem na época de eleições, pois embora o atendimento seja na maioria das vezes clientelista, é oferecido como moeda de troca, e desse modo os que são atendidos se vêem na obrigação de retribuir com o voto a atenção recebida. Os percentuais legais exigidos pela legislação em vigor de que seja aplicado, 25% dos recursos na saúde é facilmente ultrapassado em quase todos os municípios do território.

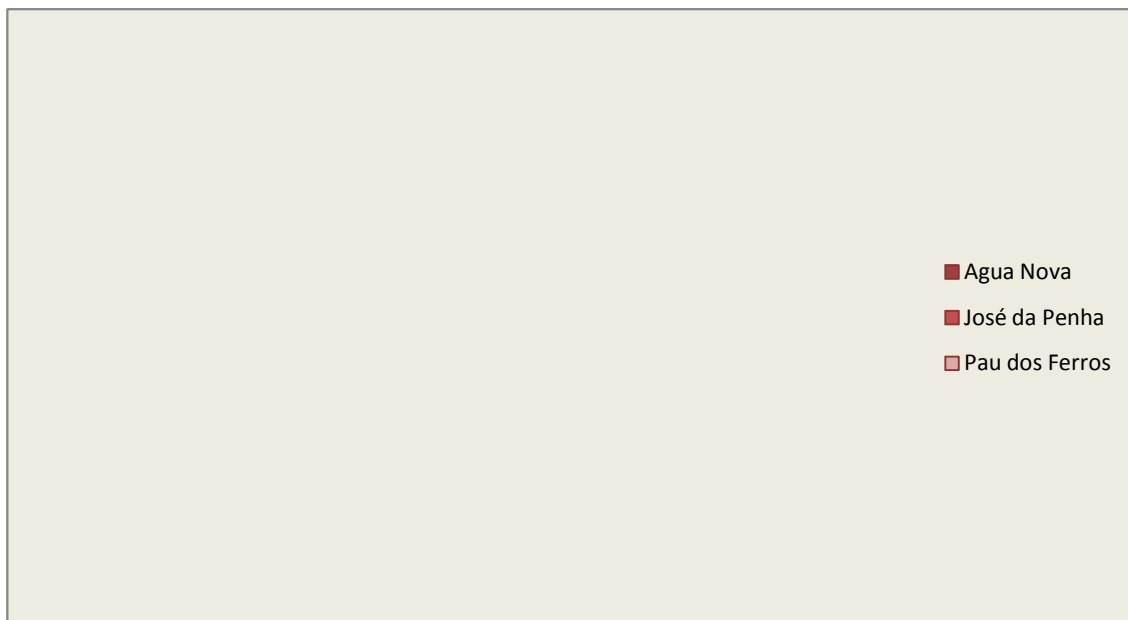
Com relação aos recursos oriundos do Governo Federal estes são repassados mensalmente e creditados diretamente na conta do fundo municipal de saúde que é gerido pelo prefeito municipal como o anuncia do Conselho Municipal de Saúde, que na sua grande maioria dos municípios do território existe em somente de forma legal, mas que, é perceptível de que não há atuação.

Vale ressaltar a evolução desses recursos nos anos de 2004, 2006 e 2008 em três municípios do território, sendo o de maior população Pau dos Ferros, um dos menores Água Nova e um intermediário José da Penha. Percebemos um aumento considerável nessas transferências sem que a qualidade dos serviços tenha melhorado na mesma proporção como foi considerado em reuniões territoriais.

QUADRO 10 - TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS NO SETOR SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DE ÁGUA NOVA, JOSÉ DA PENHA E PAU DOS FERROS NOS ANOS DE 2004, 2006 E 2008.

TRANSFERENCIAS GOVERNAMENTAIS	ANOS		
	2004	2006	2008
PAB FIXO	670.642,62	534.634,86	740.638,93
PAB VARIAVEL (PSF)	1.167.480,00	1.814.400,00	2.170.467,00
VIG SANITARIA	120.391,15	0	20.451,24
FARMACIA BASICA	65.795,30	87.877,56	112.520,44
FARMACIA BASICA	0	0	45.041,81
VIG. SANITARIA	7.199,30	11.664,92	19.346,40
ESTRATEGICO	40.000,00	43.327,68	0
CONTROLE DE DOENÇAS	100.686,52	105.505,77	18.406,70
GESTÃO PLENA	2.712.457,58	2.516.714,31	0
VIGILANCIA EM SAUDE	1.829,10	0	402.325,81
MELHORIA SANITARIA	89.998,52	29.520,00	30.000,00

GRÁFICO 4 - TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS NO SETOR SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS DE ÁGUA NOVA, JOSÉ DA PENHA E PAU DOS FERROS NOS ANOS DE 2004, 2006 E 2008.



2.1.7 Assistência Social

Com relação aos programas sociais existentes no território temos a atuação de vários, merecendo destaque para o Bolsa Família, Luz para todos, Agente Jovem, Projovem, PETI, PAIF (Programa de Atenção Integral às Famílias) e o CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) .

O Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF é dirigido ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social e é um serviço continuado de proteção social básica desenvolvido pelos Centros de Referência da Assistência (CRAS) ou “Casas de Famílias”. O PAIF é assumido e pactuado pelas diferentes esferas de governo.

A atuação do CRAS se dá no âmbito das famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário presta atendimento socioassistencial e fazem encaminhamento às redes de proteção social em cada localidade.

Como responsabilidades à equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, e articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios.

O Bolsa Família constitui hoje a principal fonte de renda para inúmeras famílias do Território, como também tem conseguido com a exigência de sua contrapartida manter inúmeras crianças em sala de aula. Uma questão levantada por membros do Colegiado Territorial consiste no fato de que em muitos municípios ainda existem famílias necessitadas que não conseguiram ser cadastradas no Programa. Por outro lado, há casos em que famílias que não preenchem os requisitos necessários, estão incluídas no Programa. Aponta-se aí uma enorme dificuldade dos conselhos gestores do Programa proceder à inclusão e exclusão de famílias.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

O PETI compõe o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e tem três eixos básicos: transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

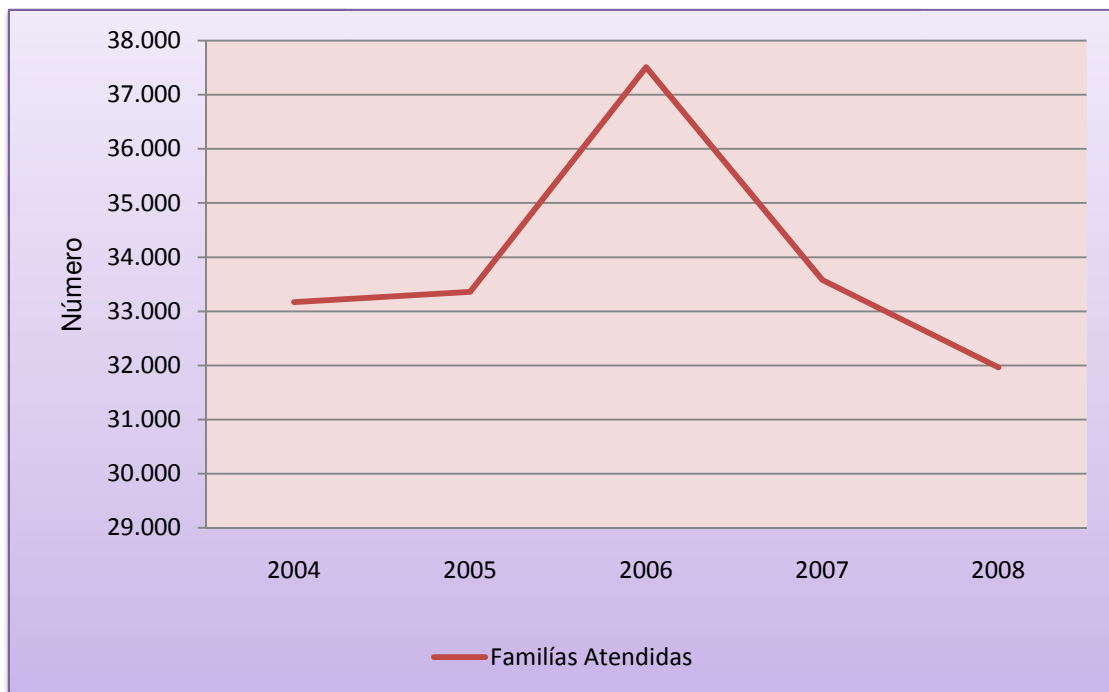
No Quadro 11 verifica-se a quantidade de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família por município no período de 2004 a 2008 com os respectivos valores.

QUADRO 11 - QUANTIDADE DE FAMÍLIAS CADASTRADAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 2004 A 2008 COM OS RESPECTIVOS VALORES.

Município	2004		2005		2006		2007		2008	
	Quant. Famílias	Valor	Quant. Famílias	Valor	Quant. Famílias	Valor	Quant. Famílias	Valor	Quant. Famílias	Valor
Água Nova	358	251.005,00	361	266.576,00	524	318.087,00	499	348.139,00	447	404.983,00
Alexandria	2.696	1.408.599,00	2.892	1.482.462,00	2.799	1.632.687,00	2.555	1.762.516,00	2.508	2.097.607,00
Almino Afonso	837	420.095,00	1.010	571.728,00	995	643.753,00	898	663.122,00	672	791.515,00
Antonio Martins	1.544	913.746,00	1.569	895.669,00	1.694	1.010.257,00	1.385	1.092.116,00	1.331	1.242.079,00
Cor. João. Pessoa	869	464.522,00	959	546.739,00	1.101	662.455,50	884	694.820,00	918	805.961,00
Dr. Severiano	1.330	806.051,00	1.389	791.785,00	1.452	927.787,00	1.255	980.322,00	1.188	1.137.526,00
Encanto	1.058	556.384,00	1.126	583.948,00	1.005	627.635,00	917	650.300,00	786	716.094,00
Fco. Dantas	708	390.625,00	659	373.260,00	673	405.554,00	585	443.451,00	556	505.494,00
Frutuoso Gomes	762	450.350,00	848	479.436,00	1.009	556.316,00	851	621.583,00	825	752.815,00
João Dias	615	378.582,00	650	409.195,00	712	430.780,00	595	466.038,00	575	521.538,00
José da Penha	1.018	539.435,00	1.077	566.185,00	1.218	713.998,00	1.216	824.832,00	1.190	998.010,00
Lucrecia	626	376.449,00	631	358.884,00	644	404.958,00	601	401.802,00	491	428.911,00
Luis Gomes	1.716	989.477,00	1.894	998.372,00	1.790	1.116.123,00	1.507	1.226.236,00	1.463	1.429.179,00
Marcelino Vieira	1.275	499.351,00	1.442	862.232,00	1.526	1.039.439,00	1.602	1.158.789,00	1.606	1.409.894,00
Martins	1.486	734.583,00	1.584	839.653,00	1.628	903.018,00	1.358	980.706,00	1.409	1.118.900,00
Major Sales	607	386.978,00	604	378.074,00	669	397.249,00	553	433.650,00	525	500.114,00
Paraná	492	268.539,00	595	320.678,00	688	461.993,00	639	518.678,00	629	501.962,00
Pau dos Ferros	3.303	1.492.243,00	3.613	1.705.635,00	3.930	2.513.518,00	3.699	2.739.751,00	3.443	3.205.482,00
Pilões	544	313.969,00	614	323.784,00	615	379.185,00	585	401.290,00	501	466.489,00
Portalegre	1.488	825.523,00	1.539	826.441,00	1.562	902.210,00	1.312	900.405,00	1.164	1.036.156,00
Rafael Fernandes	677	440.512,00	768	483.837,00	922	565.535,00	809	595.664,00	699	639.994,00
Riacho da Cruz	487	337.363,00	539	369.289,00	620	430.094,00	570	451.849,00	579	529.144,00
Riacho de Santana	670	320.928,00	878	447.385,00	853	540.508,00	798	577.810,00	816	711.027,00
São Fco. do Oeste	714	388.799,00	736	464.088,00	800	470.454,00	657	480.136,00	647	568.672,00
São Miguel	3.495	1.886.820,00	3.803	2.141.887,00	4.056	2.394.688,50	3.777	2.865.871,00	3.536	3.561.490,00
Serr. Dos Pintos	816	423.058,00	940	472.529,00	996	615.364,50	824	662.501,00	818	764.127,00
Taboleiro Grande	424	228.664,00	420	223.782,00	424	225.749,00	366	247.665,00	341	274.175,00
Tenente Ananias	1.492	751.145,00	1.516	744.832,00	1.835	1.026.319,00	1.641	1.248.172,00	1.711	1.423.406,00
Venha Ver	635	352.877,00	701	408.208,00	770	492.195,00	639	531.580,00	590	602.148,00
Viçosa	420	248.911,00	412	227.859,00	342	221.344,00	324	226.559,00	289	257.119,00
TOTAL	33.168	17.845.583,00	33.357	19.564.432,00	37.510	22.807.909,50	33.577	24.969.794	31.964	29.144.892,00

Fonte: Portal da Transparência – 2009. Disponível em: <<http://rn.transparencia.gov.br/>>.

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DOS CADASTROS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR NOS ANOS DE 2004-2008.

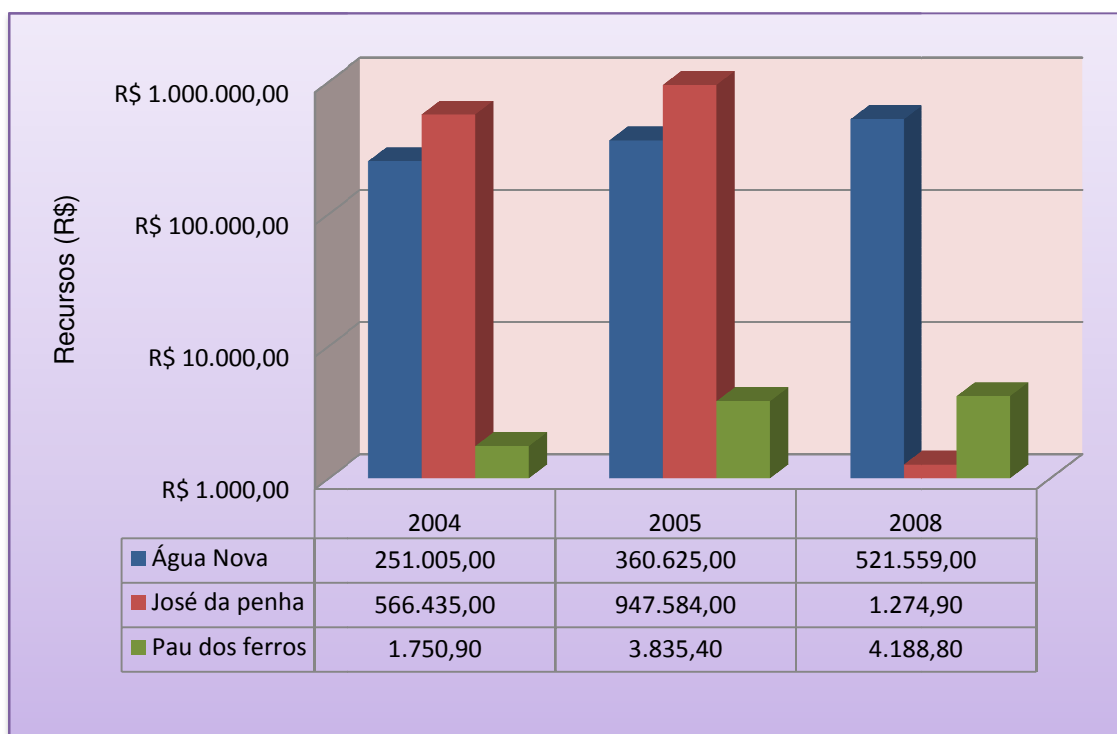


Quanto aos repasses de recursos do Governo Federal para programas na área de assistência social também registra-se um aumento considerável dos recursos para os municípios mencionados a seguir nos anos de 2004, 2006 e 2008.

QUADRO 12 - TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS PARA OS MUNICÍPIOS DE ÁGUA NOVA, JOSÉ DA PENHA E PAU DOS FERROS NOS ANOS DE 2004, 2006 E 2008 NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Programa	2004	2006	2008
Bolsa Família	2.282.683,00	3.545.603,50	4.608.475,00
PETI	-	260.480,00	294.520,00
PETI	-	120.845,00	75.160,00
IGD	-	77.107,83	115.790,33
PROJOVEM	-		108.037,50
CREAS		96.200,00	79.200,00
PAIF/ CRAS	-	251.796,40	247.500,00
Proteção Criança/Idoso	-	304.813,76	290.772,13
Agente Jovem	25.000,00	42.315,00	21.125,00
Apoio Int. as Famílias	27.000,00	-	
Promoção da I. Produtiva.	43.528,94	-	100.000,00
Apoio as M. Sociais econômicas das famílias.	24.000,00	-	-
Apoio às famílias	81.000,00	-	-
Modernização de centro de atendimento aos adolescentes	1.000,00	-	-
Ações Sociais para população carente	-	400.000,00	-

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS MUNICÍPIOS DE ÁGUA NOVA, JOSE DA PENHA E PAU DOS FERROS, NOS ANOS DE 2004, 2006 E 2008.



2.1.8 Situação da Educação do Território

A análise das condições da educação da população do Território foi construída a partir de informações e estatísticas levantadas junto ao Instituto de Estudos e Pesquisa Educacional (INEP), órgão estadual de educação como DIREDE's 14^a (Umarizal) e 15^a (Pau dos Ferros), secretarias municipais de educação e Colegiado Territorial.

Os serviços em educação estão distribuídos conforme legislação vigente nas três esferas de governo. O município fica com a responsabilidade do ensino fundamental (Pré-escola, creche e ensino fundamental), o Estado com o ensino médio e o Governo Federal com o ensino técnico e o superior. Contudo, ainda é bastante significativo no Território o Estado se responsabilizar pelo ensino fundamental, segundo censo escolar 2008 esse percentual é de 29,58% das matrículas nesta categoria de ensino, fato semelhante ocorre com o ensino superior, pois a principal instituição de ensino superior no Território é a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, o *Campus Avançado* “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia” em Pau dos Ferros. Existindo também, uma contribuição do ensino particular, com um percentual de 4,07%, sendo o município de Pau dos Ferros responsável pela grande maioria desse percentual, pois dispõem de algumas escolas particulares que atendem aos demais municípios. Segundo Censo Escolar 2008, do 1^o ao 9^o ano no ensino fundamental foi matriculado em 2007 37.658 alunos, sendo 66,33% na rede municipal, 29,58% na rede estadual e 4,07% na rede privada. Segundo membros do colegiado territorial, no território existe o déficit bastante acentuado na oferta dos serviços de creches, outro registro considerável é a diminuição considerável das escolas de ensino fundamental na zona rural do total 4 municípios diminuíram em mais de 50% e 3 deixaram de prestar o serviço.

Com relação ao índice de desenvolvimento da educação básica nos anos de 2005, 2007 e 2009 verifica-se uma média baixa no Território. O município de Taboleiro Grande alcançou uma média superior a nacional no ano de 2007 tendo declinado em 2009. Seguindo essa realidade de queda os municípios de

Dr. Severiano, Pilões, Riacho da Cruz e Venha Ver também apresentaram índices em 2009 menores que 2007, conforme Quadro 13 apresentado a seguir.

QUADRO 13 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS ANOS DE 2005, 2007 E 2009.

Município	Ano		
	2005	2007	2009
Água Nova	2,9	3,2	3,6
Alexandria	2,5	2,8	3,4
Almino Afonso	2,6	2,6	3,2
Antonio Martins	2,1	2,8	3,1
Cel. João Pessoa	2,6	2,9	3,5
Dr, Severiano	3,2	3,7	3,3
Encanto	2,6	3,4	3,4
Francisco Dantas	2,3	3,3	-
Frutuoso Gomes	2,5	2,4	3,4
João Dias	2,3	1,7	2,8
Jose da Penha	1,8	3,1	3,9
Lucrecia	3,1	3,2	-
Luis Gomes	2,6	3,2	3,2
Paraná	-	2,7	-
Major Sales	-	3,4	3,7
Marcelino Vieira	2,7	3,0	3,0
Martins	2,3	3,1	3,5
Pau dos Ferros	3,2	3,0	3,7
Pilões	3,2	3,2	2,7
Portalegre	2,8	3,1	3,1
Rafael Fernandes	2,6	3,3	4,0
Riacho da Cruz	2,7	2,6	2,5
Riacho de Santana	3,2	3,6	4,1
São Francisco do Oeste	-	-	-
São Miguel	2,7	3,6	3,8
Serrinha dos Pintos	2,4	2,3	3,5
Tenente Ananias	2,8	3,2	3,5
Tabuleiro Grande	-	4,4	3,1
Venha Ver	2,2	3,1	3,0
Viçosa	2,1	3,1	3,1

Fonte: INEP-2010.

Fazendo um comparativo entre os índices do IDEB e os recursos destinados a educação nestes municípios, podemos afirmar que o fator dinheiro não é sozinho garantia de educação de qualidade e resultados satisfatórios mais sim o resultado de várias ações como gestão educacional, valorização dos profissionais em educação através de salários dignos, capacitação continuada para professores e profissionais de apoio como também o envolvimento de toda comunidade através de associações de pais e mestres e participação efetiva nos mecanismos de controle social como Conselhos Municipal do FUNDEB e Merenda Escolar. A seguir, apresentamos uma série comparativa entre os recursos destinados a educação e os resultados do IDEB nos municípios de Taboleiro Grande, melhor índice do IDEB no ano de 2007, João Dias, menor índice 2007 e Riacho da Cruz, índice intermediário.

Com relação ao ensino médio o Território apresenta uma estrutura com 92 escolas distribuídas entre todos os municípios, segundo censo 2008 com um total de 9.242 matrículas. Seguindo uma realidade estadual essas escolas apresentam dificuldades principalmente de Professores em especialidades como Física, Química, Biologia e Educação Física, além de carências de laboratórios dessas disciplinas como também deficiência de computadores conectados a internet. Outra preocupação dos membros do colegiado territorial é com a qualidade do transporte escolar, o mesmo ainda é feito em carrocerias de camionetas e caminhões, além de regularidade, pois em muitos municípios quando não coincide o calendário municipal com o estadual os alunos do ensino médio ficam sem transportes. Outra preocupação levantada por membros do colegiado territorial é com as elevadas taxas de reprovação e evasão escolar no ensino médio.

Com relação ao ensino técnico, o território no ano de 2009 ganhou a instalação do Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte, sediado em Pau dos Ferros atende a todo o território ofertando os cursos de Técnico de Informática (80 matrículas), Técnico em Alimentação (80 matrículas) e o nível superior oferece o Curso de Licenciatura em Química (41 matrículas), além de ofertar também 81 matrículas para o Proeja. O IFRN tem ofertado também cursos de

qualificação para professores do ensino fundamental, contribuindo desta forma para melhorar a qualidade do ensino no território.

Quanto ao ensino superior o território do Alto Oeste Potiguar é servido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN *Campus* Avançado “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia”, com sede em Pau dos Ferros, a UERN foi instalada em 1976 no território e a partir daí presta relevantes serviços educacionais. Em 2009 oferece 7 cursos na graduação: Pedagogia (189 matriculas), letras (324 matriculas), economia (186 matriculas), Administração (221 matriculas), Enfermagem (126 matriculas), Educação Física (168 matriculas) e Geografia (190 matriculas), além de cursos de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, Especialização em Literatura e Estudos Culturais, Especialização em Lingüística Aplicada Especialização em Formação do Educador, Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável no Departamento de Economia e Mestrado em Letras. O *Campus* Avançado “Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia” alcançou na última década um avanço significativo, pois até 2004 funcionava com apenas três cursos Letras, Pedagogia e Economia. Recentemente também abriu dois núcleos situados um no Município de Alexandria que oferece os Cursos de Historia, Ciências Contábeis e em São Miguel com os cursos de Física, Ciências Biológicas, Química e Matemática.

Outra grande luta desenvolvida no território do Alto Oeste Potiguar nos últimos anos tem sido em prol da implantação do *Campus* da UFRSA em Pau dos Ferros. Essa iniciativa vem sendo apoiada por diversos segmentos sociais e políticos do território e a implantação do respectivo campus, está praticamente assegurado para 2010 tendo sido inclusive aprovada a emenda parlamentar conjunta da bancada Federal do Rio Grande do Norte no valor de 22 milhões para realização deste importante empreendimento no setor educacional do território. No tocante a educação superior à distância destaca, os municípios de Luis Gomes e Marcelino Vieira através dos pólos presenciais que ofertam cursos pelas instituições UFRN, IFRN em parceria com UAB – Universidade Aberta do Brasil. Os cursos oferecidos nos pólos à distancia em Luis Gomes são: Gestão Ambiental pela IFRN, Geografia, Matemática e Administração pela

UFRN. No pólo de Marcelino Vieira são oferecidos os cursos de Geografia, Matemática e Administração e os cursos de especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semi-árido, Português, Matemática e Literatura e Ensino. Essa nova modalidade de ensino aprendizagem surge no território do Alto Oeste Potiguar proporcionando uma expansão no ensino superior e oferecendo mais oportunidade de cursar uma faculdade. Temos também a URCA – Universidade Regional do Cariri com pólo em Pau dos Ferros que oferece os cursos de História, Biologia. A FIP – Faculdade Integradas de Patos em Pau dos Ferros oferecendo os cursos de Especialização em Psicopedagogia, Educação Física Escolar, Gestão Ambiental e Geografia. Com relação ao ensino superior particular o território conta com a FACEP – Faculdade Evolução do Alto Oeste funcionando no Colégio e Curso Evolução no município de Pau dos Ferros, ofertando o curso de Administração com 28 vagas. Quanto à oferta de ensino particular à distância o território conta com o Sistema Eadcon com Pólos Presenciais em Pau dos Ferros, Alexandria e São Miguel

2.1.9 A Cultura no Território

Os aspectos culturais do território estão ligados às origens sertanejas os hábitos e costumes da população, têm ao longo das gerações se perpetuado e sobrevivido uns com mais intensidade e outros nem tanto. As inovações tecnológicas principalmente a televisão tem modificado muito os hábitos e costumes das pequenas cidades do sertão nordestino. Hoje ao cair da noite poucas rodas de conversas entre vizinhos e familiares ainda acontecer nos terreiros do sertão nordestinos, as debulhas de feijão, brincadeiras de roda, fogueiras juninas, já não mais atraem tanto as nossas crianças e jovens.

As festividades religiosas ainda conseguem ser no território um dos principais aspectos culturais bastantes relevantes. No período das festas dos padroeiros, todos os municípios vivem dias bastante movimentados, com realização de novenas, missas, procissão, bingos, leilões, serestas, apresentações de grupos folclóricos regionais, barracas com bebidas e comidas típicas e apresentação de bandas de forró.

As cantorias de violas também são muito presentes no território, várias duplas se apresentam em diversas localidades durante o ano, merecendo destaque para o congresso anual de violeiros de João Dias, Pau dos Ferros e apresentação em Rafael Fernandes Pilões, Riacho de Santana, José da Penha Major Sales.

No território também é muito forte as festividades juninas, vários municípios promover São João de rua com apresentação de quadrilhas e bandas de forró que animam as festividades durante varias noites, merecendo destaque para Antônio Martins, Riacho de Santana, São Miguel e Riacho da Cruz.

As Vaquejadas é outra festa muito presente na historia cultural do território, todos os anos varias vaquejadas são promovidas por diversos parques, merecendo destaque para os municípios de Pilões nos Parque Noemia Fernandes e Eronildes Antonio, Pau dos Ferros parque Ovídio Costa, São Miguel parque Ezequiel Fernandes, Alexandria Misael Abrantes, Doutor Severiano parque Santa Luzia, Rafael Fernandes parque Leôncio José de Freitas, José da Penha parques Sabugo e Fontoura, Paraná parque Manoel Caracol e Major Sales parque Mangueiral.

Nas danças folclóricas destacamos os grupos de São Gonçalo em Portalegre e o grupo de Caboclos em Major Sales, ambos tem se destaque no cenário do território como também em eventos da maior amplitude a nível estadual e nacional. O grupo caboclo apresenta dança folclóricas de malhação do Judas, todos os anos no período da Semana Santa a prefeitura municipal promove o encontro municipal de caboclos.

2.2 DIMENSÃO AMBIENTAL

2.2.1 Características Geoambientais

O território do Alto Oeste Potiguar é banhado pela bacia hidrográfica Apodi-Mossoró, conforme visualizado no Mapa 5, como a 2ª bacia hidrográfica estadual em termos de extensão com 14.276 km² correspondendo a cerca de 26,8% do território estadual e a 1ª em número de municípios que banha 52 ao todo. O seu rio principal é o Apodi-Mossoró, que dá nome a bacia, nasce na Serra de Luis Gomes, no município de mesmo nome, desaguando 210 Km depois no Oceano Atlântico entre os municípios de Areia Banca e Grossos. No rio Apodi-Mossoró foi construída a Barragem Santa Cruz no município de Apodi, constituindo-se na segunda maior do Estado em volume de acumulação, com capacidade de represar 600 milhões de metros cúbicos de água.

Os seus principais afluentes no Território do Alto Oeste Potiguar são os rios: Santana, Encanto, Pitombeira, Panati e Tapuio. Os recursos hídricos subterrâneos do Território estão relacionados aos aquíferos de Aluviões em pequenas áreas e Cristalino quase que em sua totalidade. No Aluvião a captação de água se dá a uma profundidade média de 6m uma vazão média de 3 a 6 m³ com água de boa qualidade. No Cristalino as águas estão a uma profundidade média de 50 m, teor salino bastante elevado e vazão média de 2 a 5m³/h. Quanto aos reservatórios de superfície os principais são públicos a seguir: “Barragem de Pau dos Ferros” com 54 milhões de m³. O “açude do Bonito” em São Miguel com 10 milhões de m³, o “açude da Lucrecia” com 27 milhões de m³, o “açude de Marcelino Vieira” com 11 milhões de m³, o “Açude Flexas” em José da Penha com 9 milhões de m³, o “Açude 25 de março” em Pau dos Ferros com 8 milhões de m³, o “Açude de Riacho da Cruz” com 9 milhões de m³, o “Açude Gangorra” em Rafael Fernandes com 7 milhões de m³, e o “açude de Pilões” com 5 milhões de m³.

De acordo com a Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, cerca de 32,8% da extensão total do rio Apodi/Mossoró é perenizada pelo açude Pau dos Ferros, sendo 6,0 km no município de Pau dos Ferros, 8,0 km no município de Francisco Dantas, 8,0 km no município de São

Francisco do Oeste, 16,0 km no município de Tabuleiro Grande, 3,0 km no município de Riacho da Cruz.

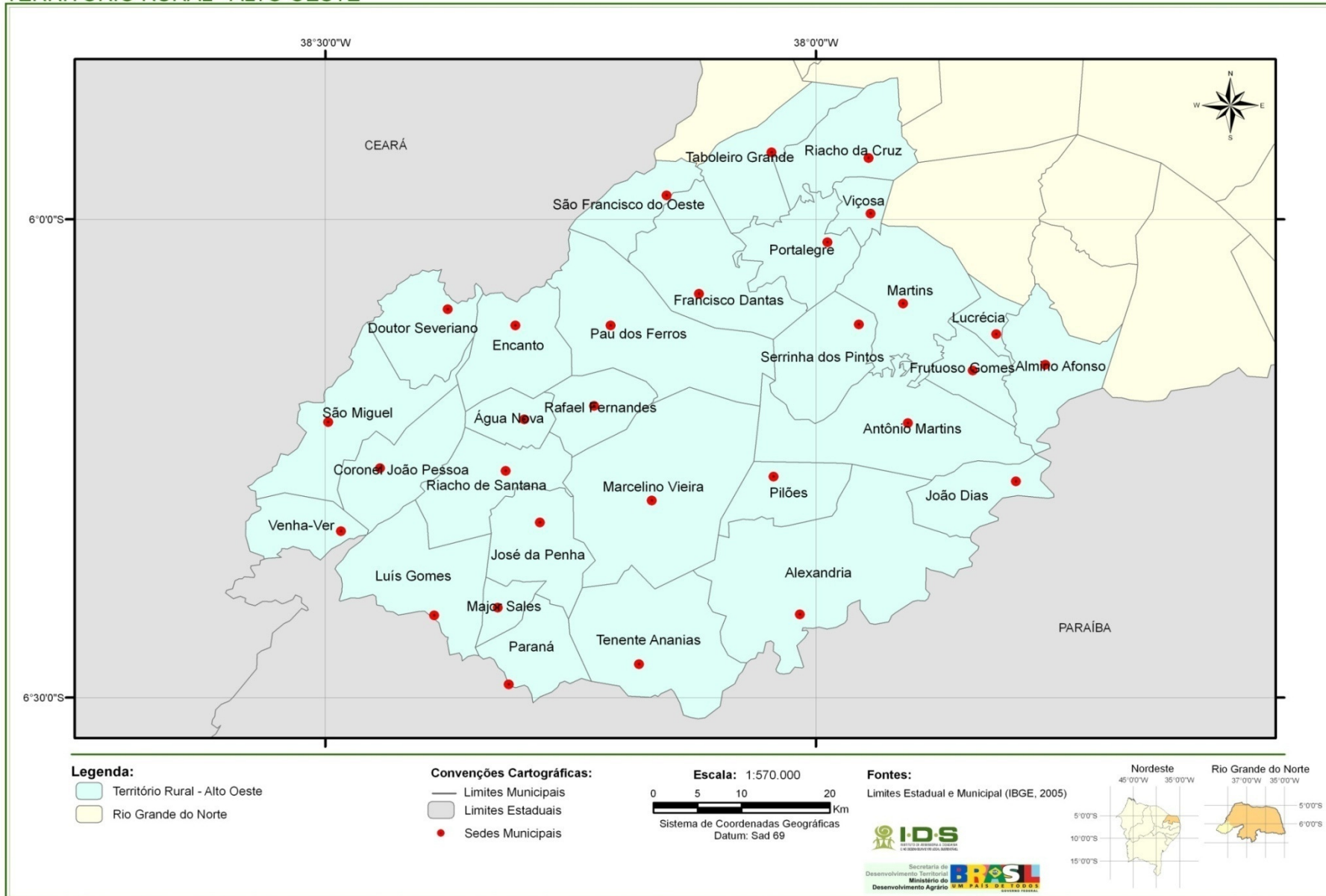
QUADRO 14 – CAPACIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BARRAGENS E AÇUDES DO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR.

Município	Barragem/Açude	Capacidade (m³)
Pau dos Ferros	Barragem	54.000.000
Lucrecia	Açude	27.000.000
Marcelino Vieira	Açude	11.000.000
São Miguel	Açude do Bonito	10.000.000
José da Penha	Açude Flechas	9.000.000
Pau dos Ferros	Açude 25 de Março	9.000.000
Riacho da Cruz	Açude	9.000.000
Rafael Fernandes	Açude Gangorra	7.000.000
Pilões	Açude	5.000.000
Total		141.000.000

Fonte Secretária de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, 2009.

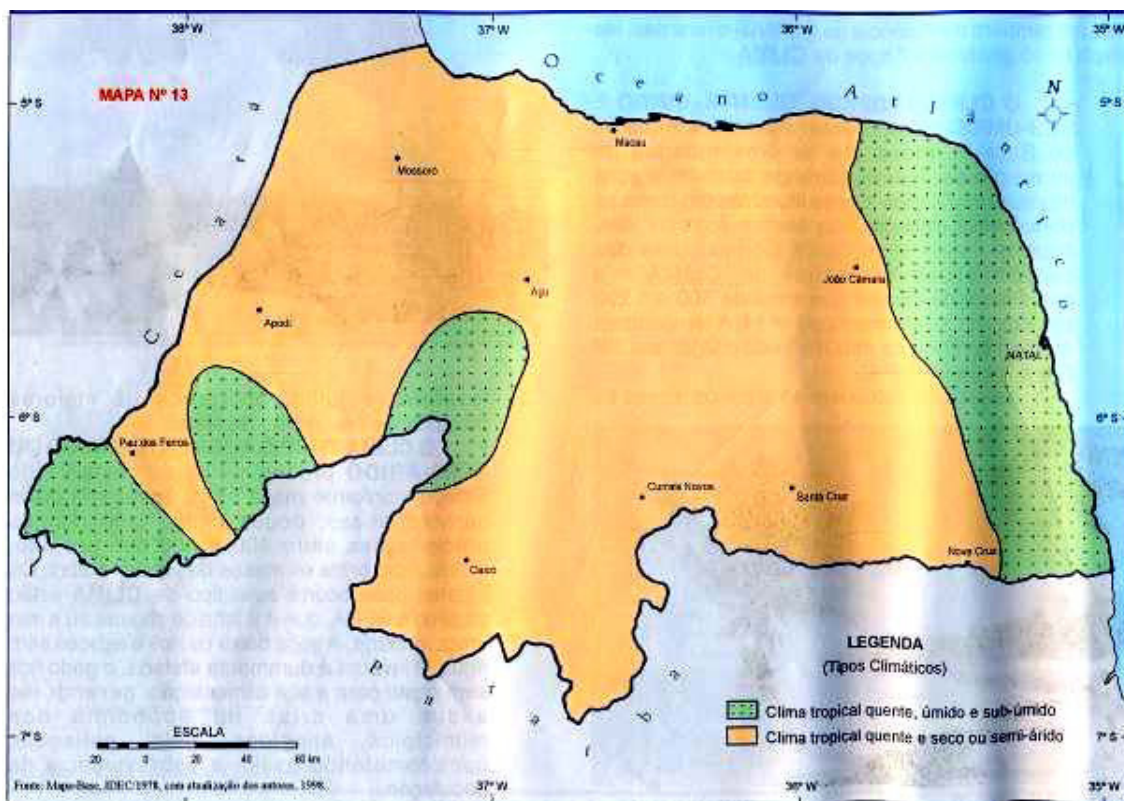
MAPA 3 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ALTO OESTE POTIGUAR.

TERRITÓRIO RURAL - ALTO OESTE



De acordo com a classificação de Koppen, o Território apresenta de forma geral um clima Tropical Quente e Seco ou Semiárido, caracterizando-se por altas temperaturas que variam entre 25º C e 34º C, escassez e irregularidade das precipitações pluviométricas que variam de 400 a 600mm no período de janeiro a abril. O Território apresenta chuvas irregulares e a umidade relativa do ar, variação média anual de 59% a 76%, devido estar localizado próximo a Linha do Equador. Nas regiões serranas observa-se a existência de um microclima do tipo Tropical Subúmido com temperaturas amenas que variam entre 18º C e 32ºC e precipitações pluviométricas variando entre 800 e 1.200mm ano.

FIGURA 2 - TIPOS CLIMÁTICOS, NO ESTADO, 1999.



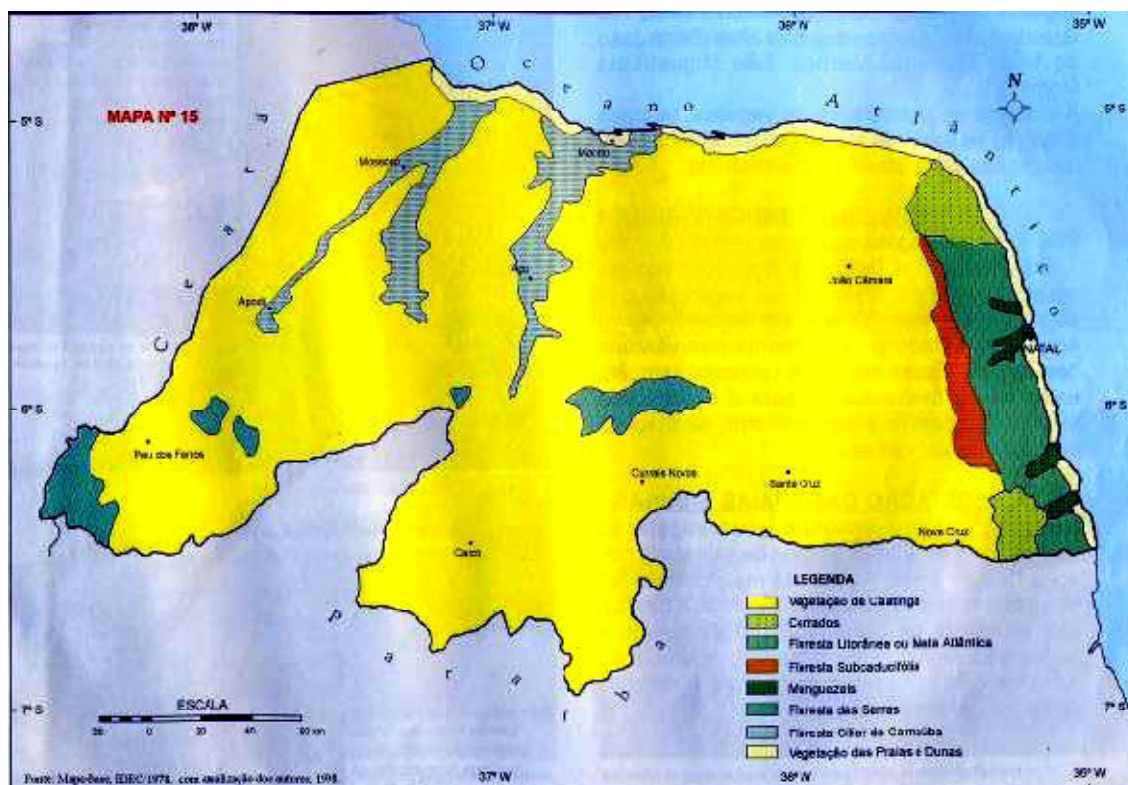
Fonte: FELIPE, José; CARVALHO, Edílson . Atlas escolar Rio Grande do Norte, 1999.

Quanto a vegetação o Território apresenta floresta de serras e caatinga, sendo a floresta de serras uma cobertura vegetal um pouco mais densa que a caatinga.

A caatinga dominante no território, onde impera o clima tropical do semi-árido, é a hiperxerófila que tem nas espécies angico (*Anadenanthera macrocarpa*), marmeleiro (*Cydonia vulgaris*), mofumbo (*Combretum leprosum*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), jurema (*Mimosa hostilis*), imburana (*Amburana cearensis*), aroeira (*Schinus molle*), mororó (*Bauhinia forficata*), pau d'arco (*Tabebuia avellanedae*), pereiro (*Aspidosperma prifolium*) e juazeiro (*Ziziphus joazeiros*) os seus mais expressivos representantes, sendo também encontrados alguns exemplares de xiquexique.

A caatinga hiperxerófila de caráter mais seco, com abundância de cactáceas e plantas de porte mais baixo e espalhadas, com característica mais densa se comparada, por exemplo, com a caatinga seridoense, apresentando um maior número de espécies arbóreas e massa folhear mais representativa, em decorrência da associação de um conjunto de fatores: pluviosidade, umidade, relativa do ar e solo.

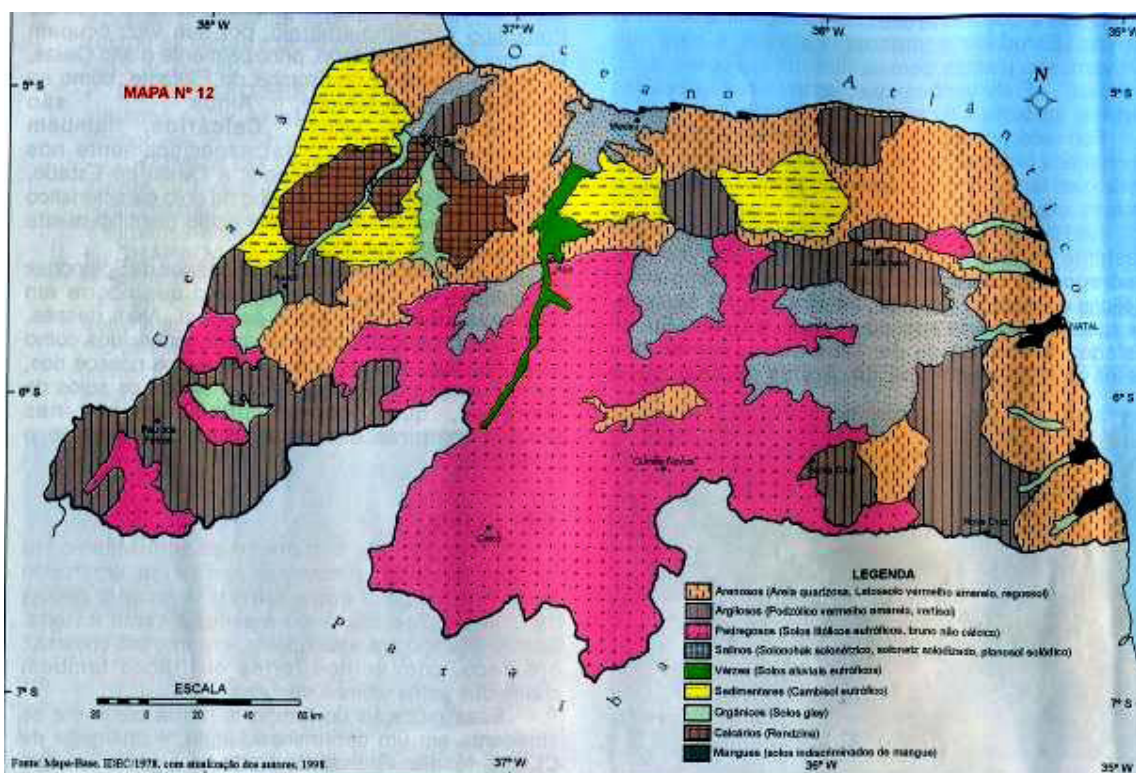
FIGURA 3 - TIPOS DE VEGETAÇÃO, NO ESTADO, 1999.



Fonte: FELIPE, José; CARVALHO, Edílson. Atlas escolar Rio Grande do Norte, 1999.

No tocante a solos, o Território tem predominância de solos Podzólicos Vermelho-Amarelo equivalente Eutrófico, apresentando perfis bem diferenciados, são profundos e de textura arenosa a média, em superfície e média a argilosa em profundidade, bem drenados e de boa fertilidade, apresentando aptidão para agricultura sendo a produção bastante variada: feijão arroz, milho, batata, gergelim, algodão, fumo, cana de açúcar, pinha e seriguela. É possível verificar no território a ocorrência da erosão laminar, superficial e voçoroca. A erosão superficial e a laminar são mais perceptivas no topo das serras em terrenos com declives acentuados, resultante tanto da atuação da natureza através principalmente das chuvas e dos ventos e da ação antrópica como o desmatamento, as queimadas e o uso incorreto do solo para a prática agrícola.

FIGURA 4 - TIPOS DE SOLOS, NO ESTADO, 1999.



Fonte: FELIPE, José; CARVALHO, Edílson . Atlas escolar Rio Grande do Norte, 1999.

Neste contexto, a desertificação desponta como um dos principais problemas ambientais que tem afetado a população do Semi-árido, corroborando o Programa Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca –PAE/Brasil (MMA/SEMARH, 2010), classificou os 36 municípios que compõem o Território entre os 143 municípios, 56,3% da população potiguar, que

estão em áreas susceptíveis à desertificação (ASD). Embora o Território ainda não tenha sido fortemente atingido.

Com relação ao Patrimônio Ambiental o Território do Alto Oeste Potiguar apresenta-se bastante diversificado, merecendo destaque para as suas serras, seus recursos hídricos, sua fauna e flora. Nas serras de Martins, Portalegre e Luis Gomes o patrimônio ambiental está sendo aproveitado como recurso econômico, através do turismo ecológico, em ambos, o clima tem despertado iniciativas como festivais de inverno, gastronômico e cachaça. Os pontos naturais de destaque em Luis Gomes são o mirante com serviços de bar, restaurante e piscinas e a Cachoeira do Relá, em Martins destaca-se o setor de hospedagem com hotel e pousadas a Casa de Pedras e o mirante, em Portalegre destacamos o setor de hospedagem com hotel e pousadas a Cachoeira do Pinga, a Bica com serviços de bar e restaurante e o mirante onde observa-se uma ótima visão panorâmica da região.

2.2.2 Características Antrópicas

Com relação aos aspectos relacionados as ações antrópica no Território do Alto Oeste Potiguar, a ação do homem tem contribuído de forma decisiva e significativa para degradação do meio ambiente. Através de ações como desmatamento, queimadas, caça e pesca predatória, utilização indiscriminada de agrotóxicos, destruição de matas ciliares, deposição de lixo e esgotos a céu aberto dentre outras são as ações mais impactantes presentes no cotidiano do Território.

Os desmatamentos e queimadas, prática comum em todos os municípios são bastante freqüentes, pois é hábito entre os agricultores da região promoverem o desmatamento e queimadas popularmente denominadas de (brocas), para a retirada de madeira e lenha e a implantação no período das chuvas das culturas de subsistência como milho, feijão, fava, bem como para a plantação de capins que servem de alimento para o rebanho pecuário. Ao longo dos anos intensificaram-se bastante o desmatamento dos leitos dos rios e riacho por

serem solos bastante férteis e úmidos, principalmente nos municípios cortados pelo rio Apodi–Mossoró e seus afluentes. Neste contexto a desertificação desponta como um dos principais problemas ambientais que tem afetado a população do semiárido, corroborando o PAN – Brasil (MMA, 2004) que classificou os 30 municípios que compõem o território entre os que estão em áreas susceptíveis à desertificação (ASD). Embora o Território ainda não tenha sido fortemente afetado pelo processo, sua inserção neste plano é sinalizadora de que há razão que justificam a preocupação com a problemática.

FOTO 1 - DESMATAMENTOS EM LUIS GOMES/RN – Nov/2009.



Fonte: Jacome Junior. 2009.

FOTO 2 - QUEIMADAS EM LUIS GOMES/RN – Nov/2009.



Fonte: Jacome Junior. 2009.

A caça e pesca também são atividades bastante corriqueiras no Território, ainda é comum o hábito da prática da caça por agricultores que sozinhos ou em grupos desenvolvem essa atividade como forma de lazer e de aquisição de dinheiro através da comercialização dos animais apreendidos, principalmente pebas, tatus, e veados. Outra forma de agressão ao meio ambiente tem sido a utilização de agrotóxicos para controle de pragas em culturas como tomate e feijão principalmente, além do controle de pragas, também está bastante disseminada no Território a utilização de venenos para a capina dos roçados na época das chuvas, abandonando utensílios utilizados por décadas como enxadas, roçadeiras e campinadeiras.

2.2.3 Características Socioambientais

Com relação ao saneamento ambiental o mesmo é definido como medidas necessárias de condições sanitárias para melhor qualidade de vida de uma população. Neste caso entra o abastecimento d'água, esgoto sanitário, coleta de lixo, drenagem urbana, controle de vetores, qualidade do ar e outros. A coleta e disposição de resíduos sólidos adequado são muito importantes na concepção de saneamento ambiental, como também para a saúde humana, mas a própria população não trata este fato com muita atenção a exemplo disto citamos os lixões a céu aberto, constatados facilmente através de uma simples viagem pelo Território, sabemos que estamos chegando numa cidade porque nas margens das estradas próximos as sedes municipais são depositados diariamente dezenas de caminhões de lixo que são coletados nas vias urbanas, para em seguida ser colocado fogo causando mais danos ao meio através da emissão de gases tóxicos como CO₂, responsáveis pelo aquecimento global, como também causando incêndios que causam prejuízos aos proprietários localizados nas proximidades desses locais. Segundo dados da VI URSAP (Unidade Regional de Saúde) no Território 57,25% do lixo é coletado por serviços municipais de limpeza pública, coleta pública, 10,51% é queimado e 32,24 colocado a céu aberto, vale ressaltar que na verdade todo o lixo do território é colocado a céu aberto e queimado pois como não existe aterro sanitário em nenhum município a coleta pública também é depositada em lixões próximos aos centros urbanos.

QUADRO 15 - TOTAL DE DOMICÍLIOS E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO EM ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR – 2009.

Total de Domicílios	Abastecimento de Água			
	Rede Publica	Poço/nascente	Outros	
92.208	73,10%	15,71%	11,19%	
	Tratamento de Água			
	Filtrada	Fervida	Clorado	Sem Tratamento
	40,62%	2,35%	42,89%	14,13%

Fonte: VI Unidade Regional de Saúde Pública. Pau dos Ferros 2010.

Outra forma bastante utilizada de abastecimento d'água para consumo humano no meio rural tem sido as cisternas, as mesmas captam águas das chuvas e abastecem as famílias durante todo o ano, garantido água de boa qualidade. Os programas responsáveis pela construção das mesmas são o P1MC (Programa 1 milhão de cisternas) desenvolvido pela ASA (Articulação do Semi árido) e pelo Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) – “Programa Desenvolvimento Solidário (PDS)”.

QUADRO 16 - QUANTIDADE DE CISTERNAS CONSTRUÍDAS NO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR.

Município	Financiador				Total
	FEBRABAN	MDS	OXFAM + BLF	GOV RN	
Água Nova	-	60	60	-	120
Alexandria	-	60	57	163	280
Almino Afonso	-	110	-	35	145
Antonio Martins	-	136	20	197	353
Cel. João Pessoa	30	159	30	-	219
Dr. Severiano	30	168	30	41	269
Encanto	30	77	-	42	149
Francisco Dantas	40	139	-	141	320
Frutuoso Gomes	-	34	-	363	397
João Dias	-	-	-	88	88
José da Penha	60	78	89	118	345
Lucrecia	-	31	-	-	31
Luis Gomes	-	60	57	-	117
Major Sales	-	75	-	-	75
Marcelino Vieira	-	169	-	-	169
Martins	-	128	-	195	323
Paraná	-	117	-	-	117
Pau dos Ferros	60	249	-	62	371
Pilões	-	-	138	54	192
Portalegre	30	241	99	189	559
Rafael Fernandes	-	105	-	-	105
Riacho de Santana	-	124	-	-	124
Riacho da Cruz	-	-	-	73	73
São Francisco do Oeste	09	141	-	14	164
São Miguel	-	117	165	-	282
Serrinha dos Pintos	-	-	75	160	235
Tabuleiro Grande	-	-	-	-	-
Tenente Ananias	-	135	-	-	135
Venha-Ver	-	91	30	36	160
Viçosa	-	-	-	-	-
Total	289	2.798	852	1.971	5.910

Fonte: Programa Desenvolvimento Solidário e P1MC. 2010.

QUADRO 17 - TOTAL DE DOMICÍLIOS E PERCENTUAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR – 2009

Total de Domicílios	Saneamento Ambiental		
	Esgoto	Fossa Séptica	Céu Aberto
92.208	6,22%	76,48%	17,30%
	Coleta de Lixo		
	Coleta Pública	Queimados/interado	Céu Aberto
	57,25%	10,51%	32,24%

Fonte: VI Regional de Saúde. Pau dos Ferros 2010.

No Território está em fase de implantação um Projeto através da SEMARH para instalação de um consórcio intermunicipal para tratamento de resíduos sólidos, a sede do consórcio e a construção do aterro será no município de Pau dos Ferros pelo fato de ser ponto central dos demais municípios. A grande dificuldade está sendo sensibilizar os gestores municipais para a importância do Projeto, pois várias seminários foram feitos e a ausência dos mesmos tem sido percebida, mesmo tendo sido a problemática do lixo levantada em todas as reuniões do colegiado territorial para discussão do PTDRS.

FOTO 3 - ASPECTOS DE LIXÕES EM MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR (A) (B).



Quanto ao saneamento básico, o Território apresenta índices bastante críticos, segundo a VI URSAP apenas 6,22% dos domicílios contam com este serviço, ficando o restante 76,48% que utilizam fossas sépticas e 17,30% são jogados a céu aberto.

FOTO 4 - POLUIÇÃO CAUSADA POR ESGOTOS AO RIO APODI-MOSSORÓ NO PERÍMETRO URBANO DE PAU DOS FERROS – RN (A) (B) (C) (D).



2.3 DIMENSÃO ECONOMICA

2.3.1 Estrutura Fundiária

O Território do Alto Oeste Potiguar caracteriza-se pela existência de 18.122 estabelecimentos, com pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, apresentando uma área média de 30,41%, de acordo com o censo agropecuário 2006.

Com relação à condição legal das terras a grande maioria são propriedades oriundas de compra ou herança sendo que as terras adquiridas por herança 48,20% são ligeiramente superiores às adquiridas por compra, 45,41 %, o que garante que a posse das terras tem sido ao longo das gerações repassadas aos membros familiares.

Segundo o Censo Agropecuário/IBGE - 2006, o total de estabelecimentos é de 18.122, sendo 389 arrendados, 2.876 em forma de parceria e 1.258 de estabelecimentos ocupados.

Com relação a programa governamental para a aquisição de terras, uma decorrência do tamanho dos imóveis do Território não tem a atuação do INCRA, pois dos critérios utilizados pelos mesmos para desapropriação de imóveis é que seja superior a 50 módulos fiscais no Território, sendo que o tamanho do módulo fiscal varia de 45 a 55 hectares cada módulo.

O programa governamental com atuação no Território para aquisição de terras para agricultores é o Programa Nacional de Crédito Fundiário executado no estado pela SEARA. No âmbito do território são 32 imóveis adquiridos que atendem aproximadamente 200 famílias distribuídas em duas linhas de financiamento o Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) que dá suporte a famílias organizadas em associações comunitárias e a linha Consolidação da Agricultura Familiar – CAF que fornece de forma individual ou coletiva.

Uma outra característica bastante forte no Território é a presença masculina como dirigente dos estabelecimentos agropecuários. Segundo o censo

agropecuário 2006, 89,64% dos dirigentes dos estabelecimentos são homens contra apenas 10,36% de mulheres. No que se refere ao local de residência desses dirigentes constata-se que 71,02% residem no próprio estabelecimento enquanto que 16,37 % residem na zona urbana do município e 9,86 residem na zona rural.

Quanto a utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários no Território do Alto Oeste Potiguar segundo consta dados do IBGE 2006, 40,67% das áreas dos estabelecimentos está destinadas a pastagens para a alimentação do rebanho pecuário, contra 17,84% que são utilizados principalmente ao cultivo de lavouras como feijão e milho.

QUADRO 18 – CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS.

Total de Estabelecimentos	
Total	18.122
Estabelecimentos Arrendados	
Total	389
Estabelecimentos por Parceria	
Total	2.876
Estabelecimentos Ocupados	
Total	1.258

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE – 2006

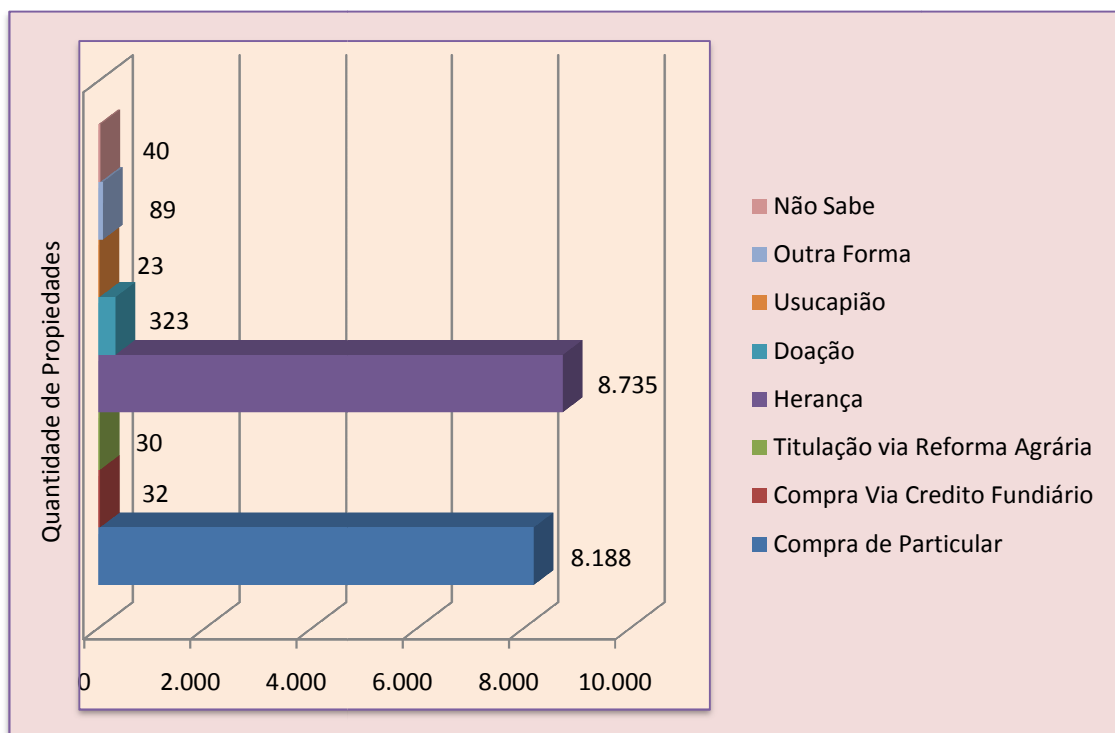
QUADRO 19 – QUANTIDADES DE TERRAS DO PRODUTOR PROPRIETÁRIO DE ACORDO COM A FORMA DE OBTENÇÃO NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR.

Município	Estabelecimentos Rurais	Compra de Particular	Compra Via Credito Fundiário ¹	Titulação via Reforma Agrária ²	Herança	Doação	Usucapião	Outra Forma	Não Sabe
Água Nova	99	57	3	-	66	2	1	3	-
Alexandria	461	352	2	1	384	3	2	1	2
Almino Afonso	289	145	-	-	171	6	-	5	2
Antonio Martins	372	330	1	-	296	1	-	1	-
Cel. João Pessoa	199	146	5	3	170	-	-	1	2
Dr. Severiano	602	139	7	-	122	4	-	-	2
Encanto	228	152	-	1	198	1	-	1	-
Francisco Dantas	116	136	-	1	108	-	-	2	-
Frutuoso Gomes	150	130	-	-	115	1	-	-	-
João Dias	203	98	-	-	125	-	1	5	17
Jose da Penha	277	354	-	-	385	9	1	2	-
Lucrecia	167	83	-	-	74	1	-	-	-
Luis Gomes	292	163	-	-	240	1	-	1	5
Major Sales	53	26	-	-	59	6	-	1	-
Marcelino Vieira	352	236	2	-	295	3	1	2	-
Martins	362	200	-	-	160	4	-	1	1
Paraná	22	119	1	-	144	25	-	-	-
Pau dos Ferros	3.834	2.826	8	120	3.136	90	8	17	6
Pilões	74	73	-	1	86	-	-	-	-
Portalegre	506	337	2	-	423	16	1	-	-
Rafael Fernandes	252	146	-	-	134	5	-	4	-
Riacho da Cruz	42	64	-	-	46	2	1	-	-
Riacho de Santana	480	270	1	1	296	16	6	38	2
São Fco. do Oeste	106	62	-	-	67	10	1	1	-
São Miguel	2.065	832	-	1	610	67	-	1	1
Serrinha dos Pintos	320	137	-	-	230	10	-	-	-
Taboleiro Grande	44	43	-	-	44	3	-	1	-
Tenente Ananias	341	226	-	-	333	6	-	-	-
Venha Ver	559	293	-	4	206	31	-	-	-
Viçosa	4	13	-	-	12	-	-	1	-
Total	12.871	8.188	32	30	8.735	323	23	89	40

¹ Crédito de terra Banco da Terra.

² Programa de reassentamento ou aguardando titulação.

GRÁFICO 7 – QUANTIDADES DE TERRAS DO PRODUTOR PROPRIETÁRIO DE ACORDO COM A FORMA DE OBTENÇÃO NO TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR.



2.3.2 Indicadores Econômicos

Produto Interno Bruto – PIB *per capita*

Nos dados que representam o PIB *per capita* Municipal do Território do Alto Oeste Potiguar no período 2004 a 2007 de acordo com o IBGE – 2008 apresentaram o seguinte quadro.

Em 2004 o PIB *per capita* alcançou o valor de R\$ 75.239,00. Em 2005 obteve um valor de R\$ 85.498,00, ou seja, aumentou 13,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2006 o PIB *per capita* foi de R\$ 100.778,00, sendo 17,6% maior que o PIB *per capita* apresentado no ano anterior. Em 2007 alcançou o valor de R\$ 114.481,00, obtendo um crescimento de 11,9%, porém a uma taxa menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Embora tenha apresentado crescimentos oscilantes no período compreendido (2004 - 2007), os dados revelam a importância que as atividades de comércio e serviços representam para a economia do Território.

QUADRO 20 – PIB *PER CAPITA* 2004 A 2007 (EM R\$ 1,00) NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR.

Município	2004	2005	2006	2007
Água Nova	2.429	2.646	3.055	3.733
Alexandria	2.406	2.682	3.786	3.671
Almino Afonso	2.378	2.773	3.331	3.727
Antônio Martins	2.290	2.679	3.269	3.389
Coronel João Pessoa	2.225	2.584	3.013	3.413
Doutor Severiano	2.148	2.508	2.926	3.379
Encanto	2.648	2.782	3.513	3.770
Francisco Dantas	2.881	2.987	3.864	4.221
Frutuoso Gomes	2.367	2.823	3.224	3.784
João Dias	2.401	2.904	3.349	3.778
José da Penha	2.453	2.639	3.252	3.865
Lucrecia	2.492	2.975	3.440	3.972
Luís Gomes	2.112	2.336	2.757	3.240
Major Sales	2.528	2.988	3.479	3.782
Marcelino Vieira	2.450	2.702	3.384	3.704
Martins	2.853	2.924	3.413	3.542
Paraná	2.342	2.830	3.311	3.687
Pau dos Ferros	3.668	4.112	4.600	5.558
Pilões	2.391	2.541	3.158	3.898
Portalegre	2.173	2.491	2.771	3.288
Rafael Fernandes	2.658	2.988	3.344	4.065
Riacho da Cruz	2.505	2.918	3.415	3.755
Riacho de Santana	2.536	2.750	3.260	3.871
São Francisco do Oeste	2.401	2.827	3.277	4.131
São Miguel	2.397	2.658	3.070	3.447
Serrinha dos Pintos	2.354	2.675	3.074	3.541
Taboleiro Grande	3.067	3.619	4.023	4.341
Tenente Ananias	2.321	2.517	3.142	3.403
Venha-Ver	2.396	2.701	3.053	3.789
Viçosa	2.969	3.939	4.225	4.737
Território	75.239	85.498	100.778	114.481
Rio Grande do Norte	5.260	5.950	6.753	7.607

Fonte: IBGE, 2008.

2.3.3 Atividades Econômicas Que Dão Sustentação à Economia do Territórios

A dinâmica econômica local encontrou na sua trajetória, ao longo dos últimos anos, alguns respaldos em segmentos distintos. Nos últimos anos, esse conjunto de atividades econômicas regionais sofreu transformação.

Agricultura Irrigada

O Território apresenta uma experiência de agricultura irrigada no Perímetro de Pau dos Ferros. Administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) irrigando no período de julho a dezembro de 2009 a cultura de feijão. O mesmo apresenta sérias dificuldades, principalmente no modelo de irrigação que proporciona alto desperdício de água e alto consumo de energia. A captação da água ocorre na barragem de Pau dos Ferros e é distribuído nos lotes em canais abertos que, com o passar dos anos, sem a devida manutenção, ocorrem problemas de infiltração. Além das altas taxas de evaporação peculiares da região, outra grande dificuldade dos colonos é a ausência de assistência técnica que possa orientá-los no cultivo das culturas trabalhadas.

Nível Tecnológico da Agricultura Praticada

Quanto ao nível tecnológico trabalhado nessas propriedades o mesmo é baixo onde se desenvolve uma agropecuária sem nenhuma inovação tecnológica e sem equipamentos que possam contribuir para aumento de produtividade e melhoria de qualidade dos mesmos. No território existe uma carência muito grande de máquinas (tratores) que possam ajudar aos pequenos agricultores nas atividades da propriedade como preparo de áreas para plantio em tempo hábil, em decorrência da vulnerabilidade e distribuição das chuvas, como o transporte de materiais e alimentos para o rebanho.

2.3.4 Análise da Agricultura Familiar no Território

Atividades Produtivas

O Território do Alto Oeste potiguar apresenta como característica o fato de possuir uma base econômica calcada nas atividades da agricultura e da pecuária.

As atividades agrícolas estão divididas em três eixos: a produção de alimentos, a fruticultura de sequeiro e a agropecuária. A produção de alimento é desenvolvida em sua maioria pela agricultura familiar, cujas culturas são: milho, feijão, e em menor escala arroz, cana-de-açúcar e mandioca entre outros. Estas culturas estão voltadas para a subsistência da própria família em decorrência das propriedades serem pequenas o que limita as áreas plantadas. Acrescente-se a este fato, a pouca mão-de-obra disponível e a baixa produtividade das culturas trabalhadas. Quanto a comercialização dos produtos da agricultura familiar a mesma é bastante deficitária, realizada de forma individual e sem nenhum beneficiamento. Os produtos são comercializados com atravessadores que compram nas propriedades e repassam ao comércio local, regional e feiras municipais, ocasionando desta forma um grande prejuízo aos mesmos.

Fruticultura de Sequeiro

A fruticultura de sequeiro não pode ser considerada como uma atividade econômica de peso. Entretanto é cultivada na maior parte dos municípios do Território cujos excedentes são comercializados na própria região. As principais culturas são: caju, banana, pinha, graviola, cajá, cajarana, manga, goiaba, entre outros.

Atividade Agrícola

A atividade agrícola do Território resume-se na utilização das terras do Alto Oeste para os cultivos temporários e culturas agrícolas permanentes.

As características das atividades agrícolas dão-se em função do autoconsumo das famílias enraizadas nesta parte do Semiárido, limitados aos fenômenos climáticos da região.

Como destaque das lavouras no Alto Oeste o Quadro 20 demonstra a produção por municípios, com predominância do plantio de milho nos cultivos estacionais seguido pelo feijão. Nas Lavouras permanentes, o destaque fica para a Castanha de Caju com o beneficiamento artesanal da mesma e extraído a amêndoa, como atividade permanente de forma extrativa da Caatinga, configurando o principal produto da Sociobiodiversidade, mesmo tendo ainda outras fruteiras nativas na região.

Produção Agroecológica

As práticas agroecológicas no território ocorrem de forma bastante pontuais, apenas em alguns municípios como Jose da Penha, Dr. Severiano, Antonio Martins, onde a DIACONIA atua desenvolvendo este tipo de experiência com algumas famílias, nos demais ocorre a prática da utilização de agrotóxicos para o controle de pragas tanto na agricultura como pecuária sem nenhum controle por parte dos agricultores.

Utilização das Terras

De acordo com o censo agropecuário 2006, com relação à condição legal das terras a grande maioria são próprios oriundas de compra ou herança sendo que as terras adquiridas por herança 48,20% são ligeiramente superiores as adquiridas por compra, 45,41 %, o que garante que a posse das terras tem sido ao longo das gerações repassadas aos membros familiares (ver Quadro 20). Quanto ao uso da mesma restringe-se basicamente às atividades agropecuárias como cultivo de culturas de subsistência e criação de bovinos principalmente.

QUADRO 21 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS POR ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS. 2006.

Município	Total de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Principais Lavouras Temporárias e Permanentes - produção (ton.)					
			Milho	Feijão	Cana-de-açúcar	Banana	Castanha de caju (Amêndoa)	Mandioca
Água Nova	170	4.414	216	108	30	7	2	-
Alexandria	696	28.654	969	625	57	4	1	-
Almino Afonso	341	3.684	259	145	95	86	3	-
Antonio Martins	578	22.175	809	466	1.946	3	32	-
Cel. João Pessoa	334	2.439	573	184	102	4	3	23
Dr. Severiano	757	4.470	952	209	-	27	12	5
Encanto	404	5.832	588	172	94	98	1	-
Francisco Dantas	207	13.932	247	183	-	28	8	7
Frutuoso Gomes	222	4.582	159	116	59	3	8	-
João Dias	265	3.782	167	113	12	2	4	-
Jose da Penha	623	12.148	1.062	365	281	9	6	7
Lucrecia	217	2.871	107	65	5	3	1	-
Luis Gomes	368	11.247	461	193	297	1	289	2
Major Sales	127	4.145	277	52	-	2	1	-
Marcelino Vieira	489	33.846	493	182	204	8	2	-
Martins	504	3.750	2.906	1.129	1	9	474	273
Paraná	218	4.925	422	89	141	14	2	-
Pau dos Ferros	6.183	231.524	621	383	-	-	6	-
Pilões	147	8.336	161	138	-	2	1	-
Portalegre	693	22.653	548	394	51	9	976	274
Rafael Fernandes	369	5.374	232	84	-	107	1	-
Riacho da Cruz	31	13.008	105	88	97	7	9	-
Riacho de Santana	565	8.420	678	264	94	105	3	1
São Francisco do Oeste	161	4.943	161	69	-	-	6	-
São Miguel	2.166	2.310	8.467	2.043	275	148	17	321
Serrinha dos Pintos	453	10.860	1.340	321	-	20	340	8
Taboleiro Grande	101	10.202	133	94	-	16	5	-
Tenente Ananias	507	8.399	1.955	931	307	12	1	-
Venha Ver	652	3.368	706	242	354	1	3	20
Viçosa	35	1.499	816	732	-	63	8	-
Total	18.583	497.722	26.590	10.179	4.502	807	2.225	956

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 2006.

Bovinocultura

A bovinocultura consiste em uma das principais atividades desenvolvidas no Território. Conta com um efetivo bovino de 113.496 cabeças, seguido do ovino com 60.234 e caprino com 32.780 cabeças

Segundo dados do Censo Agropecuário, IBGE – 2006, a produção leiteira anual do Território foi de 22.235.000 litros de leite o que corresponde a 11,72% da produção do Estado do Rio Grande do Norte. Neste sentido, se destaca como maior produtor município de Tenente Ananias, seguido de Pau dos Ferros e Alexandria que totalizam uma produção 5.810.000 litros, o equivalente a 26,12% da produção do Território.

Quando a qualidade genética do rebanho pecuário do Alto Oeste Potiguar o mesmo é de baixo padrão. As raças predominantes são as zebuínas, pois adaptam-se com maior facilidade as características climáticas do semi árido nordestino. Essa baixa qualidade genética reflete principalmente na atividade leiteira onde a produtividade média de cada matriz não passa de 3 a 4 litros dias e na produção de carne. A produção de leite é utilizada em sua maioria para o próprio consumo familiar, fabricação de queijos de coalho e manteiga, manteiga e comercialização do excedente junto a laticínios que atuam no território, merecendo destaque para a Cooperativa Mista de Tenente Ananias, Leite Sertanejo, Oeste Laticínios em Pau dos Ferros, Isis da cidade se Souza, Leite Sertão em Janduís e Laticínio de Catolé do Rocha. Essa comercialização é feita de forma individual, entregando diretamente aos laticínios que faz o recolhimento em alguns pontos próximos as propriedades ou através de atravessadores que juntam o leite e repassam para os beneficiadores gerando uma perda considerável de recursos para o produtor. Outro grande problema para a atividade é a variação no preço pago pelos laticínios aos produtores, no período de aumento de oferta do leite, que ocorre no período chuvoso pois aumenta a oferta de alimentos para o rebanho, o preço cai consideravelmente.

Quanto aos aspectos de forragem para o rebanho pecuário, o território apresenta sérias dificuldades principalmente em anos secos e nos períodos de julho a dezembro de cada ano, haja vista não existir entre os produtores a

prática de armazenamento de forragens e fabricação de feno nos períodos chuvosos onde ocorre uma maior produção de alimento nativo e por meio de áreas plantadas com capim, sorgo e gramíneas.

QUADRO 22 - EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINOS, CAPRINOS E OVINOS NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR NO PERÍODO DE 2004 A 2006.

Município	Bovinos			Caprinos			Ovinos		
	2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
Água Nova	1.251	1.225	1.405	457	412	199	213	236	191
Alexandria	11.822	12.531	11.857	2.735	2.945	993	3.919	4.233	2.984
Almino Afonso	2.985	3.015	3.530	343	352	785	1.071	1.110	749
Antonio Martins	4.520	4.746	5.951	708	836	208	910	1.046	1.142
Cel. J. Pessoa	2.080	1.920	2.517	280	326	137	620	694	342
Doutor Severiano	3.080	4.672	4.436	650	515	251	630	746	651
Encanto	3.360	3.218	3.875	245	223	486	920	687	363
Francisco Dantas	4.625	4.660	4.473	1.050	980	702	3.580	2.990	1.086
Frutuoso Gomes	3.714	3.862	2.084	669	725	247	531	569	296
João Dias	1.254	1.231	1.529	553	578	273	196	216	180
Jose da Penha	4.528	5.430	5.534	1.553	1.704	807	1.865	2.230	1.051
Lucrecia	1.392	1.355	1.326	266	247	230	298	315	326
Luis Gomes	2.020	1.810	2.504	916	660	336	178	185	201
Major Sales	1.996	1.797	2.250	346	364	261	255	306	131
Marcelino Vieira	11.187	12.120	8.417	693	621	550	4.641	5.097	2.082
Martins	3.303	3.291	1.169	442	474	261	325	361	217
Paraná	1.725	1.840	2.228	438	466	408	651	736	478
Pau dos Ferros	7.562	9.650	7.583	1.294	1.352	17.928	46.052	50.089	34.578
Pilões	2.212	2.328	3.307	246	258	232	891	952	1.206
Portalegre	1.350	1.458	1.718	680	712	768	750	793	361
Rafael Fernandes	2.658	2.750	2.788	727	850	511	1.305	1.440	624
Riacho da Cruz	1.274	1.589	2.277	1.500	1.895	1.343	1.100	1.730	2.686
Riacho de Santana	2.620	2.318	3.741	534	567	648	685	734	634
São F.do Oeste	1.755	1.609	2.518	1.158	1.320	499	1.721	2.008	1.222
São Miguel	4.330	4.158	4.402	1.020	980	560	640	678	480
Serrinha dos Pintos	2.674	2.658	2.940	664	694	534	469	472	589
Taboleiro Grande	2.020	2.228	2.962	798	864	964	3.492	3.741	3.467
Tenente Ananias	6.723	7.088	9.849	850	889	1.063	2.448	2.693	1.706
Venha Ver	1.560	1.794	2.334	448	425	356	220	246	211
Viçosa	940	911	616	380	394	240	400	425	510
Total Território	102.520	109.262	112.120	22.642	23.628	32.780	80.976	87.758	60.744

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 2006.

Ovinocaprinocultura

A ovinocaprinocultura apresenta um total de 93.014 cabeças, utilizada na produção de carne, pois a atividade leiteira nesse segmento é praticamente inexistente. Quanto ao rebanho suíno conta com um efetivo de 20.152 cabeças e a avicultura com um total de 359.659 cabeças, de acordo com o Censo Agropecuário, IBGE - 2006. Quanto aos aspectos genéticos, nos rebanhos ovinos e caprinos situação idêntica se repete ao da atividade bovina, a grande maioria são (SRD) sem raça definida com uma ligeira predominância da Santa Inez, Morada Nova, e Dopper nos ovinos; Anglo Nubiano, Boer e Pardo Alpino nos caprinos. Essa atividade encontra nas condições de infra-estrutura da propriedade, principalmente relacionados a cercas, o seu grande entrave para expansão, haja vista o seu alto valor para construção e manutenção. Essa dificuldade gera no território a ideia de que os caprinos e ovinos são motivadores de desavenças entre proprietários, uma vez que é bastante comum a invasão de propriedades vizinhas pelos mesmos, em decorrência dessa deficiência. Outro entrave é a deficiência de conhecimento em áreas como sanidade e manejo, altamente exigentes na atividade. O abate e a comercialização da carne é feita por pequenos comerciantes (marchantes), onde as condições higiênicas deixam a desejar. Quanto a qualidade da carne principalmente do caprino, a ausência de conhecimentos técnicos e cuidados na sua produção tem contribuído para uma certa resistência da população ao seu consumo, pois é sabido que o abate de animais velhos sem técnicas apropriadas de cortes e higiene diminuem consideravelmente a qualidade da mesma.

Os principais pontos críticos das cadeias produtivas se concentram em várias questões limitantes no avanço dos rebanhos em condições de semi-árido. Segundo SUDENE (2010) no âmbito do projeto APRISCO na Região Seridó e Oeste Potiguar, englobando grande parte dos municípios do Alto Oeste Potiguar os entraves são: falta de organização social e de integração da cadeia, baixo nível tecnológico e resultados zootécnicos, capacidade de gestão sócio-produtiva e institucional a ser fortalecida, inovação tecnológica incipiente,

comercialização a ser fortalecida, abate informal superior a 98%, predomínio de animais sem raça definida (84%), elevada taxa de mortalidade de animais jovens, que em alguns casos chega a até 50% em algumas propriedades, dispersão do rebanho em toda região, onde 78,48% dos planteis se concentram em áreas de até 200 hectares, ou seja é uma atividade amplamente explorada por um grande contingente de mini e pequenos produtores.

Pesca e Aqüicultura

Nos últimos anos, surgiu no Território outro seguimento produtivo e sustentável no Território do Alto Oeste, a Piscicultura conforme atesta o número de pescadores declarado pelo Censo Agropecuário (2006), indicando uma atividade que se faz uso da lâmina d'água nos reservatórios existentes no Alto Oeste Potiguar, com destaque para 11 açudes existentes no território sendo o maior deles o de Pau dos Ferros com capacidade máxima de 54.846.000m³ e o menor é o de Pilões com 5.901.875m³, e conforme o quadro 23, seis dos onze se reconheceram como pescadores.

QUADRO 23 - PECADORES NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR

Município	Pescadores (n.º)	Município	Pescadores (n.º)
Água Nova	0	Martins	22
Alexandria	0	Paraná	2
Almino Afonso	1	Pau dos Ferros	105
Antônio Martins	0	Pilões	10
Coronel João Pessoa	0	Portalegre	0
Doutor Severiano	0	Rafael Fernandes	108
Encanto	26	Riacho da Cruz	0
Francisco Dantas	1	Riacho de Santana	6
Frutuoso Gomes	46	São Francisco do Oeste	1
João Dias	1	São Miguel	351
José da Penha	0	Serrinha dos Pintos	1
Lucrecia	53	Taboleiro Grande	0
Luís Gomes	0	Tenente Ananias	6
Major Sales	0	Venha-Ver	2
Marcelino Vieira	25	Viçosa	0
Total Território		767	

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE), 2006.

Apicultura

A apicultura está entre as novas atividades econômicas surgidas na economia do Território, e merece destaque especial, já que vem sendo praticada em todos os municípios do território do Alto Oeste Potiguar. Nesta atividade destacam-se os municípios de Portalegre, Almino Afonso e Luis Gomes.

No território do Alto Oeste Potiguar as atividades agroindustriais são bastante limitadas, ocorrendo de forma mais organizada no município de Portalegre através da Associação dos Produtores Rurais de Portalegre – APRUP, que esmaga o caju e exporta para o seu beneficiamento em sucos, polpas e derivados, como também o beneficiamento da castanha para comercialização. Em Martins através de um empreendimento particular fabrica-se polpa de frutas como: caju, cajarana, acerola, tamarindo, graviola, manga, goiaba adquiridas no próprio território como também em outras regiões. De expressão menor, com foco municipal, principalmente para o mercado institucional como o PNAE existe fabricação de polpa nos municípios de Pau dos Ferros, Encanto, Dr. Severiano, São Miguel e Frutuoso Gomes, todos com frutas como: caju, cajarana, cajá, goiaba, manga, graviola, etc... No município de Alexandria existe um empreendimento particular de beneficiamento de milho com a fabricação de pamonha, que é comercializado em vários municípios do território, a matéria prima é adquirida no próprio território como também no vale do Açu.

Transferências Governamentais

A dinâmica econômica territorial tem nas transferências governamentais através de pagamentos a servidores públicos municipais, estadual e federal, aposentadorias, fundo de participação dos municípios, programas de transferência de renda como o bolsa família um grande dinamizador da economia territorial.

QUADRO 24 - TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS PARA OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO NO MÊS DE JULHO DE 2009.

Municípios	Transferências previdenciárias Rurais – R\$	FPM (R\$)	Bolsa Família	Total
Alexandria	1.159.881,59	631.690,49	37.140,55	1.828.712,63
Antonio Martins	588.032,96	412.457,74	103.160,66	1.103.651,36
Água Nova	194.913,30	294.832,13	69.393,11	559.138,54
Almino Afonso	438.904,50	268.653,49	103.160,66	810.718,65
Cel. João. Pessoa	415.197,64	406.428,32	75.146,88	896.772,84
Dr. Severiano	549.465,47	405.540,47	96.856,00	1.051.861,94
Encanto	407.312,29	341.480,94	62.406,33	811.199,56
Fco. Dantas	234.688,56	266.381,12	37.676,44	538.746,12
Frutuoso Gomes	339.528,16	294.920,86	61.350,44	695.799,46
João Dias	205.530,00	300.081,33	45.217,66	550.828,99
José da Penha	605.659,53	370.988,20	85.017,88	1.061.665,61
Lucrecia	306.822,50	284.066,43	40.128,11	631.017,04
Luis Gomes	779.583,82	602.894,71	121.934,11	1.504.412,64
Marcelino Vieira	631.863,65	373.607,64	127.882,88	1.133.354,17
Martins	665.688,01	344.579,12	99.743,11	1.110.010,24
Major Sales	279.579,62	293.676,07	41.025,77	614.281,46
Paraná	343.994,13	301.991,32	54.618,88	700.604,33
Pau dos Ferros	1.162.972,06	773.688,02	274.156,33	2.210.816,41
Pilões	290.020,39	289.968,27	41.183,44	621.172,10
Portalegre	589.424,19	373.052,04	92.395,00	1.054.871,23
Rafael Fernandes	404.688,90	271.534,94	56.217,22	732.441,06
Riacho da Cruz	203.071,25	276.981,16	44.274,88	524.327,29
Riacho Santana	387.499,08	316.217,34	64.405,66	768.122,08
São Fco. do Oeste	293.536,35	293.419,41	48.197,00	635.152,76
São Miguel	1.888.587,57	1.017.706,33	309.528,33	3.215.822,23
Serr. Dos Pintos	389.727,64	315.791,02	66.969,22	772.487,88
Taboleiro Grande	162.428,10	274.750,48	24.568,88	461.747,46
Tenente Ananias	750.846,83	378.536,68	137.164,44	1.266.547,95
Venha Ver	231.570,00	346.768,97	50.174,33	628.513,30
Viçosa	100.517,50	277.602,84	19.232,18	397.353,22

Turismo

O Território do Alto Oeste Potiguar reúne condições para garantir sucesso a interiorização do turismo. Se de um lado há o forte calor, típico de uma região semiárida, uma expressiva distância da capital do Estado e a falta de uma infraestrutura turística mais sólida de outro o território conta com uma área de serras, de clima ameno mesmo no verão e que, no inverno, chega a apresentar temperaturas de 15°C. a paisagem nessas serras graníticas é de grande beleza.

O clima ameno de suas cidades, que varia entre 16º a 22º, é uma das principais características dos destinos que compõem o Pólo Serrano. Situado no semi-árido nordestino, o Pólo Serrano é a atração dos adeptos do ecoturismo, pela geografia favorecida com montanhas e grutas. O clima de serra e a gastronomia requintada fazem da região o melhor lugar para se viver a experiência do "inverno nordestino".

O Pólo Serrano é o nome da área turística do estado do Rio Grande do Norte que constitui a área da Serra Potiguar e marca pelo clima ameno em pleno interior nordestino, que varia entre 16º a 22º. Situado no semiárido nordestino, o Pólo Serrano é a atração dos adeptos do ecoturismo, pela geografia favorecida com montanhas e grutas. Fazem parte do pólo: Pau dos Ferros, Martins, Alexandria, Antônio Martins, Luis Gomes, Doutor Severiano, Portalegre, São Miguel, Coronel João Pessoa, Venha-Ver, Viçosa e Riacho da Cruz.

FOTO 5 - MUNICÍPIO DE MARTINS, NO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL. FONTE: FABIO PINHEIRO, 2008.



O Pólo compreende um roteiro que abrange Alexandria, Caraúbas, Doutor Severiano, Felipe Guerra, Luís Gomes, Martins, Patu, Pau dos Ferros, Portalegre, São Miguel, Venha Ver e Viçosa.

Figura 4 – Pólo Serrano.



Fonte: Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte. 2008.

Do Pólo destacam-se como destinos mais visitados as cidades de Martins, Pau dos Ferros e São Miguel.

A cidade de Martins é encravada na Serra de mesmo nome reúne centenas de visitantes durante o período de inverno, nos meses de junho e julho, que vão à busca de curtir o friozinho da Serra, mas principalmente para degustar as originais delícias da culinária potiguar, durante o famoso Festival Gastronômico de Martins.

Pau dos Ferros já se localiza às margens do Rio Apodi, em pleno Alto Oeste Potiguar está a cidade de Pau dos Ferros. Basta um passeio pela cidade encontrar por toda parte traços da sua riqueza cultural: o Centro Cultural Joaquim Correia e o Terminal Turístico são algumas das atrações. O carnaval fora de época batizado de "Carnapau" é dos eventos imperdíveis da Região.

Em São Miguel as serras e chapadas cercam a cidade de São Miguel, um município com mais de 20 mil habitantes, localizado no Alto Oeste Potiguar. A cidade é famosa por ser a maior produtora de milho do Rio Grande do Norte. Os mais importantes eventos são o São João na Serra e a Festa de São Miguel, padroeiro da cidade.

Além destas cidades, Portalegre e Luis Gomes destacam-se com potencial turístico serrano no território, principalmente os pontos turísticos conhecidos como "Mirantes", tradicionais atrativos das visitas locais. Assim, de modo geral são vários os tipos de atrativos turísticos existentes no território, os quais seguem: os recursos naturais (serras, serrotes, mirantes, pedras, rios, lagoas, riachos e açudes), os recursos arqueológicos e espeleológicos (pinturas rupestres, cavernas, casa de pedra) incluindo neste sentido a segunda maior caverna de mármore do país conhecida como "Casa de Pedra" localizada no município de Martins (RN), os culturais (danças, grupos de músicas, poetas, escritores, livros publicados), e os arquitetônicos (capelas e igrejas).

Em termos de infra estrutura turística os municípios de Martins e Portalegre são os que apresentam em maiores condições de acolhida de turistas, com opções para hospedagem, sendo que o primeiro conta com o hotel serrano com 48

apartamentos, 192 leitos, salão para eventos e restaurante, pousadas BelaVista, Serra, Lalá, a segunda conta com o hotel Portal da Serra com 41 apartamentos, 170 leitos, salão para eventos, piscinas, bar, salão de jogos e restaurante, pousadas Boa Vista e Brisa da Serra.

Artesanato

O artesanato do território traduz habilidade pouco conhecidas e poderá ser objeto de um programa específico, no presente plano. Os produtores selecionados pela população revelaram uma produção subterrânea, que ainda permanece pouco divulgada.

A partir do mapeamento da produção artesanal do território, foram identificados produtos de maior relevância, cuja variedade é resultado da relação entre interesse e identidade dos habitantes com a cultura local conforme descrito: bisqui, vidro e madeira, em Riacho da Cruz; artesanato de boneca de pano que pode ser encontrado em Tabuleiro Grande; barro e pintura em Água Nova; bordado presente nos municípios de Major Sales, Rafael Fernandes, Pau dos Ferros e Serrinha dos Pintos; crochet, encontrado nos seguintes municípios: Pau dos Ferros, Tabuleiro Grande, Major Sales, Jose da Penha, Água Nova, Rafael Fernandes, Serrinha dos Pintos e Lucrecia; objetos de palha em Rafael Fernandes; palha e ponto cruz em Lucrecia; pintura em Major Sales; redes em Doutor Severiano. Ainda que funcionando de forma artesanal, outras unidades têxteis e de confecções podem se constituir numa parte do segmento de confecções que através da produção do Estado, já participa do processo de concorrência. A presença delas em vários outros municípios revela uma tendência e uma especialização da região, a exemplo do Estado. Nesse conjunto de município, cabe mencionar: Tabuleiro Grande (redes, roupas íntimas e bonés), Major Sales (mini confecções e roupas íntimas), e ainda Pilões, Rafael Fernandes, Riacho da Cruz, Água Nova, Alexandria, Doutor Severiano, Martins, Riacho de Santana, Tenente Ananias, Frutuoso Gomes, São Francisco do Oeste e São Miguel.

2.3.5 Infraestrutura Produtiva

No setor estradas, Federal e Estadual, o Território do Alto Oeste Potiguar encontra-se bastante servido, é cortada no sentido leste-oeste pela BR – 405, ligando à BR – 304 na altura do município de Mossoró ao Estado da Paraíba e seguinte a BR – 116, importante rota terrestre que liga vários estados do nordeste a outras regiões do País. Atualmente a BR – 405 encontra-se em estado de conservação bastante precário, mas os serviços de reconstrução da mesma encontram-se em pleno andamento. Outra importante rodovia Federal que corta o Território é a BR – 226 que liga o Rio Grande do Norte, a altura do município de Macaíba ao Estado do Ceará no município de Pereiro e seguinte a BR – 116, está BR corta toda a região do Seridó Potiguar, passa pelo médio e alto oeste e chega ao Estado do Ceará. A mesma encontra-se com os serviços de pavimentação bastante avançado, já chegando nas proximidades Pau dos Ferros, a previsão de conclusão da obra é para o ano de 2010.

Quanto as estradas estaduais, apresentam-se em bom estado de conservação, a única que se encontra bastante precária é a que liga a BR – 405 ao município de Riacho de Santana. Com relação à construção de novas rodovias estaduais o território reivindica os trechos Venha Ver a Luis Gomes e Martins a Pilões, ambas possibilitariam uma maior integração entre os municípios vizinhos, a primeira ligará os municípios serranos com Doutor Severiano, São Miguel, Coronel João Pessoa e Venha Ver a Luis Gomes e seguinte ao estado da Paraíba e em segundo possibilitará uma maior aproximação entre os municípios de Umarizal, Martins a Alexandria e também aos municípios do estado da Paraíba como Catolé do Rocha, Patos, Sousa e outros.

No aspecto de energia o Território apresenta-se quase que totalmente atendido com a atuação do Programa “Luz para Todos”, poucas foram às regiões que ainda não dispõem destes serviços. Segundo membros do colegiado territorial, existe uma grande demanda para instalação de energia trifásica em áreas rurais.

Assistência Técnica

Os serviços de assistência técnica rural no Território são oferecidos pela EMATER, que está presente em quase todos os municípios, com exceção dos municípios de Riacho de Santana que é coberto pelo escritório regional sediado em Pau dos Ferros.

Os serviços oferecidos são: Emissão de DAP, GTA, Campanhas de Vacinação animal, compra direta, elaboração de projetos, PRONAF e custeios junto ao Banco do Nordeste e o Banco do Brasil.

A assistência técnica privada é ofertada pela DIACONIA, escritório em Umarizal, e Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste Potiguar - CODESAOP com sede em Pau dos Ferros.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, subsidiado pelo Governo Federal através do INCRA, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos assentados através de projetos voltados à obtenção de crédito rural, serviços sociais, serviços que viabilizem a composição de infraestrutura produtiva básica e agroindustrialização. A ATES tem como diretrizes básicas a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento de atividades nos assentamentos pautados na sustentabilidade.

Crédito Rural

No tocante a crédito, o território do Alto Oeste Potiguar, conforme dados emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, agência de Pau dos Ferros, no período de 2003 a 2008 houve uma grande quantidade de operações realizadas, principalmente para os pequenos agricultores na linha PRONAF B. segundo análise do colegiado territorial essa grande quantidade de financiamento realizado sem o devido acompanhamento técnico tem gerado um problema para o território com o alto índices de inadimplência o que tem comprometido novos financiamentos.

QUADRO 25 - CRÉDITO PARA O MEIO RURAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR DE 2003 A 2008.

Município	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Antonio Martins	3.923	8.053.790,34
Pau dos Ferros	2.766	12.215.170,76
Luis Gomes	2.444	4.220.865,42
Frutuoso Gomes	2.193	5.019.813,27
Alexandria	1.704	4.955.961,39
Marcelino Vieira	1.450	4.412.782,75
Doutor Severiano	1.368	4.069.664,57
Jose da Penha	1.311	3.422.456,95
Tenente Ananias	988	4.280.673,23
Paraná	856	2.345.097,19
Portalegre	828	1.880.969,10
Encanto	821	2.649.481,81
Cel. J. Pessoa	715	2.334.694,76
Lucrecia	654	2.277.350,65
Rafael Fernandes	633	1.977.810,23
Martins	587	2.111.542,91
São Miguel	556	3.693.572,93
Riacho de Santana	541	2.684.275,54
Almino Afonso	510	1.912.567,20
Taboleiro Grande	496	1.639.833,75
Venha Ver	479	1.374.993,33
São F.do Oeste	467	1.746.981,39
Major Sales	460	1.004.772,36
Água Nova	432	770.974,69
Pilões	431	1.381.555,43
Serrinha dos Pintos	374	605.515,70
Riacho da Cruz	350	866.666,95
Francisco Dantas	295	1.764.748,65
João Dias	251	709.423,88
Viçosa	141	369.396,70

Fonte: CTA, 2009.

2.3.6 Comunicações e Telecomunicação

A comunicação no Território do Alto Oeste Potiguar tem acompanhado a evolução de outras regiões do estado e do País. Com relação ao acesso à internet, todas as sedes municipais encontram-se com disponibilidade desses serviços, sendo ainda bastante precário nas áreas rurais, sendo a BRISANET provedor de maior atuação no território.

Com relação aos serviços radiofônicos o Território é servido pelas rádios comerciais FM – Vida de Martins, FM Obelisco de Pau dos Ferros, como menor abrangência FM comunitária Mandacaru de Luis Gomes e a FM Vitória de Marcelino Vieira e as emissoras AM Tapuyo de Alexandria, Cultura de Pau dos Ferros e a Difusora de São Miguel.

O serviço de telefonia celular encontra-se em plena expansão no território, apenas os municípios de Coronel João Pessoa, Venha Ver, Dr. Severiano e Paraná não dispõem do serviço.

2.3.7 Comércio e Serviços

Os setores de comércio e de serviços existem em função de pequenos negócios e são operacionalizados, na maioria dos casos, através de empreendimentos informais. O comércio regional distribui principalmente alimentos, remédios, materiais de construção, insumos, tanto para setores produtivos, como para as necessidades de manutenção, lazer e investimentos nas unidades familiares. Portanto, fica demonstrada a importância do setor serviços no território do Alto Oeste Potiguar e neste seguimento, a forte presença do comércio que pode e deve estar atualizado e ter uma gestão racional a fim de se manter ativo, tal como este no presente momento. Neste sentido podemos evidenciar na tabela os principais tipos de estabelecimentos comerciais no Território do Alto Oeste Potiguar.

QUADRO 26 - CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE.

Classificação	Número de negócios	Percentual (%)
Administração pública, defesa e seguridade social	169	3,43
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	3	0,06
Captação, tratamento e distribuição de água	12	0,24
Alimentação	802	16,28
Alojamento	32	0,65
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	10	0,20
Atividades esportivas e de recreação e lazer	43	0,87
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	11	0,22
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	11	0,22
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	63	1,28
Atividades de vigilância, segurança e investigação	1	0,02
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	126	2,56
Atividades imobiliárias	2	0,04
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	2	0,04
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	38	0,77
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	30	0,61
Pesquisa e desenvolvimento científico	1	0,02
Publicidade e pesquisa de mercado	3	0,06
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	308	6,25
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	438	8,89
Comércio varejista	1676	34,02
Construção de edifícios	1	0,02
Obras de infra-estrutura	3	0,06
Serviços especializados para construção	13	0,26
Educação	183	3,71
Eletricidade, gás e outras utilidades	2	0,04
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	57	1,16
Fabricação de bebidas	1	0,02
Fabricação de máquinas e equipamentos	1	0,02
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1	0,02
Fabricação de móveis	5	0,10
Fabricação de outros equipamentos de	7	0,14

Classificação	Número de negócios	Percentual (%)
transporte, exceto veículos automotores		
Fabricação de produtos alimentícios	16	0,32
Fabricação de produtos de madeira	9	0,18
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	26	0,53
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	6	0,12
Fabricação de produtos diversos	7	0,14
Fabricação de produtos químicos	2	0,04
Impressão e reprodução de gravações	16	0,32
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	26	0,53
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1	0,02
Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	2	0,04
Atividades de prestação de serviços de informação	1	0,02
Atividades de rádio e de televisão	8	0,16
Atividades de serviços financeiros	24	0,49
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	3	0,06
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	1	0,02
Telecomunicações	3	0,06
Atividades de organizações associativas	181	3,67
Outras atividades de serviços pessoais	252	5,11
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	70	1,42
Atividades de atenção à saúde humana	114	2,31
Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	2	0,04
Serviços de assistência social sem alojamento	55	1,12
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	9	0,18
Correio e outras atividades de entrega	26	0,53
Transporte terrestre	4	0,08
Não informado	8	0,16
Total Geral	4.927	100,00

Fonte: Censo Empresarial, SEBRAE - 2010.

QUADRO 27 - CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICA NO TERRITÓRIO DO ALTO OESTE POTIGUAR E NO ESTADO.

Setor de Atividades	Estabelecimentos			
	Estado	%	Território	%
Comércio Varejista	5.439	100,00	206	100,00
Artigos do vestuário complementos	1.107	20,40	16	7,80
Material de construção ferragens ferramentas	1.020	18,80	32	15,50
Produtos farmacêuticos, artigos médicos ortopédicos.	879	16,20	25	12,10
Móveis, artigos de iluminação e outros.	511	9,40	22	10,70
Combustíveis	412	7,60	26	12,60
Tecidos e artigos de armarinho	362	6,70	13	6,30
Mercadorias em geral	255	4,70	43	20,90
Calçados, artigos de couro e viagem.	239	4,40	4	1,90
Máquinas e aparelhos usos domésticos.	225	4,10	5	2,40
Produtos de padaria, de laticínio, frio.	193	3,50	7	3,40
Gás liquefeito de petróleo	152	2,80	11	5,30
Carnes – açougues	84	1,40	2	1,10
Comércio Atacadista	162	100,00	17	100,00
Mercadorias em geral (não especializada)	103	63,60	14	82,40
Bebidas	59	36,40	3	17,60
Comércio Varejista e Atacadista	619	100,00	12	100,00
Peças e acessórios para veículos.	544	87,90	7	58,30
Motocicletas, partes, peças.	75	12,10	5	41,70
Estabelecimentos industriais	501	100,00	15	100,00
Fabricação produtos padaria, confeitaria e pastelaria.	294	58,70	10	66,70
Confecção peças vestuário	189	37,70	1	6,70
Preparação de leite	11	2,20	2	13,20
Fabricação cabines, carrocerias e reboques caminhão.	4	0,80	1	6,70
Preparação de carne, banha e produtos de salsicharia.	3	0,60	1	6,70
Prestação de serviços	8	100,00	1	100,00
Representantes e agentes comerciais móveis e artigos...	8	100,00	1	100,00
Total	6.729	100,00	215	100,00

Fonte: MTE. RAIS, 2003.

2.4 POLÍTICO-INSTITUCIONAL

O desenvolvimento sustentável do território do Alto Oeste Potiguar necessita da presença ativa e construtiva do Estado – instância pública nos planos federal, estadual e municipal como agentes executores no processo de desenvolvimento. Em consequência disso, deve ser fortalecido na sua capacidade de intervenção e regulação, como forma de elevar sua eficiência e eficácia na implementação de políticas e programas no Território.

Por outro lado, o cidadão nas sociedades organizadas assume hoje, um papel de grande importância na cobrança de resultados das instituições públicas e esta cobrança passa pelo seu fortalecimento, na medida em que aumenta o peso da sociedade civil e das iniciativas não- governamentais no processo de decisão.

Os gestores do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDRS do Território do Alto Oeste Potiguar devem organizar e estruturar os processos de negociação , detalhamento, execução e viabilização dos programas e projetos, definindo formas de gerenciamento das intervenções públicas e privadas e das articulações do Estado com a Sociedade

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Capítulo III

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.1 VISÃO DE FUTURO

Um Território onde todos os direitos básicos como Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Trabalho chegando em sua plenitude a todas as famílias gerando desta forma um ambiente de cidadania plena.

- Território desenvolvido sustentavelmente garantindo melhor qualidade de vida para a população presente e futura;
- Cadeias produtivas da bovinocultura, ovinocaprinocultura, fruticultura e piscicultura gerando ocupação e renda na agricultura familiar do Território;
- Turismo: implementação gerando ocupação e renda no Território;
- Um Território com o meio ambiente preservado e respeitado, onde todos se sintam co-responsáveis na forma de garanti-los para as gerações futuras.
- Descentralização do poder proporcionando autonomia das secretarias municipais;
- Melhoria das relações entre o poder público municipal dos diversos segmentos da sociedade civil (ONG's, sindicatos, oscips, empresas privadas e igrejas).
- Conselhos municipais atuantes com maior eficiência na fiscalização da implementação das políticas públicas.

3.2 EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Os Eixos e Programas propostos partiram do acúmulo de demandas da agricultura familiar, estratégias do desenvolvimento sustentável foram pensadas e definidas a partir das diferentes dimensões do desenvolvimento territorial.

No contexto da dimensão sócio-econômica, os caminhos centrais centram-se nas proposições da Democratização Agrária do Território e do Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção.

Na dimensão sociocultural e educacional a opção estratégica do Fortalecimento do Acesso aos Direitos Sociais e Cidadania acolherá todas as ações de valorização e ampliação dos direitos sociais abrangendo a Cultura, Lazer, Gênero e Geração, Sistema de Saúde Pública, Educação e Assistência Social.

Na dimensão Ambiental a Gestão Ambiental e a Captação, Armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos são as estratégias definidas para a Sustentabilidade.

E na dimensão Político Institucional serão acionadas a Melhoria da atuação pública dos poderes Executivo Municipal e Legislativo e a Ampliação, o Fortalecimento e a Consolidação das institucionalidades colegiadas de Controle Social, com o fortalecimento do pacto público e social entre o poder público e a sociedade civil organizada.

Acredita-se que a partir dos Eixos Estratégicos e da efetivação das ações propostas listadas no quadro a seguir, o território do Alto Potiguar possa a curto, médio e longo prazo cumprir com a missão de gerar desenvolvimento sustentável com igualdade e inclusão social.

EIXOS ESTRATÉGICOS DO DESENVOLVIMENTO

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

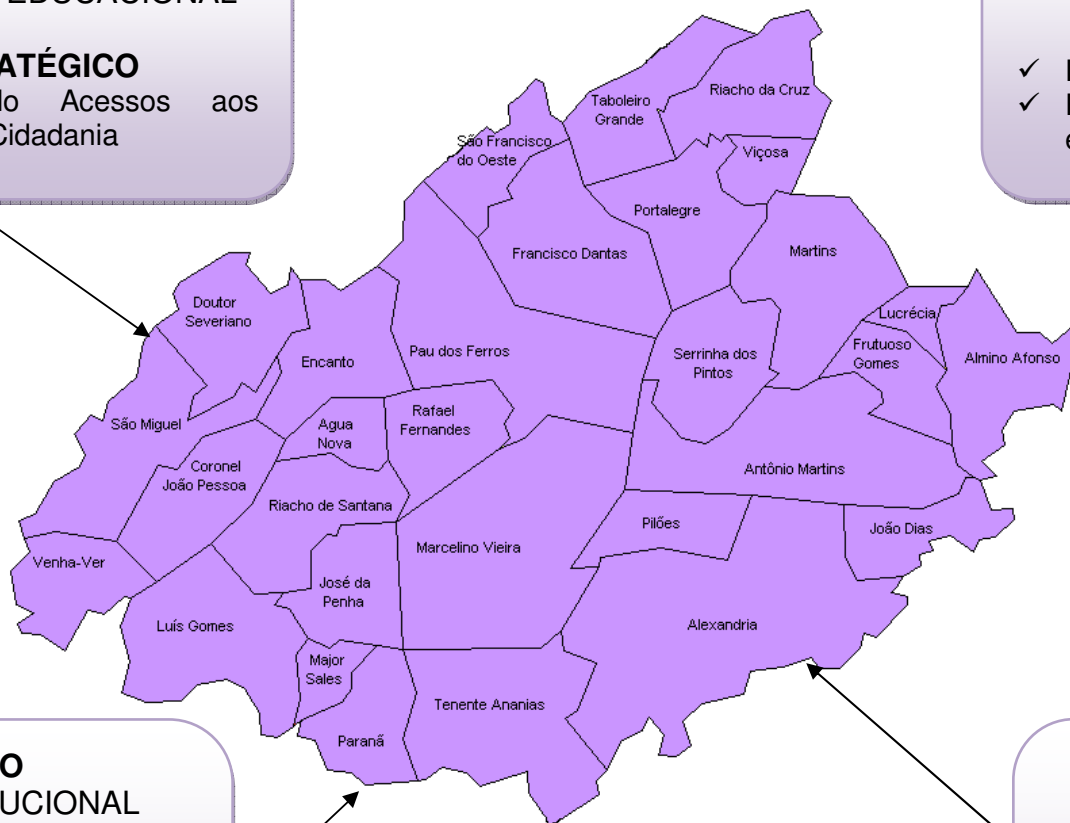
EIXO ESTRATÉGICO

- ✓ Fortalecimento do Acesso aos Direitos Sociais e Cidadania

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

EIXOS ESTRATÉGICOS

- ✓ Democratização Agrária do Território
- ✓ Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção



DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

EIXOS ESTRATÉGICOS

- ✓ Fortalecimento da gestão pública do poder executivo e do legislativo, e das organizações da sociedade civil no Controle Social

DIMENSÃO AMBIENTAL

EIXO ESTRATÉGICO

- ✓ Gestão Ambiental
- ✓ Captação, armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos

PROGRAMAS E PROJETOS

Capítulo IV

4.1 PROGRAMAS E PROJETOS

Os programas e projetos aqui apresentados são resultados de um processo de participação coletiva na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Oeste Potiguar, baseado nos Eixos Estratégicos que foram construídos nas oficinas territoriais a luz de outros planejamentos regionais de maneira que contribuiu para identificar programas e projetos em busca do desenvolvimento sustentável.

A construção do PTDRS teve como ponto de partida a realização de um diagnóstico, focado nas dimensões Sociocultural Educacional, Ambiental, Socioeconômica, e Político-Institucional, contemplando diversos aspectos da realidade territorial, de maneira que possibilitou analisar os problemas e apontar soluções dentro de uma estratégia de ação capaz de identificar instituições e institucionalidades para contribuir com as articulações que projetam o futuro e efetivar os objetivos estratégicos olhando para a visão de futuro.

Quadro 28 – Distribuição de Eixos, Programas e Projetos por Dimensão

DIMENSÃO	EIXOS	PROGRAMAS	PROJETOS
Sociocultural Educacional	1	14	36
Ambiental	2	5	20
Socioeconômica	2	9	31
Político Institucional	1	3	5
TOTAL	06	31	92

4.1.1 DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCACIONAL

QUADRO 29: Eixo Estratégico 1 – Programas e Projetos para a **Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania**, e a proposta de implantação com possíveis parcerias e suas atribuições.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação do acesso a Cultura, ao Lazer e ao Turismo	Incentivar a cultura local e o turismo	Governo Federal ✓ Ministério das Cidades ✓ Ministério do Turismo ✓ Ministério da Cultura	Governo Federal ✓ Liberação de recursos financeiros para a construção de espaços destinados ao fortalecimento da cultura regional.
	Construir espaços que permitam a realização de eventos ligados à cultura sertaneja (literatura, música, dança e teatro) e à prática de atividades desportivas	Governo Estadual ✓ Secretaria de Planejamento e Fianças - SEPLAN ✓ Secretaria Estadual de Infra-estrutura ✓ Secretaria de Turismo ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD	Governo Federal ✓ Apoiar financeiramente a construção de espaços destinados ao esporte e a cultura local. ✓ Executar a construção de espaços que valorizem as práticas culturais e atividades desportivas. Governo Municipal ✓ Disponibilizar espaços para a construção de espaços dedicados a cultura e as praticas desportivas

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
	Sensibilizar os empresários locais da importância de investir em atividades culturais	Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais Sociedade Civil ✓ ONGs e OSCIP ✓ Conselho de Turismo	Governo Municipal e Sociedade Civil ✓ Mobilizar a classe empresarial sobre a importância de patrocinar a realização de atividades culturais.
Ampliação do acesso a Cultura, ao Lazer e ao Turismo	Mapear o patrimônio imaterial existente nos municípios do Alto Oeste Potiguar	Governo Federal ✓ Ministério do Turismo ✓ Ministério da Cultura ✓ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN. Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Turismo ✓ Fundação José Augusto	Governo Federal ✓ Viabilizar recursos financeiros para realização do mapeamento do patrimônio imaterial do território. Governo Estadual Apoiar as ações do Governo Federal na recuperação do patrimônio histórico e cultural.
	Restaurar e conservar o patrimônio histórico cultural existente no Alto Oeste Potiguar.	Governo Federal ✓ Ministério do Turismo ✓ Ministério da Cultura ✓ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN. Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Turismo ✓ Fundação José Augusto	Governo Federal ✓ Viabilizar recursos financeiros para a preservação do patrimônio histórico e cultural. ✓ Recuperar e conservar o patrimônio histórico e cultural do Alto Oeste Governo Estadual ✓ Apoiar as ações do Governo Federal na recuperação do patrimônio histórico e cultural.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação do acesso a Cultura, ao Lazer e ao Turismo	Fortalecer as práticas culturais mediante a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de grupos locais	Governo Federal ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN; ✓ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC Governo Estadual ✓ Fundação José Augusto	Governo Federal ✓ Realizar cursos de formação e aperfeiçoamento visando fortalecer as práticas culturais existente no território. Governo Estadual ✓ Difundir as práticas culturais através de eventos, cursos de formação e aperfeiçoamento entre dos grupos locais
Fortalecimento das ações de Gênero e Geração no Território	Incentivar a constituição de atividades produtivas que priorizem a inserção de jovens e as mulheres no mercado de trabalho	Governo Estadual ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS ✓ Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEC. Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Estadual ✓ Viabilizar iniciativas de geração de emprego e renda para jovens e mulheres. Governo Municipal ✓ Formar parcerias com a iniciativa privada para inserir jovens e mulheres no mercado de trabalho.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Fortalecimento das ações de Gênero e Geração no Território	Formação de associações e cooperativas que envolvam as atividades realizadas por mulheres e jovens.	Governo Federal ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN; Governo Estadual ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS (Programa de Desenvolvimento Solidário) Sociedade Civil ✓ ONGs e OSCIP	Governo Federal ✓ Promover assessoria técnica na constituição de associações e cooperativas de jovens e mulheres. Governo Estadual ✓ Apoiar a constituição de associações e cooperativas de jovens e mulheres Sociedade Civil ✓ Mobilizar os jovens e as mulheres do para participarem da constituição de associações e cooperativas; ✓ Disponibilização de técnicos para assessorar a constituição das associações e cooperativas.
	Realizar cursos de capacitação para jovens e mulheres.	Governo Federal ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN; ✓ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC ✓ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	Governo Federal ✓ Realizar cursos de capacitação visando aperfeiçoar a mão-de-obra e garantir a inserção desse grupo ao mercado de trabalho.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Fortalecimento das ações de Gênero e Geração no Território	Incentivar e/ou realizar eventos desportivos voltados para os jovens como natação, futebol, atletismo, vôlei, handebol e dentre outros	Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD ✓ Diretoria Regional de Educação – DIREC Governo Municipal Prefeituras municipais	Governo Estadual ✓ Promover a realização de eventos esportivos; ✓ Incentivar a participação de jovens nos eventos; Governo Municipal ✓ Mobilizar os jovens para participarem das atividades esportivas. ✓ Disponibilizar espaços adequados a realização de práticas esportivas.
	Melhorar a infraestrutura para prática de esportes na região	Governo Federal Ministério do Esporte Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Federal ✓ Viabilizar recursos financeiros para a melhoria dos espaços destinados a prática de esportes; ✓ Viabilizar recursos para a compra de equipamentos desportivos. Governo Estadual ✓ Equipar as escolas públicas estaduais com infraestrutura adequada à prática de esportes. ✓ Adquirir equipamentos para melhorar a infraestrutura disponível aos jovens esportistas. Governo Municipal ✓ Equipar as escolas públicas municipais com infraestrutura adequada à prática de esportes.
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Ampliar o número de equipes de saúde da família em todos os municípios do	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde Governo Municipal	Governo Federal ✓ Disponibilizar recursos financeiros para ampliar o número de equipes de saúde da família nos municípios do Alto Oeste Governo Estadual ✓ Disponibilizar recursos financeiros para ampliar o

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	território	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria de Saúde 	<p>número de equipes de saúde da família nos municípios do Alto Oeste.</p> <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Contratar profissionais para atuarem nas equipes de saúde da família
	Implantar e/ ou ampliar a quantidade de farmácias populares no Alto Oeste Potiguar	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Saúde <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria Estadual de Saúde <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria de Saúde 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar recursos para apoiar a implantação de farmácias populares <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar e/ou ampliar em todos os municípios do Alto Oeste farmácias populares. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Firmar parcerias com o poder público estadual e federal para implantar e ou ampliar a quantidade de farmácias populares no território.
	Implantar farmácias básicas nos centros de saúde dos municípios	<p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria de Saúde 	<p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar farmácias básicas em todos os centros de saúde do município
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Reestrutura o hospital Regional de Pau dos Ferros	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Saúde <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria Estadual de Saúde 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar recursos financeiros para obras de infraestrutura no hospital regional de Pau dos Ferros. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar a infra-estrutura hospital Regional de Pau dos Ferros visando oferecer a população serviços de

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Reestrutura o hospital Regional de Pau dos Ferros	Governo Municipal Prefeituras municipais	excelente qualidade. Governo Municipal ✓ Firmar parcerias com o poder público estadual e federal visando estruturar o hospital regional de Pau dos Ferros.
	Equipar todos os hospitais públicos situados nos municípios que compreendem o território do Alto Oeste Potiguar	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde	Governo Federal ✓ Viabilizar recursos financeiros para compra de equipamentos para melhorar a infra-estrutura dos hospitais na região do Alto Oeste. Governo Estadual ✓ Viabilizar recursos financeiros para compra de equipamentos. ✓ Equipar os hospitais situados no território
	Melhorar os serviços de ortopedia, anestesia e cardiologia	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde	Governo Estadual ✓ Realizar concurso público para contratação de profissionais nas áreas de ortopedia, anestesia e cardiologia, visando melhorar a qualidade do atendimento prestado a população dos municípios do Ato Oeste
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Implantar leitos pediátricos no Hospital Regional	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde	Governo Federal ✓ Disponibilizar recursos financeiros para a implantação de leitos pediátricos no hospital regional de Pau dos Ferros. Governo Estadual ✓ Implantar no hospital regional de Pau dos Ferros leitos pediátricos.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública		Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais	Governo Municipal ✓ Firmar parcerias com o poder público estadual e federal visando implantar no hospital regional leitos pediátricos.
	Garantir o acesso a saúde bucal em todos os municípios do território do Alto Oeste Potiguar	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria de Saúde	Governo Federal ✓ Disponibilizar recursos financeiros para ampliar o acesso a saúde bucal. Governo Estadual ✓ Equipar os centros de saúde bucal para melhorar a qualidade do atendimento prestado a população. ✓ Aumentar o número de profissionais contratados para garantir um atendimento de qualidade Governo Municipal ✓ Executar a política de acesso a saúde bucal nos municípios.
	Instalar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU na região do Alto Oeste Potiguar	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde	Governo Federal ✓ Disponibilizar recursos financeiros para aquisição de ambulâncias de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU para atender os municípios que compreendem a região do Alto Oeste. Governo Estadual ✓ Manter a estrutura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU na região do Alto Oeste.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Aquisição de ambulâncias UTI para transferência de pacientes graves	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Federal ✓ Disponibilizar recursos financeiros para aquisição de ambulâncias UTI para transferência de pacientes graves. Governo Estadual ✓ Adquirir repassar para os hospitais regionais ambulâncias UTI para transferência de pacientes graves. ✓ Garantir a manutenção do veículo utilizado pelo sistema de saúde. Governo Municipal ✓ Firmar parcerias com o poder público estadual e federal para aquisição de ambulâncias UTI
	Implantação de unidade de terapia intensiva - UTI Neonatal	Governo Federal ✓ Ministério da Saúde Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Saúde	Governo Federal ✓ Disponibilizar recursos financeiros para a instalação de unidades de terapia intensiva - UTI Neonatal na região do Alto Oeste Potiguar Governo Estadual ✓ Instalar e manter a estrutura das unidades de terapia intensiva - UTI Neonatal no referido território.
	Implantar posto do ITEP no Alto Oeste	Governo Estadual ✓ Secretaria de Segurança Pública ✓ Secretaria Estadual de Saúde	Governo Estadual ✓ Implantar no território do Alto Oeste Potiguar um posto do ITEP. Governo Municipal ✓ Mobilizar o estado para a necessidade de implantação de uma unidade do ITEP na região

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Ampliar os serviços de acesso a internet	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Casa Civil ✓ Ministério das Telecomunicações <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD ✓ Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDEC <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras Municipais 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos financeiros para ampliar os serviços de acesso a internet banda larga em todos os municípios do Território do Alto Oeste Potiguar <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Firmar parcerias com Governo Federal para implantar ou ampliar o sistema de internet banda larga nos municípios do território. Municipal ✓ Disponibilizar espaços para a instalação das antenas e equipamentos de internet banda larga.
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Implantação de casas digitais	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério das Comunicações (MC) ✓ Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) ✓ Ministério da Educação e Cultura (MEC) ✓ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER-RN 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar recursos financeiros para implantação de casas digitais em todos os municípios do Alto Oeste Potiguar <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantação das casas digitais nos municípios do Alto Oeste

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Implantação de casas digitais	Governo Municipal ✓ prefeituras municipais	Governo Municipal ✓ Firmar parcerias com os governos Federal e Estadual para implantação de casas digitais em seus municípios ✓ Disponibilização de recursos financeiros e de infraestrutura logística para implantação das casas digitais. ✓ Contratar profissionais qualificados ensinar as escolas de inclusão digital. ✓ Realizar manutenção dos equipamentos de informática existentes nas escolas.
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Realizar capacitações continuada de professores da rede estadual e municipal de ensino	Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD ✓ Diretoria Regional de Educação – DIREDE Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria Municipal de Educação	Governo Estadual ✓ Realizar capacitações e treinamento para os professores da rede estadual de ensino Governo Municipal ✓ Realizar capacitações e treinamento para os professores da rede municipal de ensino
	Implantar creches municipais	Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais	Governo Municipal ✓ Construir novas creches municipais para atender a demanda da população

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Melhora as instalações físicas das escolas estaduais e municipais existentes no Território do Alto Oeste	Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD ✓ Diretoria Regional de Educação – DIREC Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria Municipal de Educação	Governo Estadual ✓ Recuperar as instalações físicas das escolas estaduais situadas no Território do Alto Oeste Potiguar. Governo Municipal ✓ Recuperar as instalações físicas das escolas municipais situadas em seus domínios.
	Aquisição de equipar técnicos e pedagógicos para as escolas estaduais e municipais	Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD ✓ Diretoria Regional de Educação – DIREC Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria Municipal de Educação	Governo Estadual ✓ disponibilizar equipamentos técnicos e pedagógicos para melhorar a qualidade de ensino oferecida nas escolas estaduais. Governo Municipal ✓ Adquirir equipamentos técnicos e pedagógicos para melhorar a qualidade de ensino oferecida nas escolas municipais.
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Implantação de laboratórios química, física, biologia, e informática nas escolas de ensino médio	Governo Federal ✓ Ministério da Educação – MEC	Governo Federal ✓ Liberação de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos necessários aos laboratórios de química, física, biologia, e informática das escolas públicas do referido território.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação		Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD ✓ Diretoria Regional de Educação – DIREC	Governo Estadual ✓ Firmar parcerias com o Governo federal para aparelhar as escolas de ensino médio existentes no Alto Oeste ✓ Implantar nas escolas de ensino médio laboratórios de química, física, biologia, e informática
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Fortalecimento da infraestrutura das escolas rurais	Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria Municipal de Educação	Governo Municipal ✓ Realizar reformar a estrutura física das escolas rurais; ✓ Comprar novos equipamentos técnicos e pedagógicos para as instituições de ensino; ✓ Capacitar o corpo docente;
	Melhorar a qualidade dos veículos que transportam os alunos da zona rural para a área urbana	Governo Federal ✓ Ministério da Educação - MEC Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria Municipal de Educação	Governo Federal ✓ Disponibilização de recursos para aquisição de novos transportes escolares. Governo Estadual ✓ Aquisição e manutenção da frota de ônibus utilizados no transporte escolar. Governo Municipal ✓ Aquisição e manutenção de ônibus e microônibus utilizados no transporte de estudantes da rede municipal de ensino.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Melhoria da qualidade da Educação	Articular junto ao Governo Federal a abertura de um campus da UFERSA em Pau dos Ferros	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Educação – MEC ✓ Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras Municipais 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar um campus da UFERSA em Pau dos Ferros. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articular junto ao governo federal a instalação de um campus avançado da UFERSA em Pau dos Ferros. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar a população para a necessidade de instalação de uma unidade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido em Pau dos Ferros. ✓ Concessão de terreno para instalação da infra-estrutura física do Campus
Melhoria da Assistência Social	Ampliar as ações para a erradicação do Trabalho Infantil	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Educação – MEC ✓ Ministério do Desenvolvimento Social – MDS <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD ✓ Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras Municipais 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar recursos financeiros para ampliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI em todos os municípios do território. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Firmar parcerias com o Governo Federal para ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em todos os municípios do Alto Oeste Potiguar <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cadastrar e fiscalizar o andamento das ações proposta pelo PETI no municípios do território. ✓ Disponibilização de infra-estrutura para a realização das ações do PETI nos municípios. ✓ Selecionar e contratar profissionais capacitados para atuarem no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Melhoria da Assistência Social	Ampliação do Programa de Qualificação e Requalificação de famílias cadastradas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Educação – MEC ✓ Ministério do Desenvolvimento Social – MDS <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD ✓ Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras Municipais 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar recursos financeiros para ampliar o Programa de Qualificação e Requalificação de famílias cadastradas no PETI em todos os municípios do território. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Firmar parcerias com o Governo Federal para ampliação as ações do Programa de Qualificação e Requalificação de famílias cadastradas no PETI ✓ Selecionar e contratar profissionais capacitados para atuarem no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cadastrar os beneficiários e fiscalizar o andamento das ações proposta pelo Programa de Qualificação e Requalificação de famílias cadastradas no PETI ✓ Requalificação de famílias cadastradas no PETI ✓ Disponibilização de infra-estrutura para a realização das ações do Programa nos municípios
Melhoria da assistência sócia	Expansão dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Desenvolvimento Social – MDS <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar recursos financeiros para ampliar a assistência disponibilizada pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS nos municípios. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Firmar parcerias com o Governo Federal para ampliação das ações dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS nos municípios do Alto Oeste.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento do Acessos aos Direitos Sociais e Cidadania	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Melhoria da Assistência Social	Expansão dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS	Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais	Governo Municipal ✓ Cadastrar os beneficiários e fiscalizar o andamento das ações proposta pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS ✓ Disponibilização de infra-estrutura para implantação Centros de Referência da Assistência Social – CRAS ✓ Disponibilização de profissionais para atuar nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.
	Melhorar os mecanismos de inclusão e exclusão dos beneficiários do Programa Bolsa Família	Governo Federal ✓ Ministério do Desenvolvimento Social – MDS Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) Governo Municipal ✓ Prefeituras Municipais	Governo Municipal ✓ Verificar constantemente a situação dos beneficiários do Programa Bolsa Família, visando reduzir o número de pessoas cadastradas que não precisam do benefício. ✓ Criar mecanismos de atualização dos dados dos beneficiários em todos os municípios do Território.

4.1.2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AÇÕES DA DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL EDUCACIONAL

QUADRO 30: Cronograma de Execução e monitoramento das Ações previstas nos eixos estratégicos da Dimensão Sociocultural Educacional no PTDRS para um prazo de 10 anos.

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)										
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Ampliação do acesso a Cultura, ao Lazer e ao Turismo	Incentivar a cultura local e o turismo											
	Construir espaços que permitam a realização de eventos ligados à cultura sertaneja e à prática de atividades desportivas											
	Sensibilizar os empresários locais da importância de investir em atividades culturais											
	Mapear o patrimônio imaterial existente nos municípios do Alto Oeste Potiguar											
	Restaurar e conservar o patrimônio histórico cultural existente no Alto Oeste Potiguar											
	Fortalecer as práticas culturais mediante a realização de cursos de formação e aperfeiçoamento de grupos locais											
Fortalecimento das ações de Gênero e Geração no	Incentivar a constituição de atividades produtivas que priorizem a inserção de jovens e as mulheres no mercado de trabalho											

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Território Fortalecimento das ações de Gênero e Geração no Território	Formação de associações e cooperativas que envolvam as atividades realizadas por mulheres e jovens.										
	Realizar cursos de capacitação para jovens e mulheres										
	Incentivar e/ou realizar eventos desportivos voltados para os jovens como natação, futebol, atletismo, vôlei, handebol e dentre outros										
	Melhorar a infra-estrutura para prática de esportes na região										
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Ampliar o número de equipes de saúde da família em todos os municípios do território										
	Implantar e/ou ampliar a quantidade de farmácias populares no Alto Oeste Potiguar										
	Implantar farmácias básicas nos centros de saúde dos municípios										
	Reestruturar o hospital Regional de Pau dos Ferros										
	Equipar todos os hospitais públicos situados nos municípios que compreendem o território do Alto Oeste Potiguar										
Melhorar os serviços de ortopedia, anestesia e cardiologia											

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Implantar leitos pediátricos no Hospital Regional										
	Garantir o acesso a saúde bucal em todos os municípios do território do Alto Oeste Potiguar										
	Instalar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU na região do Alto Oeste Potiguar										
	Aquisição de ambulâncias UTI para transferência de pacientes graves										
	Implantação de unidade de terapia intensiva - UTI Neonatal										
	Implantar posto do ITEP no Alto Oeste										
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Ampliar os serviços de acesso a internet										
	Implantação de casas digitais										
	Realizar capacitações continuada de professores da rede estadual e municipal de ensino										
	Implantar creches municipais										
	Melhora as instalações físicas das escolas estaduais e municipais existentes no Território do Alto Oeste										
	Aquisição de equipar técnicos e pedagógicos para as escolas estaduais e municipais										

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)										
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Ampliação e Melhoria do Sistema de Saúde Pública	Implantação de laboratórios química, física, biologia, e informática nas escolas de ensino médio											
	Fortalecimento da infra-estrutura das escolas rurais											
	Melhorar a qualidade dos veículos que transportam os alunos da zona rural para a área urbana											
	Articular junto ao Governo Federal a abertura de um campus da UFERSA em Pau dos Ferros											
Ampliação e Melhoria da Assistência Social	Ampliar as ações para a erradicação do Trabalho Infantil											
	Ampliação do Programa de Qualificação e Requalificação de famílias cadastradas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI											
	Expansão dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS											
	Melhorar os mecanismos de inclusão e exclusão dos beneficiários do Programa Bolsa Família											

4.1.3 DIMENSÃO AMBIENTAL

QUADRO 31: Eixo Estratégico 2 – Programas e Projetos para a **Gestão Ambiental**, e a proposta de implantação com possíveis parcerias e suas atribuições.

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Recuperação de Áreas Degradadas	Recuperação da mata ciliar do rio Apodi-Mossoró e de seus afluentes	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Meio Ambiente – MMA ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH; ✓ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA; <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura <p>Instituições Financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Banco do Nordeste ✓ Banco do Brasil <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação do Semi-árido – ASA ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos financeiros para apoiar a recuperação da mata ciliar do rio Apodi-Mossoró e seus afluentes. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar o projeto de recomposição da mata ciliar dos rios que cortam o território. ✓ Disponibilização de técnicos para orientar a implantação de ações voltadas a recomposição da mata ciliar dos rios que cortam o referido território. ✓ Disponibilização de recursos, e de infra-estrutura logística para apoiar as ações de reflorestamento da mata ciliar nos principais rios da região. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio financeiro para a compra de mudas a ser utilizadas nas campanhas de reflorestamento da mata ciliar. ✓ Mobilizar as secretarias de agricultura e de Meio Ambiente para apoiar logisticamente as ações de reflorestamento nas delimitações territoriais de seus municípios <p>Instituições Financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Financiar a implantação de ações de recomposição da mata ciliar ao longo dos rios que cortam o território. <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar o poder público, os agentes

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
			<p>financiadores, a iniciativa privada e a comunidade em geral para a necessidade de difundir essas ações por todo o território.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acompanhar e monitorar as ações recomposição da mata ciliar ao longo dos rios do território.
Recuperação de Áreas Degradadas	Reflorestamento de morros e áreas de encostas de serras	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Meio Ambiente – MMA ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH; ✓ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA; <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura <p>Instituições Financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Banco do Nordeste ✓ Banco do Brasil 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos financeiros para reflorestamento de morros e áreas de encostas das Serras localizadas no território do Alto Oeste Potiguar <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração do projeto de reflorestamento de morros e de áreas de encostas das serras situadas no referido território. ✓ Disponibilização de técnicos para orientar o plantio das mudas nas áreas serranas. ✓ Disponibilização de recursos, e de infra-estrutura logística para apoiar as ações de reflorestamento de morros e de encostas de serras na região <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio financeiro para a compra de mudas a ser utilizadas nas campanhas de reflorestamento. ✓ Mobilizar as secretarias de agricultura e de Meio Ambiente para apoiar logisticamente as ações de reflorestamento nas áreas de morros e de serras existentes no Alto Oeste Potiguar. <p>Instituições Financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Financiar a implantação de ações de recomposição da mata nativa nas áreas serranas do Território.

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Recuperação de Áreas Degradadas	Reflorestamento de morros e áreas de encostas de serras	Sociedade Civil ✓ Articulação do Semi-árido – ASA ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR	Sociedade Civil ✓ Mobilizar o poder público, os agentes financiadores, a iniciativa privada e a comunidade em geral para a necessidade de difundir essas ações reflorestamento nas áreas serranas do território do Alto Oeste. ✓ Acompanhar e monitorar as ações de reflorestamento desenvolvidas no território.

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Recuperação de Áreas Degradadas	Implantação de projetos de quintais produtivos nas comunidades e assentamentos rurais consorciando espécies florísticas nativas e frutíferas;	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER ✓ Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária – <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura <p>Instituições Financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Banco do Nordeste ✓ Banco do Brasil <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação do Semi-árido – ASA ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar através de recursos financeiros a implantação dos projetos de quintais produtivos no território do Alto Oeste. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de profissionais para orientar os procedimentos necessários a implantação dos projetos de quintais produtivos nas comunidades rurais; ✓ Distribuição de mudas frutíferas para o plantio nos quintais produtivos. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fortalecer as ações com a distribuição de mudas nativas e frutíferas. <p>Instituições Financeiras</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Financiar a fundo perdido a construção de cisternas e aquisição de mudas para implantação dos projetos de quintais produtivos nas comunidades rurais do Alto Oeste <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar a construção de cisternas calçadão para facilitar a implantação dos quintais; ✓ Mobilizar a população rural sobre os benefícios da implantação dos projetos de quintais produtivos; ✓ Mapear as comunidades rurais que desejam implantar os projetos de quintais produtivos; ✓ Acompanhar e monitorar a implantação e o desenvolvimento dos quintais produtivos na região do Alto Oeste.

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Recuperação de Áreas Degradadas	Inserir e institucionalizar a educação ambiental em todas as escolas de ensino fundamental e médio do Alto Oeste Potiguar	Poder Legislativo Estadual e Municipal ✓ Assembléia Legislativa ✓ Câmaras Municipais Governo Estadual e Municipal ✓ Governo do Estado ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Estado e dos Municípios	Poder Legislativo Estadual e Municipal ✓ Criação e publicação de instrumentos legais que insira obrigatoriamente a educação ambiental em todas as escolas de ensino médio e fundamental. Governo Estadual e Municipal ✓ Regulamentar através de normativas e resoluções a educação ambiental na grade curricular das escolas de ensino médio e fundamental. ✓ Promover a realização de eventos ambientais, como seminários, palestras e dia de campo em todos os municípios do Alto Oeste, envolvendo as escolas de nível médio e fundamental. ✓ Apoiar as ações realizadas dentro de seus municípios através de infra-estrutura logística e recursos humanos.
	Promover cursos de capacitação voltados para a conservação e manejo dos recursos naturais nas comunidades rurais do Alto Oeste Potiguar	Governo Federal ✓ Ministério da Educação - MEC ✓ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN; ✓ Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Governo Estadual ✓ Secretaria da Educação, da Cultura e dos Desportos - SECD ✓ Diretoria Regional de Educação – DIREC ✓ Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Federal ✓ Elaboração de programas e projetos voltados para a capacitação pessoas nas áreas de manejo dos recursos naturais. ✓ Treinar os professores que ministrarão os cursos de capacitação; ✓ Elaboração de material didático para ser utilizada durante as capacitações. Governo Estadual ✓ Disponibilização de professores para ministrar os cursos de capacitação; ✓ Mobilização e sensibilização dos estudantes e professores das escolas públicas ✓ Disponibilização da infra-estrutura física das escolas para apoiarem a formação de educadores ambientais. Governo Municipal

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Recuperação de Áreas Degradadas		<p>Iniciativa privada</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Entidades de ensino superior que atuam no Território. <p>Agentes Financiadores</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Banco do Nordeste ✓ Banco do Brasil <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação do Semi-árido – ASA ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias <p>Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de espaço e equipamentos para realização das atividades educativas; ✓ Mobilização das entidades da sociedade civil para participarem das capacitações. <p>Iniciativa privada</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Envolver o corpo docente para atuarem nas capacitações que serão direcionadas a população rural. <p>Agentes Financiadores</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Financiar as despesas para realização dos cursos de capacitação como material didático, transporte, e alimentação. <p>Sociedade Civil</p> <p>Mobilizar a sociedade para participar das capacitações, bem como acompanhar e monitorar o desenvolvimento das capacitações no território do Alto Oeste.</p>
Recuperação de Áreas Degradadas	Implantar planos de manejo em todos os municípios que compreendem o território do Alto Oeste	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Meio Ambiente - MMA ✓ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais Secretarias municipais de Meio Ambiente e/ou Agricultura 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acompanhamento na implantação dos planos de manejo ✓ Fiscalização da execução e sustentabilidade dos planos de manejo <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Acompanhamento na implantação dos planos de manejo ✓ Fiscalização da execução e sustentabilidade dos planos de manejo <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cessão de veículos e infra-estrutura de apoio a implantação dos planos;

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
		Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação do Semi-árido – ASA ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Proprietários de terras 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilização das comunidades e proprietários de terras Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilização das comunidades e proprietários de terras; ✓ Implantação dos planos de Manejo
Conservação da biodiversidade regional	Criação de unidades de conservação nas áreas serranas do território bem como na nascente do rio Apodi-Mossoró;	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Meio Ambiente - MMA ✓ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Governo Estadual <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA 	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover visitas técnicas com o objetivo de identificar as possíveis áreas de conservação dentro do território. ✓ Realizar estudos aprofundados que mostre a importância de implantação de novas unidades de conservação. ✓ Liberação de recursos financeiros para implantação e gerenciamento de unidades de conservação no Alto Oeste Potiguar. Governo Estadual <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar estudos aprofundados que mostre a importância de implantação de novas unidades de conservação. ✓ Implantar e gerenciar as unidades de conservação no referido território ✓ Liberação de recursos financeiros para implantação e gerenciamento de unidades de conservação no Alto Oeste Potiguar.
	Intensificar as fiscalizações com o objetivo de coibir a caça e a pesca predatória	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Governo Estadual <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instituto de Defesa do Meio Ambiente 	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar pessoal e equipamentos adequados para coibir a caça, a pesca predatória e os desmatamentos indiscriminados. Governo Estadual <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar pessoal e equipamentos adequados

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
	<p>bem como os desmatamentos indiscriminados</p> <p>Infra-estrutura básica de coleta e tratamento do lixo e esgoto</p>	<p>do Rio Grande do Norte - IDEMA</p> <p>Poder Judiciário ✓ Ministério Público ✓ Promotorias de Meio Ambiente</p> <p>Governo Federal ✓ Ministério do Meio Ambiente – MMA ✓ Ministério das Cidades</p> <p>Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH ✓ Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA</p> <p>Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais</p>	<p>para coibir a caça, a pesca predatória e os desmatamentos indiscriminados.</p> <p>Poder Judiciário ✓ Incentivar e recomendar os municípios a construir seus aterros sanitários. ✓ Fiscalizar o cumprimento das normas ambientais.</p> <p>Governo Federal ✓ Liberar recursos financeiros para a construção dos aterros sanitários</p> <p>Governo Estadual ✓ Orientar a instalação dos aterros sanitários no Alto Oeste. ✓ Realizar Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, nas áreas em que serão construídos os aterros sanitários. ✓ Licenciamento das áreas onde serão construídos os aterros sanitários; ✓ Implantar os aterros sanitários no Alto Oeste.</p> <p>Governo Municipal ✓ Colaborar na instalação dos aterros sanitários.</p>
<p>Conservação da biodiversidade regional</p>	<p>Implantar ou ampliar o sistema de Saneamento básico nas áreas urbanas e rurais do território do Alto Oeste Potiguar</p>	<p>Governo Federal ✓ Ministério das Cidades ✓ Caixa Econômica Federal ✓ Fundação Nacional de Saúde - FUNASA</p> <p>Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH ✓ Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio Grande do Norte - CAERN</p>	<p>Governo Federal ✓ alocar recursos financeiros para implantar ou ampliar o saneamento básico das cidades do Alto Oeste.</p> <p>Governo Estadual ✓ Executar as obras de saneamento básico nos núcleos urbanos do Alto Oeste ✓ Construir estações de tratamento de esgotos nos municípios</p>

EIXO ESTRATÉGICO		Gestão Ambiental	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Conservação da biodiversidade regional	Implantar ou ampliar o sistema de Saneamento básico nas áreas urbanas e rurais do território do Alto Oeste Potiguar	Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Municipal ✓ Fornecer áreas para a construção das estações de tratamento;

QUADRO 32: Eixo Estratégico 3 – Programas e Projetos para a **Captação, Armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos**, e a proposta de implantação com possíveis parcerias e suas atribuições.

EIXO ESTRATÉGICO		Captação, armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Implantação e/ou ampliação da infraestrutura hídrica no Território do Alto Oeste Potiguar	Implantar e ampliar a infra-estrutura hídrica como cisternas, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, açudes nos município do Alto Oeste Potiguar que enfrentem problemas de abastecimento de água	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH ✓ Programa Desenvolvimento Solidário – PDS <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais ✓ Secretarias municipais de Obras ✓ Sociedade Civil ✓ Articulação do Semi-árido – ASA 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar a construção de açudes públicos para sanar a carência de água nos municípios afetados por secas. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar recursos junto ao Governo federal para construção de barragens sucessivas ao longo dos rios que cortam o Alto Oeste Potiguar. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos para construção de barragens e cisternas nas áreas mais carentes de recursos hídricos. <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover a construção de cisternas de placa e calçadão em todos os municípios do Alto Oeste
	Construção do Açude poço de varas no município de Coronel João Pessoa	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH ✓ Programa Desenvolvimento Solidário – PDS <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais ✓ Secretarias municipais de Obras 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar a construção de açudes públicos para sanar a carência de água nos município de Coronel João Pessoa <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar recursos junto ao Governo federal para construção de um açude público no município de Coronel João Pessoa <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articular os governos Federal e Estadual para viabilizar a construção de um açude publico no município de Coronel João Pessoa

EIXO ESTRATÉGICO		Captação, armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
		Sociedade Civil ✓ Articulação do Semi-árido – ASA	Sociedade Civil ✓ Mobilizar a sociedade civil organizada e o poder público para a necessidade de viabilizar construção do açude em Coronel João Pessoa
Implantação e/ou ampliação da infraestrutura hídrica no Território do Alto Oeste Potiguar	Construção de 600 Barragens Submersas (20 por município) em propriedades de Agricultores Familiares	Governo Federal ✓ Ministério do Meio Ambiente – MMA ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ✓ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH ✓ Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA ✓ Programa Desenvolvimento Solidário – PDS Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais ✓ Secretarias municipais de Obras	Governo Federal ✓ Alocar recursos em seus orçamentos para garantir a construção das barragens. Governo Estadual ✓ Elaborar e executar o projeto ✓ Realizar Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, nas áreas onde serão construídas as barragens submersas ✓ Licenciar as áreas onde serão construídas as Barragens ✓ Disponibilizar recursos financeiros para a construção das barragens. Governo Municipal ✓ Apoiar a construção das barragens através de parcerias com o governo federal e estadual.
	Recuperação e instalação de poços artesianos perfurados nos diversos municípios do território.	Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais ✓ Secretarias municipais de Obras ou/e infra-estrutura	Governo Estadual ✓ Recuperar e instalar poços artesianos perfurados nos municípios que compreendem o território do Alto Oeste. Governo Municipal ✓ Promover a recuperação e instalação de poços nos municípios do referido território

EIXO ESTRATÉGICO		Captação, armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
	Instalação de dessalinizadores em poços com vazão adequada	Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH	Governo Estadual ✓ Promover a instalação de dessalinizadores nos poços perfurados nos diversos municípios do território que possuem vazão suficiente para o abastecimento humano.
Implantação e/ou ampliação da infraestrutura hídrica no Território do Alto Oeste Potiguar	Construção, ampliação e recuperação de Sistemas de Abastecimento D'água em Comunidades Rurais	Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH	Governo Estadual ✓ Construir, ampliar e recuperar sistemas de abastecimento de água paralisados por problemas de operação e manutenção
	Combater a poluição nos mananciais existentes no território do Alto Oeste, por meio de fiscalização	Governo Federal ✓ Agência Nacional das Águas – ANA Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH; ✓ Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA ✓ Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais ✓ Secretarias Municipais de Meio Ambiente; ✓ Secretarias Municipais de Agricultura Poder Judiciário ✓ Ministério Público	Governo Federal ✓ Monitorar a qualidade das águas na bacia hidrográfica do Apodi/Morrosó. Governo Estadual ✓ Implantar sistemas de esgotamento sanitário nas áreas urbanas do Alto Oeste Potiguar; ✓ Implantação de estações de tratamento e reuso de água; ✓ Produção de materiais didáticos para esclarecer a população sobre a necessidade de reduzir a poluição dos mananciais; ✓ Disponibilização de técnicos para ministrar cursos e palestras sobre o combate a poluição dos rios e açudes do Alto Oeste; ✓ Fiscalizar a qualidade das águas nos diversos mananciais existente no território; ✓ Ampliar as fiscalizações em todos os mananciais existentes no Alto Oeste Potiguar, visando minimizar os impactos ambientais; Governo Municipal

EIXO ESTRATÉGICO		Captação, armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
	Combater a poluição nos mananciais existentes no território do Alto Oeste, por meio de fiscalização	Sociedade Civil ✓ Articulação do Semi-árido – ASA ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR	✓ Mobilizar as populações locais para a necessidade de combate a poluição dos mananciais Poder Judiciário ✓ Coibir os abusos cometidos contra os recursos hídricos por meio de instrumentos legais. Sociedade Civil ✓ Mobilizar as comunidades ribeirinhas para o combate a poluição dos mananciais;
Implantação e/ou ampliação da infraestrutura hídrica no Território do Alto Oeste	Interligação das bacias hidrográficas do São Francisco e Apodi-Mossoró	Governo Federal ✓ Ministério da Integração Nacional ✓ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS Governo Estadual ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais Sociedade Civil ✓ Articulação do Semi-árido – ASA ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR	Governo Federal ✓ Liberar recursos financeiros para o andamento das obras de construção dos canais interligando as bacias hidrográficas do São Francisco ao Apodi-Mossoró Governo Estadual ✓ Regularizar a situação das áreas onde será construídos os canais interligando as bacias hidrográficas do São Francisco ao Apodi-Mossoró Governo Municipal ✓ Mobilizar a população local para participar das audiências públicas sobre a transposição do Rio São Francisco. Sociedade Civil ✓ Mobilizar a população local para reivindicar o comprimento das obras de transposição que beneficiará a bacia hidrográfica do Apodi-Mossoró.

EIXO ESTRATÉGICO		Captação, armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos	
PROGRAMA	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Gerenciamento dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos do território do Alto Oeste.	Incentivar a criação de associações de usuários de água em todos os municípios do Alto Oeste	<p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeitura Municipal <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fundo Municipal de Apoio Comunitário - FUMAC ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR ✓ Associações Comunitárias 	<p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar as prefeituras da importância de constituir associações de usuários de água em todas as comunidades rurais. ✓ Disponibilizar técnicos para acompanhar a formação de associações de usuários de água. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivar a constituição de associações locais de usuários e água; <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar a população rural para participarem das associações de usuários de água;
Gerenciamento dos Recursos Hídricos superficiais e subterrâneos do território do Alto Oeste.	Substituir os sistemas de irrigação tradicionais por técnicas mais eficientes	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER <p>Iniciativa Privada</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Proprietários de Terras irrigadas <p>Agentes Financiadores</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Banco do Nordeste ✓ Banco do Brasil 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Viabilizar recursos para substituição dos sistemas de irrigação tradicionais instalados nos perímetros irrigados por outros sistemas mais eficientes como a microaspersão ou gotejamento. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar os proprietários de terras sobre a importância de substituir os sistemas de irrigação tradicionais por outros mais eficientes; ✓ Promover orientação técnica de como implantar e gerenciar os sistemas de irrigação <p>Iniciativa Privada</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar novos sistemas de irrigação com uso mais eficiente; <p>Agentes Financiadores</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar linhas de crédito para financiar a substituição dos sistemas de irrigação tradicionais

4.1.4 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA DIMENSÃO AMBIENTAL

QUADRO 33: Cronograma de Execução das Ações previstas nos eixos estratégicos da Dimensão Ambiental no PTDRS do Alto Oeste Potiguar para um prazo de 10 anos.

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Recuperação de Áreas Degradadas	Recuperação da mata ciliar do rio Apodi-Mossoró e de seus afluentes										
	Reflorestamento de morros e de encostas de serras										
	Implantação de projetos de quintais produtivos nas comunidades e assentamentos rurais consorciando espécies florísticas nativas e frutíferas										
	Inserir e institucionalizar a educação ambiental em todas as escolas de ensino fundamental e médio do Alto Oeste Potiguar										
	Promover cursos de capacitação voltados para a conservação e manejo dos recursos naturais nas comunidades rurais do Alto Oeste Potiguar										
Manejo Florestal da Caatinga	Implantar planos de manejo em todos os municípios que compreendem o território do Alto Oeste.										
Conservação da biodiversidade regional	Criação de unidades de conservação nas áreas serranas do território bem como na nascente do rio Apodi-Mossoró										
	Intensificar as fiscalizações com o objetivo de coibir a caça e a pesca predatória bem como os desmatamentos indiscriminados										
Infra-estrutura básica de coleta e tratamento do	Implantação de unidades de tratamento de resíduos sólidos nos municípios do Alto Oeste Potiguar										

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)										
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
lixo e esgoto	Implantar ou ampliar o sistema de Saneamento básico nas áreas urbanas e rurais do território do Alto Oeste Potiguar											
Captação, armazenamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos	Implantar e ampliar a infra-estrutura hídrica como cisternas, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, açudes nos município do Alto Oeste Potiguar que enfrentem problemas de abastecimento de água											
	Construção do Açude poço de varas no município de Coronel João Pessoa											
	Construção de 600 Barragens Submersas (20 por município) em propriedades de Agricultores Familiares											
	Recuperação e instalação de poços artesianos perfurados nos diversos municípios do território.											
	Instalação de dessalinizadores em poços com vazão adequada											
	Construção, ampliação e recuperação de Sistemas de Abastecimento D'água em Comunidades Rurais											
	Combater a poluição nos mananciais existentes no território do Alto Oeste, por meio de fiscalização											
	Interligação das bacias hidrográficas do São Francisco e Apodi-Mossoró											
	Incentivar a criação de associações de usuários de água em todos os municípios do Alto Oeste											
	Substituir os sistemas de irrigação tradicionais por técnicas mais eficientes											

4.1.5 DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA

QUADRO 34: Eixo Estratégico 3 – Programas e Projetos para a **Democratização Agrária do Território**, e a proposta de implantação com possíveis parcerias e suas atribuições.

EIXO ESTRATÉGICO		Democratização Agrária do Território	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação do acesso a terra, a regularização fundiária e consolidação de assentamentos rurais	Ampliar a regularização fundiária no Alto Oeste Potiguar	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ✓ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária - SEARA ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais ✓ Secretarias Municipais de Agricultura 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos financeiros para ampliar a regularização fundiária no território do Alto Oeste Potiguar <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar técnicos para obter informações em campo; ✓ Realizar cadastro de todos os imóveis rurais dos municípios do Alto Oeste Potiguar; ✓ Elaborar plantas sobre as propriedades rurais ✓ Emitir títulos de propriedade; ✓ Mobilização dos proprietários de terras em todos os municípios do Alto Oeste ✓ Disponibilização de infra-estrutura e de veículos para dar suporte as pesquisas em campo e a mobilização; <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de infra-estrutura e de veículos para apoiar a mobilização e a realização das pesquisas em campo.
Democratização do acesso à terra, a regularização fundiária e o apoio a consolidação de	Estruturar os assentamentos rurais no território do Alto Oeste	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ✓ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberar recursos financeiros para a execução de iniciativas que melhorem a infra-estrutura dos assentamentos rurais. <p>Governo Estadual</p>

EIXO ESTRATÉGICO		Democratização Agrária do Território	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
assentamentos rurais	Potiguar	Governo Estadual ✓ Secretaria de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária – SEARA.	✓ Elaborar propostas de desenvolvimento para serem implantadas nos assentamentos rurais; ✓ Desenvolver alternativas de geração de emprego e renda para as famílias assentadas

QUADRO 35: Eixo Estratégico 4 – Programas e Projetos para a **Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção**, e a proposta de implantação com possíveis parcerias e suas atribuições.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação da bovinocultura	Ampliação da assistência técnica à atividade agropecuária.	Governo Estadual ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN ✓ Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN.	Governo Estadual ✓ Expandir de forma quantitativa e qualitativa a assistência técnica aos produtores rurais que se dedicam à pecuária. ✓ Realização de palestras e dias de campo para difusão de conhecimento entre os produtores.
	Capacitação de produtores rurais	Governo Estadual ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN	Governo Estadual ✓ Realizar cursos de capacitação sobre alimentação, sanidade, manejo, melhoramento genético e gerenciamento da atividade pecuária.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
	Estimular à melhoria do rebanho, mediante inseminação artificial e substituição gradativa dos plantéis	Governo Estadual ✓ Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN	Governo Estadual ✓ Disponibilizar matrizes e reprodutores melhorados geneticamente para substituir gradativamente o rebanho do Alto Oeste.
Ampliação e consolidação da bovinocultura	Criar e acompanhar o Sistema de Inspeção Municipal	Governo Federal ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA Governo Estadual ✓ Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN. Poder Legislativo Municipal ✓ Câmaras Municipais Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Federal ✓ Fomentar a criação do Sistema de Inspeção Municipal; ✓ Regulamentação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA Governo Estadual ✓ Fomentar a criação do Sistema de Inspeção Municipal Poder Legislativo Municipal ✓ Criação e aprovação do Sistema de Inspeção Municipal, visando ampliar a fiscalização sanitária. Governo Municipal ✓ Contratar equipe técnica para atuar na implantação do Sistema de Inspeção Municipal, dando a ela as possibilidades de certificação dos produtos e dos estabelecimentos comerciais e agroindustriais

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação da bovinocultura	Estimular a implantação de empreendimentos agroindustriais, com base nos modelos associativistas e cooperativistas	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretária de Agricultura Familiar – SAF ✓ Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN ✓ Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN – IDIARN 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberar recursos para implantação das agroindústrias; ✓ Promover capacitações voltadas para a formação de mão-de-obra qualificada e para o fortalecimento institucional. ✓ Realizar cursos nas áreas de associativismo e cooperativismo, visando a constituição de empreendimentos comunitários. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento de empreendimentos agroindustriais em moldes associativistas e cooperativistas. ✓ Disponibilização de técnicos para orientar a implantação e o gerenciamento desses empreendimentos
Ampliação e consolidação da bovinocultura	Implantar infra-estrutura de tanques de resfriamento de leite no território do Alto Oeste.	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberar recursos financeiros para conclusão e adequação da estrutura dos tanques de resfriamento de leite no Alto Oeste. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Executar os projetos dos tanques de

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação da bovinocultura		Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	resfriamento de leite; ✓ Liberação de recursos para conclusão das unidades físicas (abrigos) dos tanques de resfriamento de leite. Governo Municipal ✓ Doação de terreno para construção dos abrigos para instalação dos tanques de resfriamento de leite
	Implantação de unidades públicas de beneficiamento de carne	Governo Federal ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA Governo Estadual ✓ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA; ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN ✓ Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Federal ✓ Liberar recursos financeiros para implantação de unidades públicas de beneficiamento de carne. Governo Estadual ✓ Liberação de licença para construção das unidades públicas de beneficiamento de carne; ✓ Liberar recursos financeiros para implantação de abatedouros públicos; ✓ Acompanhar e monitorar a instalação das unidades públicas de beneficiamento de carne. Governo Municipal ✓ Doação de terreno para construção dos abatedouros públicos.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação da ovinocaprinocultura	Promover o estabelecimento de práticas sanitárias, através da construção de unidades de beneficiamento de carne	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA; ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN ✓ Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberar recursos financeiros para implantação de unidades de beneficiamento de carne. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberação de licença para construção das unidades de beneficiamento de carne; ✓ Liberar recursos financeiros para implantação de abatedouros públicos; ✓ Acompanhar e monitorar a instalação das unidades de beneficiamento de carne. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Doação de terreno para construção das unidades de beneficiamento de carne
	Disseminar técnicas de produção de alimentos volumosos para os rebanhos.	<p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN ✓ Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação do Semi-árido – ASA 	<p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Difundir tecnologias para a produção de forragem. ✓ Promover capacitações junto ao produtores rurais, como o objetivo de melhorar as técnicas de produção de alimentos volumosos. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de apoio logístico para a realização dos eventos e capacitações.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
		<ul style="list-style-type: none"> ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR 	<p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar os agricultores familiares para participarem dos eventos e capacitações em difusão de tecnologias
Ampliação e Consolidação da Fruticultura	Realizar estudo de mercado e de potencialidades da fruticultura no território	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ✓ Assentamentos Rurais 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos financeiros para realização dos estudos; <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos financeiros para realização dos estudos; <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio logístico para facilitar a realização dos estudos; <p>Sociedade Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar a população local para a realização dos estudos de mercado e de potencialidades da fruticultura

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Consolidação da Fruticultura	Substituir os cajueiros improdutivos por variedades precoces	Governo Estadual ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN; Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais Sociedade Civil ✓ ONGs e OSCIP ✓ Associações Comunitárias ✓ Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	Governo Estadual ✓ Liberação de recursos para a aquisição de mudas; ✓ Fornecer orientação técnica aos produtores rurais. ✓ Promover cursos, palestras e dias de campo visando orientar o plantio e manejo dessa atividade. Governo Municipal ✓ Doação de mudas aos produtores rurais Sociedade Civil ✓ Mobilização dos produtores ✓ Plantio das mudas.
	Combate a praga da mosca branca	Governo Estadual ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN	Governo Estadual ✓ Combater a praga da mosca branca e outros insetos que afetam a cajucultura e demais espécies frutíferas. ✓ Promover capacitação junto aos produtores rurais.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e Consolidação da Fruticultura	Fortalecer a infraestrutura das agroindústrias familiares no território	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretária de Agricultura Familiar – SAF ✓ Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social - SETHAS ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos para a aquisição ou modernização dos equipamentos das agroindústrias familiares; ✓ Capacitar à mão-de-obra local, visando o aperfeiçoamento do sistema de produção e comercialização. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilização de recursos para a aquisição ou modernização dos equipamentos das agroindústrias familiares; ✓ Promover orientação técnica, visando a melhoria dos sistemas de produção.
Fortalecimento do Cooperativismo e da Comercialização da Agricultura Familiar	Incentivar a constituição de associações e cooperativas de produtores para viabilizar a comercialização dos produtos.	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberação de recursos para a capitalização de cooperativas; ✓ Promover assessoria técnica na constituição de associações e cooperativas de produtores. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar na constituição e aprovação de

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
		Social – SETHAS ✓ (Programa de Desenvolvimento Solidário) ✓ Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária - SEARA Sociedade Civil ✓ ONGs e OSCIP ✓ Cooperativas	projetos comunitários. Sociedade Civil ✓ Disponibilização de técnicos para assessorar a constituição das associações e cooperativas de produtores rurais.
Ampliação e consolidação Piscicultura	Ampliar a produção de peixe nos açudes públicos e comunitários	Governo Federal ✓ Departamento Nacional de Obras Conta as Secas – DNOCS Sociedade Civil ✓ Associações Comunitárias	Governo Federal ✓ Custear a piscicultura Estevão de Oliveira para aumentar a produção de alevinos, visando povoar os açudes públicos e comunitários do território do Alto Oeste. Sociedade Civil ✓ Disponibilizar os açudes comunitários para receberem parte dos alevinos produzidos na Estação.
	Promover o ordenamento da pesca extrativa nos açudes públicos	Governo Federal ✓ Ministério da Pesca ✓ Departamento Nacional de Obras Conta as Secas – DNOCS ✓ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Governo Federal ✓ Promover o aumento das fiscalizações nos açudes públicos, visando combater a pesca predatória. ✓ Orientar através de palestras e cursos de capacitação as colônias de pesca e os pescadores artesanais sobre a importância da legislação ambiental.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação Piscicultura	Estimular o cultivo de peixes em tanques redes ou gaiolas flutuantes	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério da Pesca ✓ Departamento Nacional de Obras Conta as Secas – DNOCS <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE; ✓ Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEC. ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS (Programa de Desenvolvimento Solidário) 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberar recursos financeiros para a aquisição de tanques redes e gaiolas flutuantes, para serem implantados nas colônias de pesca e associações comunitárias. ✓ Promover capacitações técnicas para as colônias de pesca e as associações comunitárias. <p>Governo Estadual</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberar recursos financeiros para a aquisição de tanques redes e gaiolas flutuantes, para serem implantados nas colônias de pesca e associações comunitárias. ✓ Promover capacitações técnicas para as colônias de pesca e as associações comunitárias.
Ampliação e consolidação da Apicultura	Incentivar o associativismo e cooperativismo entre os apicultores e meliponicultores	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN. 	<p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover assessoria técnica na constituição de associações e cooperativas de produtores. ✓ Promover cursos de capacitação destinados ao fortalecimento de associações e cooperativas ✓ Liberação de recursos para a capitalização de cooperativas;

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação da Apicultura	Incentivar o associativismo e cooperativismo entre os apicultores e meliponicultores	Governo Estadual ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS ✓ (Programa de Desenvolvimento Solidário) ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE; Sociedade Civil ✓ ONGs e OSCIP ✓ Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR ✓ Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte – FETARN	Governo Estadual ✓ Apoiar na constituição e aprovação de projetos comunitários. Sociedade Civil ✓ Disponibilização de técnicos para assessorar a constituição das associações e cooperativas de produtores rurais.
Ampliação e consolidação Apicultura	Implantar unidades de beneficiamento de mel (casas de mel) com foco nos padrões exigidos	Governo Federal ✓ Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ✓ Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA Governo Estadual ✓ Programa de Desenvolvimento Solidário - PDS ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da	Governo Federal ✓ Liberação de recursos para implantação das unidades de beneficiamento de mel; Governo Estadual ✓ Liberação de recursos para implantação das unidades de beneficiamento de mel; ✓ Liberação de licenças para a construção e funcionamento dos empreendimentos

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação Apicultura	Implantar unidades de beneficiamento de mel (casas de mel) com foco nos padrões exigidos	Pesca – SAPE; ✓ Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER ✓ Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN - IDIARN. ✓ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente – IDEMA	✓ Fornecer orientação técnica na implantação das unidades de beneficiamento de mel.
	Elaborar planos de negócios da cadeia produtiva da Apicultura	Governo Federal ✓ Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT Sociedade Civil ✓ Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos - CTA	Governo Federal ✓ Liberação de recursos financeiros para a elaboração dos planos de negócios da cadeia produtiva da Apicultura Sociedade Civil ✓ Elaboração dos planos de negócios da cadeia produtiva da Apicultura.
Ampliação e consolidação da Agricultura Irrigada	Apoio a instalação de unidades agroindustriais de polpa de frutas nas áreas de maior potencial frutífero.	Governo Federal ✓ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA Governo Estadual ✓ Programa de Desenvolvimento Solidário - PDS ✓ Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE	Governo Federal ✓ Liberar recursos para implantação de unidades de beneficiamento de polpa de fruta. Governo Estadual ✓ Liberar recursos para implantação de unidades de beneficiamento de polpa de fruta. ✓ Promover orientação técnica para os produtores rurais.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e consolidação da Agricultura Irrigada	Recuperar a infraestrutura do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros	Governo Federal ✓ Ministério da Integração Nacional ✓ Departamento Nacional de Obras Conta as Secas – DNOCS	Governo Federal ✓ Liberação de recursos para recuperação da infraestrutura dos perímetros irrigados. ✓ Recuperação da infraestrutura.
	Substituir o sistema de irrigação atualmente adotado no perímetro por modelos mais eficientes	Governo Federal ✓ Ministério da Integração Nacional Departamento Nacional de Obras Conta as Secas – DNOCS	Governo Federal ✓ Liberação de recursos financeiros para substituição dos sistemas de irrigação convencional por outros mais eficientes, caso do gotejamento.
Consolidação do Turismo Regional	Fortalecer o setor turístico através da constituição de associações e cooperativas e do apoio a projetos comunitários.	Governo Federal ✓ Ministério do Turismo - MT ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN; Governo Estadual ✓ Secretaria Estadual de Turismo ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS (Programa de Desenvolvimento Solidário) Governo Municipal ✓ Prefeituras municipais	Governo Federal ✓ Liberar recursos para apoiar projetos comunitários relacionados a atividade turística; ✓ Promover assessoria técnica na constituição de associações e cooperativas de artesãos e demais envolvidos na atividade turística. Governo Estadual ✓ Apoiar na constituição e aprovação de projetos comunitários. Governo Municipal ✓ Mobilizar os diversos ramos do setor turístico no município para apoiarem as

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Consolidação do Turismo Regional		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretarias municipais de Turismo Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> ✓ ONGs e OSCIP ✓ Conselho de Turismo 	<p>ações inerentes à constituição de associações e cooperativas.</p> Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar os artesãos participarem da constituição de associações e cooperativas; ✓ Disponibilização de técnicos para assessorar a constituição das associações e cooperativas de artesãos e demais envolvidos na atividade turística
	Realizar capacitação técnica e gerencial	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN; ✓ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC 	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar cursos de capacitação visando aperfeiçoar a mão-de-obra envolvida nas atividades turísticas.
	Realizar feiras, eventos, e festivais gastronômicos e apoiar intercâmbios de produtores	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Turismo - MT ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN; Governo Estadual <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria Estadual de Turismo ✓ Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEC Governo Municipal	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Liberar recursos financeiros para fomentar a realização de feiras e eventos. Governo Estadual <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar eventos com intuito de divulgar as potencialidades culturais, artesanais e gastronômicas do Alto Oeste Potiguar. ✓ Apoiar e realizar missões, caravanas e

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Consolidação do Turismo Regional	Realizar feiras, eventos, e festivais gastronômicos e apoiar intercâmbios de produtores	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais ✓ Secretarias municipais de Turismo Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conselho de Turismo 	visitas técnicas Governo Municipal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar a realização dos eventos realizados dentro do território, através do fornecimento de apoio logístico. Iniciativa Privada <ul style="list-style-type: none"> ✓ Mobilizar o setor turístico para divulgar seus principais produtos durante os eventos.
	Elaborar produtos editoriais e de divulgação	Governo Federal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ministério do Turismo - MT ✓ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-RN; Governo Estadual <ul style="list-style-type: none"> ✓ Secretaria Estadual de Turismo ✓ Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDEC Governo Municipal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prefeituras municipais Secretarias municipais de Turismo 	Governos Federal, Estadual e Municipal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Formar parcerias para elaboração e publicação de materiais que visem divulgar as potencialidades do setor turístico no Alto Oeste Potiguar

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento de Cadeias Produtivas em Sistemas Territoriais de Produção	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Complementação da Infra-Estrutura Econômica	Ampliar a oferta de eletrificação nas áreas ainda menos dotadas, em especial nas áreas rurais beneficiando os agricultores familiares com a tarifa verde;	Governo Federal ✓ Ministério de Minas e Energia ✓ Programa Luz para Todos Governo Estadual ✓ Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS Iniciativa Privada ✓ Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN	Governo Federal ✓ Liberar recursos para expansão da rede de eletrificação rural no território. Governo Federal ✓ Liberar recursos para expansão da rede de eletrificação rural no território. Iniciativa Privada ✓ Executar a ampliação da eletrificação rural
Complementação da Infra-Estrutura Econômica	Recuperar e conservar as rodovias, e estradas vicinais existentes no território	Governo Federal ✓ Ministério dos Transportes ✓ Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT Governo Estadual ✓ Departamento de Estradas e Rodagens – DER Governo Estadual ✓ Prefeituras Municipais ✓ Secretarias de Obras e de Infra-Estrutura	Governo Federal ✓ Liberar recursos financeiros para recuperação e conservação da malha rodoviária federal no Alto Oeste Potiguar. Governo Estadual ✓ Recuperar a malha rodoviária estadual e realizar a manutenção das estradas existentes. Governo Municipal ✓ Promover a recuperação e a conservação das estradas vicinais existentes em seus municípios.

4.1.6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DA DIMENSÃO SÓCIOECONOMICA

QUADRO 36: Cronograma de Execução das Ações previstas nos eixos estratégicos da Dimensão Socioeconômica no PTDRS do Alto Oeste Potiguar para um prazo de 10 anos.

PROGRAMAS	PROJETOS	PERIODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Democratização do acesso a terra, a regularização fundiária e o apoio a consolidação de assentamentos rurais	Ampliar a regularização fundiária no Alto Oeste Potiguar										
	Estruturar os assentamentos rurais no território do Alto Oeste Potiguar										
Ampliação e consolidação da bovinocultura	Ampliação da assistência técnica à atividade agropecuária										
	Capacitação de produtores rurais										
	Estimular à melhoria do rebanho, mediante inseminação artificial e substituição gradativa dos plantéis										
	Criar e acompanhar o Sistema de Inspeção Municipal										
	Estimular a implantação de empreendimentos agroindustriais, com base nos modelos associativistas e cooperativistas.										

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Implantar infra-estrutura de tanques de resfriamento de leite no território do Alto Oeste										
	Implantação de unidades públicas de beneficiamento de carne										
Ampliação e consolidação da ovinocaprinocultura	Promover o estabelecimento de práticas sanitárias, através da construção de unidades de beneficiamento de carne										
	Disseminar técnicas de produção de alimentos volumosos para os rebanhos.										
Ampliação e Consolidação da Fruticultura	Realizar estudo de mercado e de potencialidades da fruticultura no território										
	Substituir os cajueiros improdutivos por variedades precoces										
	Combate a praga da mosca branca										
	Fortalecer a infra-estrutura das agroindústrias familiares no território										
	Incentivar a constituição de associações e cooperativas de produtores para viabilizar a comercialização dos produtos.										
Ampliação e consolidação	Ampliar a produção de peixe nos açudes públicos e comunitários										

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Piscicultura	Promover o ordenamento da pesca extrativa nos açudes públicos										
	Estimular o cultivo de peixes em tanques redes ou gaiolas flutuantes										
Ampliação e consolidação da Apicultura	Incentivar o associativismo e cooperativismo entre os apicultores e meliponicultores										
	Implantar unidades de beneficiamento de mel (casas de mel) com foco nos padrões exigidos										
	Elaborar planos de negócios da cadeia produtiva da Apicultura										
Ampliação e consolidação da Agricultura Irrigada	Apoio a instalação de unidades agroindustriais de polpa de frutas nas áreas de maior potencial frutífero										
	Recuperar a infra-estrutura do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros										
	Substituir o sistema de irrigação atualmente adotado no perímetro por modelos mais eficientes										
Consolidação do Turismo Regional	Fortalecer o setor turístico através da constituição de associações e cooperativas e do apoio a projetos comunitários										
	Realizar capacitação técnica e gerencial										

PROGRAMAS	PROJETOS	PERÍODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Realizar feiras, eventos, e festivais gastronômicos e apoiar intercâmbios de produtores										
	Elaborar produtos editoriais e de divulgação										
Complementação da Infra-Estrutura Econômica	Ampliar a oferta de eletrificação nas áreas ainda menos dotadas, em especial nas áreas rurais beneficiando os agricultores familiares com a tarifa verde										
	Recuperar e conservar as rodovias, e estradas vicinais existentes no território										

4.1.7 DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

QUADRO 37: Eixo Estratégico 5 – Programas e Projetos para a **Fortalecimento da gestão pública do poder executivo e do legislativo, e das organizações da sociedade civil no Controle Social**, e a proposta de implantação com possíveis parcerias e suas atribuições.

EIXO ESTRATÉGICO			
Fortalecimento da gestão pública do poder executivo e do legislativo, e das organizações da sociedade civil no Controle Social			
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Melhoria no desempenho da administração municipal	Aquisição de equipamentos tecnológicos para modernização dos serviços pelas prefeituras municipais. Implantação de programas continuados	Associações regionais de municípios; Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Instituto Brasileiro de Apoio as administrações Municipais – IBAM; BNDES Governo do Estado Governo Federal	Associações regionais de municípios; ✓ Elaboração de Projetos Confederação Nacional dos Municípios – CNM; ✓ Disponibilização de Programas e sistemas de apoio a gestão municipal. Instituto Brasileiro de Apoio as administrações Municipais – IBAM; ✓ Disponibilização de Programas e sistemas de apoio a gestão municipal. BNDES ✓ Financiamento de moveis e equipamentos para gestão municipal. Governo do Estado ✓ Firmar parcerias com governo federal

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento da gestão pública do poder executivo e do legislativo, e das organizações da sociedade civil no Controle Social	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
	de capacitação de servidores municipais.		<p>para apoiar programa de reestruturação administrativa dos municípios.</p> <p>Governo Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilizar recursos para reestruturação administrativa dos municípios. <p>Governo Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver mecanismos de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados a população.
Melhoria de desempenho do poder legislativo municipal	Implementar processo continuado de capacitação para agentes políticos como mandato em áreas como: fiscalização e controle na gestão pública municipal, elaboração de leis.	<p>Tribunais de Conta</p> <p>Controladoria Geral da União</p> <p>Ministério Público</p> <p>Assembléia Legislativa</p> <p>Congresso Nacional (Câmara e Senado)</p>	<p>Tribunais de Conta</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Oferecer capacitações aos agentes políticos sobre o exercício da função parlamentar. <p>Controladoria Geral da União</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Oferecer capacitação aos agentes Público sobre controle e gestão de políticas públicas. <p>Ministério Público</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Oferecer programa de apoio ao exercício da função parlamentar.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento da gestão pública do poder executivo e do legislativo, e das organizações da sociedade civil no Controle Social	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
	Implantar projetos para melhorias da infraestrutura e modernização tecnológica do poder legislativo.	Partidos Políticos	<p>Assembléia Legislativa</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Firmar parcerias com as câmara municipais para custear processos de capacitação de agentes públicos. <p>Congresso Nacional (Câmara e Senado)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Firmar parcerias com as câmara municipais para custear processos de capacitação de agentes públicos. ✓ Disponibilizar programas e meios (capacitação a distancia) para o exercício da função parlamentar. <p>Partidos Políticos</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Proporcionar condições financeiras e jurídicas aos seus quadros detentores de mandatos para o exercício da função parlamentar.

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento da gestão pública do poder executivo e do legislativo, e das organizações da sociedade civil no Controle Social	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação, fortalecimento e consolidação das institucionalidades colegiadas e controle social	Implantação de processo de formação de capital social e valorização das instancias de participação e de controle social	<p>Controladoria Geral da União</p> <p>Ministério Público</p> <p>CONTAG/FETARN</p> <p>Governo Municipal</p> <p>Governo Estadual</p> <p>Governo Federal</p>	<p>Controladoria Geral da União</p> <p>Oferecer capacitação aos membros dos conselhos municipais e associações comunitárias.</p> <p>Ministério Público</p> <p>✓ Oferecer programa de apoio a atuação dos conselhos municipais.</p> <p>CONTAG/FETARN</p> <p>✓ Consolidar parcerias para implementação de um processo continuado de formação das associações comunitárias e sindicatos de trabalhos na agricultura familiar em gestão participativa e controle social.</p> <p>Governo Municipal</p> <p>✓ Proporcionar condições financeiras e técnicas para atuação dos conselhos municipais e associações comunitárias.</p> <p>Governo Estadual</p> <p>✓ Oferecer programa de apoio a atuação dos conselhos municipais e associações</p>

EIXO ESTRATÉGICO		Fortalecimento da gestão pública do poder executivo e do legislativo, e das organizações da sociedade civil no Controle Social	
PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação, fortalecimento e consolidação das institucionalidades colegiadas e controle social	Implantação de processo de formação de capital social e valorização das instancias de participação e de controle social		<p>comunitárias e cooperativa da agricultura familiar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Governo Federal ✓ Disponibilizar recursos financeiros para apoiar o trabalho dos conselhos municipais, associações comunitária e cooperativas da agricultura familiar.

4.1.8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AÇÕES DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

QUADRO 38: Cronograma de Execução das Ações previstas nos eixos estratégicos da Dimensão Político Institucional no PTDRS do Alto Oeste Potiguar para um prazo de 10 anos.

PROGRAMAS	PROJETOS	PERIODO (ANOS)									
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Melhoria no desempenho da administração municipal	Aquisição de equipamentos tecnológicos para modernização dos serviços oferecidos pelas prefeituras municipais.										
	Implantação de programas continuados de capacitação de servidores municipais.										
Melhoria de desempenho do poder legislativo municipal	Implementar processo continuado de capacitação para agentes políticos como mandato em áreas como: fiscalização e controle na gestão pública municipal, elaboração de leis.										
	Implantar projetos para melhorias da infraestrutura e modernização tecnológica do poder legislativo.										
Consolidação e Aprimoramento das Organizações Comunitárias	Implantação de processo de formação de capital social e valorização das instancias de participação e de controle social										

SISTEMA DE GESTÃO

Capítulo V

SISTEMA DE GESTÃO

5.1 PRESSUPOSTOS E DIRETRIZES

Fortalecer as relações entre Estado e a sociedade civil no plano territorial e municipal com o propósito de aprimorar os processos democráticos de participação e controle social;

Descentralizar a construção dos processos públicos de planejamento como orçamentos municipais e planos plurianuais;

Proporcionar melhoria na prestação de serviços públicos prestados por instituições governamentais e não-governamentais;

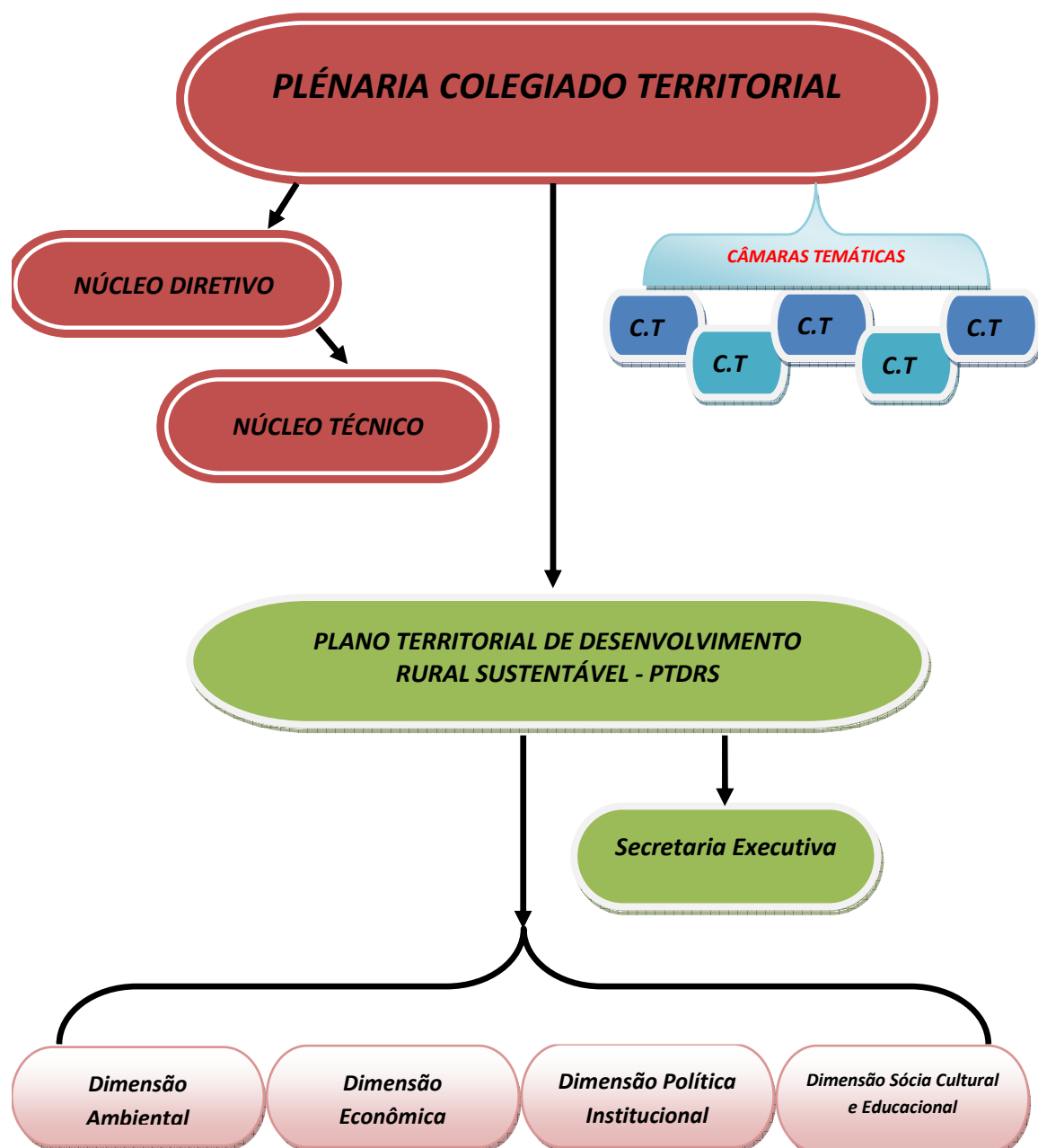
Buscar aprimoramento das entidades associativa e cooperativas do território envolvidas com a política de desenvolvimento territorial;

Aprofundar as discussões sobre gênero, raça e etnia como elementos integradores de cidadania;

Dar ênfase na agricultura familiar como mecanismo de melhoria da qualidade de vida do meio rural;

Proporcionar mecanismos de aprimoramento dos processos produtivos no âmbito da agricultura familiar.

5.2 MODELO DE GESTÃO



5.3 ESTRUTURA DE GESTÃO

5.3.1 Estrutura Colegiada Territorial

O modelo de gestão proposto para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Oeste Potiguar, procura envolver as diversas instituições parcerias presentes no Colegiado territorial da Cidadania do Alto Oeste Potiguar nas ações de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas, programas e projetos contidos no Plano que buscam potencializar o desenvolvimento do território. Essas instituições estão distribuídas dentro do colegiado nas diversas instâncias que buscam organizar a participação de cada uma, como: Plenária geral (Colegiado Territorial), Núcleos diretivo e técnico, Câmaras temáticas e Secretaria executiva do Plano, todas com as atribuições a seguir especificadas:

Plenária Geral

A Plenária é o órgão colegiado superior, ao qual competem todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial.

Constituída paritariamente por 110 instituições representativas de governo e sociedade civil dos trinta municípios que compõem o território do alto oeste potiguar, tem a função de discutir e deliberar sobre a política macro de desenvolvimento do território, buscando para isso construir apoio político, propiciar a consolidação de parcerias institucionais, mobilizar recursos financeiros, técnicos e humanos para criar as condições necessárias para a implementação das diretrizes e prioridades apontadas no Plano de desenvolvimento do território (texto feito por vcs no último mutirão)

Composição:

PODER PÚBLICO/ ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	URSAP - Unidade Regional de Saúde	Prefeitura Municipal de Frutuoso Gomes
	EMATER- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural	Prefeitura Municipal de Lucrecia
	UERN - Universidade Regional do Rio Grande do Norte	Prefeitura Municipal de Antonio Martins
	IDEMA - Instituto de Defesa do Meio Ambiente	Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz
	SEARA - Secretaria Estadual de Reordenamento Agrário	Prefeitura Municipal de Viçosa
	SETHAS - Secretaria de Trabalho Habitação e Ação Social	Prefeitura Municipal de Portalegre
	SAPE - Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Pesca	Prefeitura Municipal de Francisco Dantas
	DIRED - Diretoria Regional de Educação	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros

	SEBRAE - Serviço Nacional de Apoio as Pequenas e Médias Empresas	Prefeitura Municipal de Martins
	SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento	Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos
	CAERN - Companhia Estadual de Água e Esgotos	Prefeitura Municipal de José da Penha
	IDIARN - Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária	Prefeitura Municipal de Pilões
	DNOCS - Departamento Nacional de Obras e Contra as Secas	Prefeitura Municipal de Taboleiro Grande
	B.B - Banco do Brasil	Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste
	CEF - Caixa Econômica Federal	Prefeitura Municipal de Encanto
	INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Prefeitura Municipal de Doutor Severiano
	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Prefeitura Municipal de São Miguel
	INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa
	CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento	Prefeitura Municipal de Luis Gomes
	MDA – DFDA - Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário	Prefeitura Municipal de Major Sales
	BNB - BANCO DO NORDESTE	Prefeitura Municipal de Paraná
	IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do RN	Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira
	Prefeitura Municipal de Almino Afonso	Prefeitura Municipal de Tenente Ananias
	Prefeitura Municipal de Alexandria	Prefeitura Municipal de Riacho de Santana
	Prefeitura Municipal de Água Nova	Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes
	Prefeitura Municipal de João Dias	Prefeitura Municipal de Venha Ver
SOCIEDADES SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	Quilombolas – Comunidade Pega em Portalegre e Comunidade Sítio Comum Coronel João Pessoa	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho da Cruz
	Pescadores – Colônia de Pescadores Z22 de Pau dos Ferros	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa
	Mulheres Rural/urbana	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Portalegre
	Jovens	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Dantas
	Idosos	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pau dos Ferros
	Organizações Religiosas/ Igreja Católica e Igrejas Evangélicas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Martins
	Cooperativas uma de Negócios e um de ATER	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha dos Pintos
	Sindicato Patronal	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taboleiro Grande
	FETARN – Federação dos Trabalhadores na Agricultura dos Rio Grande do Norte	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Oeste
	Associações Diversas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de José da Penha
	Associação do Crédito Fundiário	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Encanto
	Associação dos Colonos do Perímetro Irrigado	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Severiano
	Associação de Pecuária	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel
	CDL – Clube de Diretores Logistas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel João Pessoa
	SINTE - Sindicato dos Trabalhadores na Educação – Estadual e Municipal	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luis Gomes
Associação Comunitária de Cultura	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Major Sales	

	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almino Afonso	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraná
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alexandria	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marcelino Vieira
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Nova	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Ananias
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Dias	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho de Santana
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frutuoso Gomes	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rafael Fernandes
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucrecia	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venha Ver
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonio Martins	

Atribuições ou papéis: discutir, propor, divulgar, priorizar e monitorar os eixos estratégicos do plano.

Núcleo diretivo

Constituído paritariamente por oito instituições integrantes do colegiado, coordenados por uma instituição escolhida dentre os seus membros, tem como função coordenar as ações demandadas pelo plenário, mobilizar o colegiado, preparar reuniões, representar externamente o colegiado, promover articulações para a promoção, execução e acompanhamento das ações priorizadas pelo colegiado, bem como monitorar e avaliar as ações em execução priorizadas pelo PTDRS

Composição:

PODER PÚBLICO / ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	SEBRAE
	EMATER		ASSOCIAÇÃO PROSANTANA DE RAFAEL FERNANDES
	Banco do Nordeste		SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR SEVERIANO
			FERTARN
			CODESAOP

Atribuições ou papéis: coordenar e executar as diretrizes contidas no plano e acompanhar os programas dentro da estratégia. O Núcleo Diretivo que coordena a ação da Secretaria Executiva do PTDRS, conforme deliberações da Plenária.

Núcleo Técnico

Composto por instituições do colegiado com quadro técnico capaz de organizar em projetos técnicos as demandas levantadas pelo colegiado, apontando as suas viabilidades técnicas e econômicas.

Composição:

PODER PÚBLICO / ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	SEBRAE
	BANCO DO NORDESTE		
	DNOCS		
	IDEMA		CODESAOP
	EMATER		FETARN

Atribuições ou papéis: dá suporte técnico as proposições e monitoramento das ações do plano em projetos executivo viáveis dentro da estratégia.

Câmaras Temáticas

Composto por instituições com interesses afins, tendo como função aprofundar a discussão sobre temas específicos de cada dimensão trabalhada pelo PTDRS com o objetivo de municiar o colegiado de estudos e informações detalhadas em cada dimensão compostas pelas seguintes instituições:

Político Institucional

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dr. Severiano, Rafael Fernandes, Portalegre,, Cel. João Pessoa, Major Sales, Pilões e Riacho da Cruz, Prefeituras Municipais de Encanto, e Venha Ver e Escritório da EMATER de Venha Ver

Sociocultural e Educacional

VI Unidade Regional de Saúde- URSAP, Associação Cultural de Major Sales, XV Dired, STR de São Miguel, Pau dos Ferros, Viçosa, FETARN, Representação do Grupo Quilombola de PORTALEGRE

Ambiental

Escritório IDEMA Pau dos Ferros, Prefeitura Municipal de Lucrécia e Riacho da Cruz, STR de Martins, Encanto, Ass dos Agricultores da Carnaubinha/ENCANTO-RN, Associação de Des. Com. Do Sítio Logradouro de FRUTUOSO GOMES, Secretaria Municipal da Agricultura de SERRINHA DOS PINTOS.

Econômico

Escritório Regional da EMATER de Pau dos Ferros, Departamento de Economia da UERN - Campus Avançado Professora Maria Eliza de

Albuquerque Maia-Pau dos Ferros/RN, IDIARN Pau dos Ferros/RN, Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste Potiguar –CODESAOP, Agência Banco do Nordeste do Brasil de Pau dos Ferros, STR de Pau dos Ferros/RN, Associação Pró-santana de Rafael Fernandes/RN, Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes, Pilões e Alexandria.

Atribuições ou papéis: Aprofundar discussões sobre os temas específicos e apresentá-los ao colegiado territorial, bem como oferecer subsídios para a elaboração dos projetos em cada dimensão territorial.

Secretaria Executiva do PTDRS

Instância de caráter operacionalizador das ações contidas no PTDRS, composto por uma instituição integrante do núcleo diretivo com o aval do colegiado territorial, tem como funções:

- ✓ desenvolver e implementar estratégias de divulgação e marketing do plano,
- ✓ criar condições necessárias para a execução dos programas e projetos priorizados pelo Plano,
- ✓ negociar e apresentar os projetos propostos no plano em rodadas de negociações, bem como as demandas apresentadas através de editais públicos de financiamentos.
- ✓ Custos operacionais e mantenedores das instancias colegiadas

Assessoria Territorial

A assessoria ao colegiado territorial é uma função necessária que atualmente é exercida por técnico custeado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial e entidades parceiras, porém a Assessoria para abarcar a organização colegiada e o planejamento territorial, requer ampliar a estrutura e autonomia do território, prevendo a Secretaria Executiva ao PTDRS e ao colegiado territorial.

Composição: exercida pelas instituições que compõem o núcleo diretivo do colegiado territorial escolhida de forma democrática entre instituições que compõem o colegiado territorial para um mandato de dois anos com direito a recondução.

Atribuições ou papéis: municiar o colegiado de dados e informações que possam contribuir nas discussões sobre desenvolvimento territorial, organizar e atuar na sensibilização e mobilização das reuniões do colegiado territorial, contribuir com na elaboração dos projetos contidos no presente plano, bem como exercer o o monitoramento e avaliação dos projetos a serem implementados a partir do presente plano.

5.4 REDE ESTADUAL DE COLEGIADOS TERRITORIAIS

5.4.1 Instâncias de Governança

A Rede Norte-riograndense dos Colegiados Territoriais é uma rede de governança, integrante da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, sendo composta por todos os Colegiados Territoriais no Estado do Rio Grande do Norte (RN), comprometidos com o processo de gestão social de políticas de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial.

A Rede organizar-se-á para cumprir o papel a ela designado pelos Colegiados Territoriais membros, para representar politicamente os Colegiados Territoriais, junto de instituições públicas, privadas, da sociedade civil e organismos internacionais, participando ativamente nos debates sobre promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

A gestão social e controle das políticas públicas é uma responsabilidade política dos colegiados territoriais em Rede, sobretudo no Planejamento o qual envolve a elaboração, o aprofundamento e a atualização dos PTDRS com Projetos Estratégicos bem definidos, bem como os instrumentos derivados de seus eixos estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável, caso dos Planos Territoriais de Cadeias produtivas, Planos Safras Territoriais, Estudos Básicos, Planos Regionais de Desenvolvimento, etc. Neste sentido, a dimensão do controle social envolve critérios políticos, de efetividade das políticas públicas e eficácia do estado, da transparência e da sustentabilidade.

De todo modo, o Sistema Integral de gestão e controle social do planejamento territorial definirá os compromissos e a agenda comum pactuados entre os agentes públicos do estado com seus instrumentos de oferta de políticas públicas nas suas três esferas federativas, União, Estados e Municípios, e seus planos ministeriais, de secretarias estaduais e setoriais e planos diretores municipais. De outro lado, os colegiados articulados em Rede no nível Nacional e Estadual e no território no conjunto das organizações e instituições da sociedade civil e do poder público, mediados pelo PTDRS e suas ferramentas derivativas do detalhamento de seus eixos, programas e projetos terá plenas condições da negociação dos interesses contidos no Plano.

A Rede Norte-riograndense dos Colegiados Territoriais é composta de instâncias decisórias do plano político-institucional que garante a legitimidade dos colegiados territórios e das demandas estratégicas do território, constitutivamente formado em Rede.

As instâncias são estas: Plenária composta por 60 (sessenta) representantes dos 10 (dez) territórios, Coordenação Política em âmbito estadual com membros legitimamente advindas das coordenações territoriais dos colegiados com 20 componentes, entre titulares e suplentes; a Secretaria Executiva servirá como secretaria da Rede no tocante a execução de suas ações, e atuar como mobilizadora e animadora dos processos.

5.4.2 Plano Estadual de Ações Estratégicas

O Plano Estadual de Ações Estratégicas de Desenvolvimento Territorial tem por fim servir qual ferramenta de negociação no nível estadual e federal incluindo os Projetos Estratégicos de cada dimensão dos PTDRS dos territórios do Rio Grande do Norte (RN).

O Plano Estadual servirá de Acompanhamento e de Monitoramento dos Planos Territoriais e Projetos Estratégicos, conduzidos pelos componentes da Rede Norte-riograndense de Colegiados Territoriais, como representantes das coordenações dos colegiados territoriais.

As negociações se darão em estreito diálogo com os documentos já existentes, resultados de planejamento público do poder executivo e de setores deste, a exemplo dos Planos Plurianuais (PPA) dos estados e da federação, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), matriz de ações do Programa Territórios da Cidadania (PTC), Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no RN, Planos Safras Anuais e Territoriais, entre outros das ações estaduais e federais.

Os diálogos permanentes e as articulações político-institucionais se darão nos espaços legítimos como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), Comitê de Articulação Estadual (CAE), entre outros conselhos e fóruns setoriais.

Com os resultados do processo de Negociação estabelecerá Agenda de Compromissos entre a Coordenação Política da Rede Estadual e os agentes públicos gestores das políticas públicas, relacionados as temáticas e setores de interesse no estado e no âmbito nacional.

Os componentes do Plano Estadual contemplam as ações estratégicas dos Planos Territoriais, ações de caráter estadual contidas na Matriz Estadual, ações de caráter federal contidas na Matriz Federal do PTC, e os componentes públicos como PPA, PAC, e Consórcios Municipais.

AÇÕES PARA A GESTÃO DO PTDRS

Capítulo VI

AÇÕES PARA A GESTÃO DO PTDRS

6.1. Providências para Gestão do PTDRS

Mobilização e participação e capacitação

Ações que imprimirão uma dinâmica de mobilização permanente para identificar os responsáveis das instâncias colegiadas pelas ações temáticas e seus desdobramentos.

Fortalecimento Institucional

O fortalecimento será uma forma de apoio ao processo de gestão social e planejamento territorial, além da execução do mesmo. Assim, necessita de um Programa de Apoio Territorial em forma de custeio das ações do colegiado.

Todos os custos resultantes de ações que buscam potencializar o desenvolvimento territorial do alto oeste potiguar devem constar no plano de ação do ministério do desenvolvimento agrário para os próximos dez anos, essências para a consolidação dessa política de desenvolvimento. A manutenção operacional dessas instancias propulsoras do desenvolvimento territorial bem como a elaboração dos projetos contidos no PTDRS devem estar contidos nas ações de custeio de cada território.

Agenda Executiva

A execução se materializará numa Agenda interinstitucional será resultado do planejamento operacional a cada ano, com definição das ações, parceiros, operacionalização, produtos esperados, prazos e períodos, bem como detalhamentos pertinentes e fundamentais para a elaboração de projetos executivos.

Audiências Públicas

Espaços de socialização e debates com a sociedade se dará por Audiências Públicas e outros momentos do colegiado territorial que divulgue e legitime o plano como instrumento territorial e de interesse regional para o desenvolvimento sustentável.

Negociação Territorial

Ações imediatas para a negociação fazendo interface com os Planos diretores dos municípios, Planos Territoriais de Cadeias Produtivas, Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA's), etc. com uma dinâmica definida nos planejamentos operacionais do PTDRS.

Estratégia de Comunicação

Consistirá num conjunto de iniciativas de comunicação a fim de divulgar, sensibilizar e promover as ações do Desenvolvimento Territorial, com uso de vários veículos como rádios, internet, boletins, entre outros, com responsáveis indicados assumidos de forma coletiva em forma formato de comissões ou equipes de trabalho que assumirão a comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO. Relação de municípios/comunidades atendidas pelo P1MC. Recife-PE: AP1MC/ASA-Brasil, 2010.116p.

BEZERRA, P. R. C. **Mapeamento da realidade das micro e pequenas no RN: perfil das empresas que fornecem bens e serviços para órgãos governamentais.** Natal-RN: SEBRAE-RN, 2010. 33p.

CAVIGNAC, J. A. A etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no rio grande do norte. *Mneme*, v.4 - n.8 - abr./set. de 2003.

COEPPIR. Povos indígenas no rio grande do norte. Natal: Kilombo, 2007. Disponível em: <<http://www.kilobolabaoba.org/territorios/>>. Acessado em: 17 nov 2010.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Brasília-DF: Governo Federal, 2009. Disponível em: <<http://rn.transparencia.gov.br/>>. Acessado em 10 set. 2010.

CÂMARA, O. N. *et al.* Atlas para a Promoção do Investimento Sustentável no Rio Grande do Norte. Natal-RN: IDEMA, 2006. CD Rom.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS/DATASUS. Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/catalogo/sihsus.htm>>.

EMBRAPA. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem Populacional.** 2000. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em <www.sidra.ibge.br/> Acesso em 12/ de janeiro de 2009.

_____. **Censo agropecuário 2006.** Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso: 14/08/2010.

_____. **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 out. 2007.

_____. **Censo Demográfico 2000 - Contagem da População 2007.** Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em <www.sidra.ibge.br/> Acesso em: 08 ago 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Norte.** Natal-RN: IDEMA, v. 27 p. 1-281. 2000.

_____. **Anuário estatístico do Rio Grande do Norte.** 2007. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br>>. Acesso em 17 out 2009.

_____. **Anuário estatístico do Rio Grande do Norte.** 2003. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br>> Acesso em: 26 ago 2009.

_____. **Anuário estatístico do Rio Grande do Norte.** 2006. Disponível em: <<http://www.idema.rn.gov.br>> Acesso em: 26 ago 2009.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA & SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DAS FINANÇAS. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste: Participação da sociedade.**v1. Natal, RN, IICA 2006. 240p.

_____. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste: Diagnóstico.** v.2 Natal, RN, IICA, 2006. 268p.

_____. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste: Estratégias.** v. 3. Natal, RN, IICA, 2006. 242p.

KILOMBO. Mapeamento das comunidades negras do estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.quilobolabaoba.org/territorios/>>. Acessado em: 17 nov 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** Brasília: MDA/SDT – CONDRAF, 2005.

_____. **Fortalecimento da Gestão Social do Desenvolvimento Territorial.** Brasília: MDA/SDT, 2004.

_____. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável.** MDA/CONDRAF, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadastro Nacional de Estabelecimentos. Brasília-DF: DATASUS/MS, 2009. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=943>.

MOREIRA, L. F. S.; CRISTINA, E.; SOUZA, F. **Apoio institucional aos colegiados gestores e a constituição das redes regionalizadas de saúde no estado do rio grande do norte**. Pau dos Ferros: VI URSAP/ UFRN/CCS/NESC, 2010.

MMA/SEMARH. Programa estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca –PAE. Natal: SEMARH/MMA, 2010.

WIKIPÉDIA. **Polo serrano**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%B3lo_Serrano>. Acessado em: 26 dez 2010.

_____. Foto de martins. 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Martins_RN.jpg>. Acessado em 26 dez 2010.

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. Brasília-DF: IICA/SDT, 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2003. Disponível em: <www.pnud.org.br/atlas>.

SUDENE/MIN. Projeto aprisco: "a capriovinocultura no seridó e oeste do rio grande do norte". *In*: II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, Florianópolis, 12/03/2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS: Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. Brasília-DF: SDT/MDA, 2009. 42p.

SECRETARIA DE TURISMO DO RIO GRANDE DO NORTE. 2008. Pólo serrano. Disponível em: <http://www.brasil-natal.com.br/resource/default/mapas/polo_serrano_pt.pdf>. Acessado em: 27 nov. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE. IICA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alto Oeste: v. 1 – Diagnóstico; v. 2 - Estratégia, programas e projetos e sistema de Gestão**. Mossoró-RN: SEPLAN/IICA, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE RECURSOS HÍDRICOS. Plano Estadual de Recursos Hídricos – relatório síntese. Natal: SERHID-RN, 1998.267p.

SILVA, G. A. & JUNIOR, J. J. B. Oficina de qualificação do PTDRS. Pau dos Ferros: IDS, 2009.

_____. Oficina temática do PTDRS. Pau dos Ferros: IDS, 2010.

UNIDADE REGIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Nascidos vivos e mortalidade infantil de 2000 e 2005. SINASC. Pau dos Ferros-RN: VI URSAP. Out./2010.

Fontes Consultadas:

Unidade Regional de Saúde Pública, VI. Pau dos Ferros, 2010.

Diretoria Regional de Educação, XV. Pau dos Ferros, 2010. Pesquisa direta.

Diretoria Regional de Educação, XVI. Umarizal, 2010. Pesquisa direta.